

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DESEMPREGO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: ANÁLISE DE CONCEITOS
ALTERNATIVOS A PARTIR DA PED PARA O PERÍODO 2000-2008**

JULIA MORAIS SOARES

Orientador: Prof. Dr. JOÃO SABOIA

Rio de Janeiro
Dezembro de 2010

JULIA MORAIS SOARES

**DESEMPREGO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: ANÁLISE DE CONCEITOS
ALTERNATIVOS A PARTIR DA PED PARA O PERÍODO 2000-2008**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. JOÃO SABOIA

Rio de Janeiro
2010

JULIA MORAIS SOARES

**DESEMPREGO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: ANÁLISE DE CONCEITOS
ALTERNATIVOS A PARTIR DA PED PARA O PERÍODO 2000-2008**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Sabóia – Orientador
UFRJ

Prof. Dra. Valéria Pero
UFRJ

Prof. Dra. Daniela Carusi
UFF

Rio de Janeiro
2010

RESUMO

Os anos noventa no Brasil foram caracterizados por intensificação de mudanças econômicas, com efeitos profundos sobre o mercado de trabalho. As políticas de estabilização e a abertura econômica contribuíram para a deterioração do mercado de trabalho atuando em lados distintos. A primeira por reduzir a capacidade de investimento do Estado e o nível de empregos por eles gerados e o segundo pela introdução de novos processos produtivos nas empresas, capazes de aumentar a produtividade e dispensar parte da mão-de-obra empregada, como forma de aumentar sua competitividade no mercado. Os anos 2000 a 2008 apresentaram uma tendência de recuperação do mercado de trabalho. A ocupação voltou a crescer, mas somente em 2004 cresceu o suficiente para fazer com que as taxas de desemprego retrocedessem. Este estudo construiu uma análise do período detalhada pelos três conceitos de desemprego da PED: o aberto; o oculto com trabalho precário e o oculto por desalento. Foi traçado comparativamente o perfil da população em cada situação de desemprego, por suas características individuais – sexo, cor, idade e grau de instrução-, e aspectos que impactam sobre a condição de vida do desempregado e seus dependentes (a posição na família e a renda familiar, o tempo de desemprego, o meio de sobrevivência, assim como o setor de atividade anteriormente ocupado). Concluímos que, embora os indicadores alternativos de desemprego não sejam suficientes para medir o déficit de postos de trabalho no país, há relevância em empregá-los como forma de captar a heterogeneidade social do desemprego, pois os dados mostram que há perfis sociais específicos associados a cada um deles.

ABSTRACT

The nineties in Brazil were characterized by intensification of economic changes, with deep effects on the labor market. The stabilization policies and economic openness contributed to the deterioration of the labor market acting on different sides. The first by the reduction of the State investment capacity and level of jobs it generates and the second by the introduction of new production processes in enterprises, able to increase productivity and eliminate part of the manpower employed, in order to increase their competitiveness in the market. The years 2000 to 2008 showed a recovery trend in the labor market. The occupation start to grow again, but only in 2004 was enough to reduce the unemployment rate. This study built an analysis of this period detailed by the three concepts of unemployment from PED: the open, the hidden with precarious job and the hidden by discouragement. The compared profile of the population in each situation of unemployment was drawn by their individual characteristics - gender, race, age and educational level-, and issues that impact on the livelihood of the unemployed and their dependents (position in the family and family income, the duration of unemployment, the means of survival, as well as the business sector previously occupied). We conclude that although the alternative indicators of unemployment are not sufficient to measure the deficit of jobs in the country, there is relevance to use them as a way to capture the social heterogeneity of unemployment, since the data show that there are specific social profiles associated with each kind of unemployment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - MACROECONOMIA DO DESEMPREGO	15
1.1. Neoclássicos e pré-keynesianos: a transição teórica	15
1.2. Keynes e Kalecki: o princípio da demanda efetiva	19
1.3. Subdesenvolvimento e desemprego nos debates marxista e estruturalista.....	25
1.4. Conclusão	32
CAPÍTULO 2 – O DESEMPREGO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS.....	34
2.1. Formação das metrópoles brasileiras e evolução do mercado de trabalho.....	35
2.1.1. Êxodo rural, concentração econômica e populacional	35
2.1.2. Abertura econômica e precarização.....	39
2.1.3. Desemprego num mercado de trabalho heterogêneo: novos conceitos.....	42
2.2. O período 2000-2008.....	46
2.2.1. Conjuntura econômica.....	47
2.2.2. Emprego e distribuição de renda	51
2.3. A população desempregada: uma resenha da literatura empírica.....	52
2.3.1. Cor	52
2.3.2. Sexo e Posição na família.....	54
2.3.3. Faixa etária e grau de instrução	58
2.3.4. Renda familiar e tempo de duração do desemprego.....	61
2.4. Conclusão	64
CAPÍTULO 3 – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA SEGUNDO CONCEITOS ALTERNATIVOS DE DESEMPREGO: ANÁLISE DOS DADOS DA PED	66
3.1. Desemprego por região metropolitana	67
3.2. Evolução das taxas de desemprego das regiões metropolitanas agregadas.....	70
3.2.1. Desemprego oculto com trabalho precário.....	74
3.2.2. Desemprego oculto por desalento.....	90
3.2.3. Desemprego aberto	104
3.3. Comparação e conjecturas sobre as três categorias de desemprego.....	115
3.4. Conclusão	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1 – Percentual do emprego por setor para diferentes tamanhos de aglomerações	36
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB e componentes (%) – 2000-2008	49
Gráfico 3 - PIB nas regiões metropolitanas cobertas pela PED e Distrito Federal – 2000 a 2008	50
Gráfico 4 – Comportamento das principais taxas do mercado de trabalho – 2000-2008	50
Gráfico 5 – Evolução da renda familiar real média nas metrópoles de 2000 a 2008.....	62
Gráfico 6.a. – Evolução da taxa de desemprego oculto com trabalho precário por Região Metropolitana – 2000-2008	69
Gráfico 6.b. – Evolução da taxa de desemprego oculto por desalento por Região Metropolitana – 2000-2008	69
Gráfico 6.c. – Evolução da taxa de desemprego aberto por Região Metropolitana – 2000-2008	69
Gráfico 7 - Desemprego desagregado (%) - 2000-2008.....	74
Gráfico 8 – Evolução do número de desempregados por cor – 2000-2008.....	77
Gráfico 9 - Evolução da participação de homens e mulheres no DOTP - 2000-2008.....	79
Gráfico 10 – Número de desempregados (DOTP) na faixa etária de 10 a 19 anos por faixa de renda – 2000-2008.....	81
Gráfico 11 – Número de desempregados por setor de origem – 2000-2008.....	90
Gráfico 12 - Homens e Mulheres no DOD - 2000-2008.....	94
Gráfico 13 – Evolução do número de desempregados por Setor do último emprego	103
Gráfico 14 - Homens e Mulheres no desemprego aberto - 2000-2008	106
Gráfico 15 – Grau de instrução no DA – 2000 e 2008	107
Gráfico 16 – Distribuição dos desempregados (DA) na faixa etária de 20-29 anos pela posição na família – 2000 e 2008	111
Gráfico 17 - Evolução do número de desempregados (DA) por setor do último trabalho – 2000-.....	115
Gráfico 18 – Taxas de desemprego dos grupos por Cor e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008	117
Gráfico 19 – Taxas de desemprego entre Homens e Mulheres – 2000, 2003 e 2008.....	118

Gráfico 20 – Participação das faixas etárias no desemprego – 2000, 2003 e 2008.....	120
Gráfico 21 – Taxas de desemprego por grau de instrução – 2000, 2003 e 2008	122
Gráfico 22 – Variação da taxa de desemprego por nível de escolaridade em p.p. (2008-2000)	123
Gráfico 23 – Composição do desemprego por renda familiar dos desempregados e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008.....	125
Gráfico 24 – Evolução da renda familiar por tipo de desemprego – 2000-2008	126
Gráfico 25 – Composição do desemprego pela renda alternativa do desempregado.....	127
Gráfico 26 – Evolução da participação no desemprego total por setor de origem e tipo de desemprego 2000-2008	130

Tabelas

Tabela 1 - Taxas de crescimento e participação no crescimento demográfico nacional segundo Regiões Metropolitanas – Brasil – 1940/91	36
Tabela 2 – Composição da população metropolitana por faixa de renda familiar (%) e médias 2000-2008	62
Tabela 3 – População Economicamente Ativa – 2000-2008	71
Tabela 4 – População em Idade Ativa – 2000-2008.....	71
Tabela 5 – Taxa de participação – 2000-2008	71
Tabela 6 – Evolução das taxas de desemprego metropolitano – 2000-2008 (%)	73
Tabela 7 – População desempregada por trabalho precário (% da PEA) – 2000 a 2008	75
Tabela 8 – Participação no DOTP por cor – 2000-2008	77
Tabela 9 – Grau de instrução da população desempregada por cor – 2000-2008	78
Tabela 10 – Participação no DOTP por faixa etária – 2000-2008.....	80
Tabela 11 – Desempregados com idade entre 20 e 29 anos por grau de instrução – 2000-2008	82
Tabela 12 – Participação no DOTP por grau de instrução – 2000-2008	83
Tabela 13 – Desempregados por faixa de renda familiar (DOTP) – 2000-2008	85
Tabela 14- Desempregados por posição na família (% do DOTP) – 2000-2008.....	86
Tabela 15 – Meio de sobrevivência dos desempregados (% do DOTP) – 2000-2008.....	87

Tabela 16 – Renda auferida no meio de sobrevivência principal – 2000-2008.....	87
Tabela 17 – Desempregados e tempo de desemprego em anos (% do DOTP) – 2000-2008....	88
Tabela 18 – Desempregados por setor de origem no DOTP – 2000-2008	89
Tabela 19 – Evolução do desemprego oculto por desalento – 2000-2008.....	91
Tabela 20 – Participação no desemprego por desalento segundo a cor – 2000-2008.....	92
Tabela 21 – Participação no desemprego (DOD) por sexo e grau de instrução – 2000-2008...	94
Tabela 22 – Participação das faixas etárias no DOD – 2000-2008.....	95
Tabela 23.a – Grau de instrução da população de 20 a 29 anos em desemprego por desalento – 2000-2008	96
Tabela 23.b – Grau de instrução da população desempregada por desalento – 2000-2008.....	97
Tabela 24 – Desempregados por desalento por faixa etária e renda familiar – 2000-2008 Faixa etária/faixa de renda (%).....	98
Tabela 25 – Percentual de mulheres por faixa etária no DOD – 2000-2008.....	99
Tabela 26.a – Participação no DOD por posição na família – 2000-2008.....	100
Tabela 26.b - Participação no DOD por sexo e posição na família – 2000-2008.....	101
Tabela 27 – Meio de sobrevivência dos desempregados por desalento – 2000-2008	101
Tabela 28 – Renda alternativa por meio de sobrevivência do desempregado (DOD) – 2000-2008	101
Tabela 29 – Desempregados e tempo de desemprego em anos – 2000-2008.....	102
Tabela 30 – Desempregados no DOD por setor de origem – 2000-2008	103
Tabela 31 – Evolução do desemprego aberto – 2000-2008	104
Tabela 32 – Participação no desemprego aberto por cor – 2000-2008	105
Tabela 33 – Participação de homens e mulheres no desemprego aberto – 2000-2008	106
Tabela 34 – Grau de instrução da PEA por sexo – 2000, 2003 e 2008.....	107
Tabela 35 – Participação no desemprego aberto por sexo e grau de instrução – 2000-2008..	108
Tabela 36 – Participação das faixas etárias no DA – 2000-2008	109
Tabela 37 – Participação no DA por faixa etária e renda familiar – 2000, 2003 e 2008 Faixa etária/faixa de renda (%).....	110
Tabela 38 – Participação no DA por posição na família – 2000-2008	111

Tabela 39 – Meio de sobrevivência dos desempregados (DA) – 2000-2008.....	112
Tabela 40 – Percentual de desempregados (DA) por faixas de renda auferida em meios alternativos – 2000-2008.....	112
Tabela 41 – Desempregados e tempo de desemprego (meses) – 2000-2008.....	113
Tabela 42 – Desempregados em DA por setor do último trabalho – 2000-2008.....	114
Tabela 43 – Taxas de desemprego por cor e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008.....	117
Tabela 44 – Taxas de desemprego por sexo e tipo de desemprego – 2000-2008.....	118
Tabela 45 – Taxas de desemprego por faixa etária e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008.....	120
Tabela 46 – Tempo médio de duração do desemprego por tipo de desemprego – 2000-2008.....	128
Tabela 47 – Desempregados e seguro-desemprego – 2000-2008.....	129
Tabela 48 – Desempregados por setor de origem e tipo de desemprego (variação absoluta e em p.p.).....	130

LISTA DE SIGLAS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIA – População em Idade Ativa

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

INTRODUÇÃO

Os anos noventa no Brasil foram caracterizados pela intensificação de mudanças econômicas, com efeitos profundos sobre o mercado de trabalho. O país sofria com a inflação há décadas, mas a tão esperada estabilização só ocorreu na metade da década de noventa. As políticas monetária e fiscal que se fizeram necessárias para viabilizar e manter a estabilidade econômica tinham caráter fortemente contracionista, o que acabou por trazer transformações profundas à estrutura produtiva do país e permitiu o avanço da precarização do trabalho e do desemprego. A abertura econômica solidificou um novo tipo de estrutura de mercado no país no qual as empresas tiveram que se adaptar para concorrer com os produtos estrangeiros no mercado nacional em contexto de câmbio desfavorável.

As políticas de estabilização e a abertura econômica contribuíram para a deterioração do mercado de trabalho, portanto, atuando em lados distintos. A primeira por reduzir a capacidade de investimento do Estado e o nível de empregos por eles gerados e o segundo pela introdução de novos processos produtivos nas empresas, capazes de aumentar a produtividade e dispensar parte da mão-de-obra empregada, como forma de aumentar sua competitividade no mercado.

Os anos 2000 a 2008 apresentaram uma tendência de recuperação frente às mudanças da década de 90. Em 1999, com a troca de política cambial e conseqüente desvalorização do câmbio, a economia nacional retomou as bases do crescimento, puxada principalmente pelas exportações. Em 2000 a ocupação já crescia, mas somente em 2004 cresceu o suficiente para fazer com que as taxas de desemprego retrocedessem.

De fato ainda se mostra como uma desafio para a sociedade brasileira viabilizar um mercado de trabalho capaz de disponibilizar oportunidades de trabalho dignas e integradoras do indivíduo, principalmente por meio de direitos e benefícios garantidos pelo Estado. Grande parte do trabalho no Brasil é informal, portanto, poucos são os que têm acesso a seguro-desemprego, décimo-terceiro salário, férias, licença maternidade, aposentadoria etc. Daí o interesse deste trabalho em levantar informações sobre a condição do mercado de trabalho brasileiro. O que o constituiu um mercado de trabalho heterogêneo e que deixa muitos sem

oportunidades de trabalho, principalmente digno, como mostram as altas taxas de desemprego.

A base de dados da PED, desenvolvida pela SEADE e DIEESE, cobre a população de seis regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Distrito Federal), fornecendo informações sobre emprego e desemprego. No que diz respeito ao desemprego, objeto de análise deste estudo, a PED contribui com dois indicadores alternativos, o desemprego oculto com trabalho precário e o desemprego oculto por desalento, além do tradicional indicador de desemprego aberto. O conceito e mensuração do desemprego oculto permitem adicionar à análise informações sobre as distintas formas de inserção e a recorrência a trabalhos precários e, principalmente, sobre a forma como os indivíduos criam suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, que integravam ora a inatividade, ora o desemprego, mas agora encontram uma classificação específica, pois têm seu papel na dinâmica do trabalho. O IBGE também desenvolve uma metodologia com novos conceitos que permitem obter maior conhecimento sobre a população ocupada e a população à procura de trabalho e inclusive é mais utilizada nos estudos sobre trabalho no país. Optamos pela PED tanto por ser menos utilizada como porque ela sintetiza as questões relacionadas ao mundo do trabalho e da busca em dois indicadores de mais fácil manipulação e comparação.

Considerando este histórico do mercado de trabalho brasileiro e a capacidade da PED de refletir algumas das informações que buscamos, este estudo tratará de analisar o desemprego no período 2000-2008, revendo tanto o contexto econômico e social que o acompanhou como sua estrutura no período. O objetivo principal será de evidenciar o papel de uma metodologia que busque ser condizente com a complexidade do mercado de trabalho brasileiro e que reflita as distintas formas de percepção dos indivíduos sobre ele.

Para desenvolver essa análise, o trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro incumbido de apresentar uma resenha da literatura teórica de desemprego. Neste capítulo serão revisitadas as abordagens neoclássicas, a keynesiana e kaleckiana, a marxista e a estruturalista. São apresentados os argumentos que cada abordagem sustentou sobre as causas do desemprego e até mesmo as possíveis soluções. As discordâncias são grandes e oscilam entre soluções plausíveis e problemas intrínsecos e insolúveis do capitalismo, de acordo com as causas que lhe atribuem.

Já no segundo capítulo, será apresentada uma contextualização tanto do período 2000-2008, como uma breve análise das décadas anteriores, em busca de uma explicação para o aprofundamento da heterogeneidade e da precariedade que o mercado de trabalho brasileiro vinha sofrendo. Nessa busca, o processo de formação das metrópoles brasileiras e as implicações do processo de abertura comercial e de estabilização serão abordados e, para fechar o capítulo, uma resenha da literatura empírica sobre as relações entre as características dos indivíduos e a condição de desemprego, além das tendências demográficas e sociais que possam ter efeitos sobre a sua composição. Esta última pesquisa servirá de apoio para a análise de dados do capítulo 3.

O terceiro e último capítulo trará a análise da estrutura do desemprego baseada nos microdados da PED referentes ao período 2000-2008. Os dados analisados permitirão mensurar a dimensão do desemprego enquanto fenômeno social por duas perspectivas centrais: primeiro, a dos atributos pessoais e, segundo, a dos tipos de desemprego. A rotatividade, medida no tempo de duração do desemprego, o tratamento do mercado de trabalho a distintos grupos sociais (homens e mulheres; pretos e brancos; pobres e ricos), posição na família como medida do grau de dependência da renda do trabalho e etc, seriam abordados na nossa primeira perspectiva. Já na segunda, poderíamos abordar o alcance do desemprego em seus diversos conceitos apresentados na PED, o desemprego oculto (por desalento e trabalho precário) e o mais conhecido desemprego aberto. Como resultado, teremos traçado o perfil da população atingida por cada tipo de desemprego, o que evidenciará a importância em se considerar metodologias preocupadas em refletir a heterogeneidade do mercado de trabalho do país.

CAPÍTULO 1 - MACROECONOMIA DO DESEMPREGO

O desemprego encontrou espaço nos debates econômicos, principalmente nos países desenvolvidos, após a crise de 1929. A grande depressão teve efeitos catastróficos sobre o emprego nestes países ressuscitando o interesse em discutir suas causas e meios de solução. Bem antes da crise, clássicos como Smith, Ricardo e Marx já discutiam o problema e lhe inculciam natureza estrutural, isto é, intrínseca ao sistema capitalista. O presente capítulo tem como intenção rever o que algumas linhas teóricas posteriores levantaram sobre a questão do desemprego no que diz respeito às suas causas e reversibilidade. Vejamos como os clássicos influenciaram as visões seguintes e a evolução em geral das teorias de desemprego, inclusive no âmbito da discussão do subdesenvolvimento.

1.1. Neoclássicos e pré-keynesianos: a transição teórica

Na teoria neoclássica são quatro os pilares do esquema teórico formulado para explicar o fenômeno do desemprego. Primeiro, que as firmas são maximizadoras de lucros; segundo, que a tecnologia tem rendimentos decrescentes; terceiro, a oferta de trabalho cresce com os salários **reais**; e quarto, que a demanda agregada nominal é exógena.

O terceiro pressuposto, de que a oferta de trabalho aumenta quando salários crescem, está relacionado ao fato da disposição do trabalhador para o trabalho ser encarada como um processo de maximização de utilidade, no qual se escolhe entre lazer e renda/consumo, de forma a se estabelecer o maior nível de bem-estar possível. Seguindo esse raciocínio e de que não há limitações pelo lado da demanda, Amadeo e Estevão (1994) concluem que a única fonte possível de desemprego seria algum “mau funcionamento” do mercado de trabalho.

Enquanto a flexibilidade de preços garante o equilíbrio no mercado de bens, a flexibilidade dos salários reais garante o equilíbrio no mercado de trabalho. A intersecção entre a curva de demanda de mão-de-obra, negativamente inclinada em relação a salários reais, e a curva de oferta de trabalho, positivamente inclinada, determina o salário real de equilíbrio, no qual todos os trabalhadores dispostos a trabalhar, àquele nível salarial, estariam

empregados. Dessa forma, somente alguma rigidez de salários reais, advinda de ações institucionais, por exemplo, que revertam a atuação livre e atomizada dos trabalhadores no mercado de trabalho, como os movimentos sindicais, seria responsável pela insurgência do desemprego.

A redução de salários reais, sendo bem-vista pelas empresas (como um aumento de lucratividade), é suficiente para impulsionar um aumento de produção e de emprego, visto que, nesta concepção, não traz nenhuma dificuldade de absorção dos produtos no mercado, portanto, nenhuma implicação para a demanda agregada. Ademais, considerando que os trabalhadores tomem decisões com base nos salários reais, há que se levar em consideração ainda o comportamento dos preços¹.

Os esforços de Pigou em explicar o comportamento do mercado de trabalho em *The Theory of Unemployment*, de 1933, demonstram ao mesmo tempo uma forte conexão com a teoria neoclássica e os primeiros passos para o reconhecimento do papel da demanda agregada nos ciclos econômicos. Na análise real da teoria pigoviana, a combinação entre oferta de mão-de-obra e demanda real de mão-de-obra é a relação básica de funcionamento do mercado de trabalho segmentado em dois grandes setores: o de produção de bens-salário e o de produção de bens não-salariais.

Segundo Keynes (2007), que debateu longamente com Pigou, a teoria pigoviana teria omitido as relações entre estes dois setores, se detendo em afirmar que o nível de emprego da economia é função da produção no setor de bens-salário. Isto porque Pigou admite que os trabalhadores estipulam seus salários nominais a fim de manter o poder de compra da sua remuneração, o que Keynes discorda veementemente. Ou seja, ao visar salários reais, Pigou acaba por admitir que um aumento de preços dos bens de consumo dos assalariados, redundante numa redução do salário real, levaria à saída **voluntária** de trabalhadores do mercado de trabalho. Nessa lógica, o desemprego involuntário só existiria se houvesse algum componente friccional que dificultasse a eficiência dos mecanismos de ajustamento dos salários, mantendo-os acima do nível de equilíbrio. Os trabalhadores estariam dispostos a abrir mão de lazer, mas as firmas, orientadas pelas condições físicas da produção de bens de consumo não expandiriam a demanda por trabalho para absorver esse excedente.

¹ Equação Quantitativa da Moeda: $P = M \cdot v / Y$, sendo M a quantidade de moeda, dada v a velocidade de circulação da moeda e Y o nível de produto da economia, constante no equilíbrio, logo, somente a oferta monetária é capaz de afetar preços.

Para chegar a essa conclusão também é preciso assumir que os fatores de produção sejam perfeitamente substituíveis entre si, para que quando um começar a se tornar escasso e seu preço relativo aumentar, as firmas possam “optar” por maior intensidade do outro fator no processo produtivo, reequilibrando os preços dos fatores, salários e juros, em seus respectivos mercados. O economista clássico David Ricardo descartou a idéia de que a flexibilidade de salários viabilizaria a substituição de fatores, e, como consequência, o pleno emprego. Sendo assim, “it is the absence of substitution mechanisms that explains the possibility of persistent unemployment in the Ricardian framework” (Montani *apud* Cesaratto *et al*, 2003, p.37).

As formulações “pré-keynesianas” dos economistas suecos Cassel e Wicksell discutiam o conceito de desemprego, suas distintas formas e relação com os ciclos econômicos. Apesar de uma construção teórica baseada num equilíbrio de longo prazo, nos moldes neoclássicos, as teorias wickselliana e casseliana admitiam a persistência do desemprego, embora, para o segundo, incapaz de pressionar para baixo os salários. Segundo Wicksell, superpopulação e progresso técnico poupador de mão-de-obra poderiam explicar o desemprego permanente, pois na complementaridade entre os fatores de produção trabalho, capital e terra estaria a chave para o enigma do desemprego.

A tecnologia seria eficiente ao ponto de tornar necessário poucos homens para operar as máquinas, enquanto uma grande parcela dos trabalhadores seria “permanentemente redundante e com salários zero” (Boianovsky, 2003, p.17). O excesso de trabalhadores inerente ao sistema é um fator de pressão baixista sobre os salários, desse modo, regular um salário mínimo geraria desemprego ao não permitir que a queda dos salários reais colocasse em funcionamento o mecanismo de substituição clássico, no qual os fatores capital e trabalho² são substituíveis e alocados no processo produtivo de acordo com seu preço e com o objetivo de maximização das firmas.

Cassel observa o importante papel dos sindicatos e do Estado e reforça o caráter clássico do desemprego ao associá-lo à rigidez salarial, cuja fonte é “a percepção dos trabalhadores de uma queda temporária da demanda durante os ciclos de negócios” (Boianovsky, 2003, p.11). Embora o desemprego varie naturalmente de acordo com os ciclos econômicos, Cassel avalia a possibilidade da persistência do desemprego, o desemprego de

² Wicksell sugere ainda que em vez de se criar um salário mínimo, o que geraria desemprego, melhor seria deixar caírem os salários e subsidiar um complemento salarial aos trabalhadores, se a produtividade média da economia for suficientemente elevada para sustentar toda a população.

equilíbrio, como resultado de mecanismos que criam uma escassez artificial de força de trabalho: a intervenção sindical manipulando uma retenção da oferta de trabalho e a heterogênea qualificação dos trabalhadores.

Ao questionar por que o desemprego persistente não faz com que os salários caiam a zero, já que há constante pressão de um excesso de trabalhadores no mercado de trabalho, que seria o mesmo que perguntar por que o trabalho não se torna um “bem livre”, chega a conclusão diferente de Wicksell. Em sua versão, os próprios desempregados oferecem resistência a cortes de salários, com apoio dos sindicatos, criando uma escassez artificial de mão-de-obra. Coexistiriam, portanto, desemprego e escassez de trabalho com salários positivos, viabilizada pelo pagamento de benefícios aos desempregados pelos sindicatos.

Além da intervenção sindical, Cassel consegue notar na heterogeneidade da oferta de trabalho outro fator determinante da rigidez salarial e, conseqüentemente do desemprego. A escassez relativa de mão-de-obra está associada particularmente a tipos específicos de trabalhadores de alta qualificação, o que cria um desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho.

Mais voltado para a literatura de seguro-desemprego, Cassel buscou encontrar mecanismos de intervenção sindicais ou estatais que fizessem frente a mudanças regulares e sazonais da demanda de trabalho, mas de certa forma previsíveis, a que chamou de “desemprego normal”. Já dentre as categorias de desemprego³ que Wicksell classificou pode ser observado um aprofundamento do assunto ainda não observado à época, início do século XX, ao fazer referência a um caráter cíclico, mas persistente, do desemprego, associado às oscilações econômicas, ao período de transição de um trabalho para outro dentre outras formas.

A investigação da natureza do desemprego, presente nas análises tanto de Cassel como de Wicksell, embora com nomenclaturas diferentes, além de atribuir a causa do desemprego à

³ O autor fez distinção entre três categorias de desemprego e seguintes subdivisões:

1. voluntário: opção por lazer
2. por conflito: envolvido em atritos/negociações trabalhistas.
3. forçado
 - 3.1. normal: associado à busca por novo trabalho, cujo tempo de busca também tem comportamento cíclico.
 - 3.2. periódico
 - 3.2.1. sazonal: em certa medida previsível
 - 3.2.2. por crises e tempos ruins: associado aos ciclos econômicos e crises.

rigidez salarial, tentou explicar o porque dessa rigidez e evidencia uma preocupação com o desemprego anterior a Keynes e à grande depressão, mas foi a *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, que cunhou o termo “desemprego involuntário”.

1.2. Keynes e Kalecki: o princípio da demanda efetiva

Na teoria keynesiana a causa do desemprego não é a rigidez salarial, mas sim uma insuficiência de demanda agregada. Keynes refuta os pressupostos neoclássicos de que a oferta de trabalho seja crescente em relação aos salários reais (trabalhadores igualam a utilidade do salário à desutilidade marginal do trabalho) e de que a demanda seja exógena. A primeira recusa se pauta no argumento de que os trabalhadores podem no máximo influenciar os salários nominais, visto que os preços dos bens salários são determinados por fatores de demanda, livres de seu arbítrio. Ademais, os salários nominais, por fatores institucionais, são rígidos. Isto é,

O conceito de Keynes da oferta de trabalho assume, implicitamente, que os trabalhadores preferirão trabalhar a não trabalhar, e que eles irão se ater a um contrato (especificado em termos de uma taxa de salário nominal e uma dada “jornada de trabalho”) para uma gama de salários reais. Ou, em outras palavras, os trabalhadores manterão seus contratos mesmo se houver um pequeno aumento no nível de preços dos bens-salário (Amadeo & Estevão, 1994, p.34).

Já na segunda recusa, Keynes argumenta que os salários nominais ao afetarem a propensão a consumir, a taxa de juros e a eficiência marginal do capital, acabam por impactar a demanda efetiva. A questão é que não há sistematicidade na relação entre salários e demanda efetiva, logo não há como atribuir uma inclinação definida à relação entre nível de emprego e taxa de salário nominal. O que se conclui é que a rigidez de salários nominais, não é fator explicativo do desemprego na medida em que não é suficientemente previsível o seu impacto sobre a decisão de investimento das firmas, que caso acrescido, geraria empregos. O

que o princípio da demanda efetiva estabelece, portanto, é que o nível de emprego é função das despesas de investimento e de um multiplicador para cada nível de salário nominal.

A rigidez salarial, como dito, não é uma fonte de desemprego coerente com a explicação de Keynes na TG, embora tenha sido defendida ainda por teóricos ditos keynesianos. Os que se mantiveram arraigados nessa colocação clássica, estavam ainda ligados à tendência, segundo eles irrepreensível, de que a economia tende ao pleno emprego via reequilíbrio das forças de mercado. Logo, se se obstrui o movimento de uma dessas forças, a flexibilidade de salários nominais, a resultante é o desemprego. De acordo com Amadeo & Estevão (1994), duas são as alternativas analíticas dos que mantiveram essa linha teórica: ou crêem que os efeitos sobre a demanda efetiva não são múltiplos ou tratam somente do desemprego voluntário.

A possibilidade de eliminação do desemprego pelo “livre jogo das forças de mercado”, enquanto fenômeno “cíclico, temporário e essencialmente autocorretivo”, era descartada por Keynes, o que tornava necessário a intervenção do Estado: “o volume global de emprego só poderia ser aumentado através de maior ‘demanda agregada’, seja através do gasto público deficitário (aumento da demanda governamental) ou de uma política monetária expansionista (aumento da demanda privada)” (O’Brien & Salm, 1970, p.94 *apud* Azevedo, 1985).

Robinson na *Introdução à Teoria do Emprego* (1980), ao tentar clarificar os principais pontos da Teoria Geral de Keynes, estabelece a origem do desemprego na relação entre o investimento e a poupança. Fundamentalmente, ele existiria quando a taxa de poupança dos indivíduos numa determinada economia fossem maiores do que o investimento.

Para explicar isto é preciso ficar claro que a) ao contrário da crença clássica, a poupança não determina o investimento e b) que a renda é que determina a taxa de poupança. Isto implica dizer que as escolhas dos indivíduos das parcelas da renda que destinarão ao consumo e à poupança dependem do seu nível de renda. Ele não gastará toda ela em consumo corrente, mas destinará uma parte a uma reserva para fins precaucionais ou a acumula na forma de riqueza, desde que tenha um padrão de vida mínimo. Quanto mais alto o padrão de vida, maior parte da renda será poupada.

Essa parcela da renda poupada é definida segundo regras subjetivas de consumo dos indivíduos, as quais são desconectadas das decisões de investimento dos capitalistas. Desta

forma, não há porque se esperar que uma desejada taxa de poupança na economia, seja necessariamente igualada à taxa de investimento. O investimento, segundo Keynes, é definido pelas expectativas de retorno dos empresários, que levam em consideração tanto condições de mercado (o custo do capital) como a capacidade de demanda dos consumidores, por sua vez determinada pela renda. Logo, o simples aumento da poupança não os estimula a demandar bens de capital. Somente quando, por algum motivo, os empresários passam a esperar um aquecimento da demanda pelos seus produtos, aumentam o investimento. A maior demanda por bens de capital gera empregos nesse setor da economia, portanto gera renda e capacidade de consumo, que por sua vez afetam o emprego nos setores tradicionais, ofertantes de bens-salário. Deve ser observado que o ciclo de acumulação assim estabelecido se deu pelo aumento da renda tendo influenciado a expectativa dos capitalistas, que, em última instância, aumenta a capacidade de poupança. Essa poupança será tão maior quanto mais concentrada for a renda nessa economia.

Um aumento na poupança, como disséramos, não é capaz de afetar a demanda por bens de capital, mas ao reduzir a demanda por bens de consumo desestimula o investimento, pois inibe as expectativas de crescimento dos empresários. Nessas condições sim, pode ocorrer o desemprego. “Existe desemprego quando a quantia de bens de capital que os empresários decidem que valerá a pena comprar é inferior ao montante que os indivíduos desejam poupar” (Robinson, 1980, p.18).

A explicação da literatura de expectativas racionais para o desemprego teve origem nos trabalhos do monetarista Friedman, de 1968, que apresentava o desemprego como resultante de erros expectacionais cometidos pelos trabalhadores. Sua distinção teórica em relação aos pressupostos de Keynes é que o nível de preços é exógeno, determinado pela exogeneidade da oferta monetária, pois Friedman substitui o princípio da demanda efetiva pela teoria quantitativa da moeda. Daí decorre que haveria desemprego quando os trabalhadores tivessem percepções equivocadas sobre o comportamento futuro dos preços, determinantes dos salários reais. Fica clara uma restrição do modelo ao desemprego voluntário, pois resgata o tratamento da decisão do trabalhador de ofertar sua força de trabalho ou não, de acordo com os salários reais, nesse caso, esperados.

Outros modelos na linha de expectativas racionais que se propuseram a explicar o desemprego como desvios em relação a uma taxa natural de desemprego estão em Barro, de 1976, e Fischer, de 1977. No primeiro, os desvios seriam explicados por choques inesperados,

que devido a informações imperfeitas obstruem a capacidade dos trabalhadores, normalmente aptos a construir previsões perfeitas, de prever corretamente o nível de preços, o que geraria desemprego voluntário. Já Fischer apela para a rigidez dos salários, acertados em termos nominais em contratos de trabalho, como fonte de erro de expectativas dos agentes, caso as autoridades monetárias decidam mudar a regra monetária (Amadeo & Estevão, 1994).

Economista de pronunciados estudos na questão da distribuição de renda e crescimento econômico, Kalecki, ao publicar “*Essays on the theories of economic fluctuations*” em 1939, introduziu ao debate sobre a determinação dos níveis de emprego e produto da economia novos elementos de grande esclarecimento. Assim como Keynes, Kalecki atribui importância central à demanda agregada na dinâmica econômica, mas parte de pressupostos distintos da TG. Enquanto essa previa rendimentos decrescentes da tecnologia, objetivo das firmas de maximização de lucros e competição perfeita nos mercados, Kalecki manteve somente o segundo ponto e no lugar dos demais defendeu a existência de rendimentos marginais constantes e estrutura de mercado de concorrência imperfeita. A mudança desencadeada no corpo das duas teorias é da relação causal e do sentido da correlação entre distribuição e nível de emprego que cada uma delas estabelece (Amadeo & Estevão, 1994). Para Keynes o aumento do emprego – e do produto – afeta negativamente a distribuição, já para Kalecki a distribuição afeta o nível de emprego e o produto positivamente. Vejamos por que, enfatizando a explicação dele sobre o processo de formação de preços e seus efeitos sobre a distribuição e a relação entre distribuição e nível de emprego.

Pelo pressuposto de concorrência imperfeita nos mercados, o “grau de imperfeição do mercado” passa a ser elemento chave na formação dos preços⁴. Isto porque a reação das firmas a mudanças nos salários depende do seu poder de mercado e da elasticidade da demanda de seus produtos (e a definição dos salários reais condicionada às mudanças nos preços, também). Quanto menor a redução da demanda quando aumenta o preço dos bens (menor elasticidade), maior a capacidade da empresa de reajustar preços sem reduzir suas margens de lucro. O grau de concentração do mercado também delimita a capacidade de organização das firmas com intuito de manipular os preços. Em suma, a formação dos preços em Kalecki adquiriu um perfil muito mais complexo em relação às teorias anteriores ao considerar o que denominou “fatores de distribuição”, o que torna da mesma forma complexa

⁴ Mais detalhes sobre a teoria kaleckiana de formação de preços ver “*Theory of Economic Dynamics*” (1954), “*The Supply curve of an industry under imperfect competition*” (1940), “*The problem of profit margins*” (1942),

a determinação do nível de emprego e produto da economia, que, segundo ele, perpassa pelas condições de distribuição da renda.

Outra proposição importante da teoria kaleckiana diz respeito à propensão marginal a consumir, que considera diferenciada entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Trabalhadores têm baixa propensão a poupar - normalmente suposta nula por Kalecki - portanto um aumento de salários reais, via redução dos preços, por exemplo, representa um aumento do gasto agregado, dada a alta capacidade de consumo dos trabalhadores. Os salários também são definidos segundo um mecanismo de interação de classes muitas vezes independentes do nível de atividade (o modelo de “luta de classes” de Kalecki). A relação causal se inverte, funcionando os salários como elo entre a distribuição de renda e o crescimento, tendo seus efeitos dinâmicos delimitados pelo grau de imperfeição (grau de monopólio) do mercado ao definir o comportamento dos preços.

Amadeo & Estevão (1994, p.92) sintetizam a posição de Kalecki nas seguintes palavras:

[...] em primeiro lugar, há uma troca compensatória (*trade-off*) entre o movimento dos “fatores distributivos” ao longo do ciclo econômico no seu efeito sobre a participação dos salários na renda; esta, portanto, tende a ser bem menos volátil do que o nível de emprego (que é dirigido fundamentalmente pelos gastos dos capitalistas). Em segundo lugar, variações arbitrárias dos salários nominais tendem a ser ineficazes como um instrumento para fazer variar o nível de emprego se o grau de monopólio permanecer inalterado, e os trabalhadores podem resistir às reduções dos salários durante as recessões e, desse modo, evitar o efeito estagnacionista da deterioração do perfil de distribuição da renda. E, em último lugar, a política econômica pode afetar a distribuição, e, por este canal, o emprego, alterando as alíquotas de imposto de renda e imposto indireto sobre bens-salário, ou pode também promover um aumento de salários e controle de preço, aumentando, desta forma, a participação dos salários na renda.

A variação de preços será determinante do impacto de aumentos no salário mínimo sobre o consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, sobre a distribuição da renda. Esse aspecto é especialmente relevante no contexto desse estudo pelos fatores que condicionaram a recuperação do PIB e redução do desemprego nos últimos anos no Brasil, acompanhado de uma valorização real do salário mínimo a partir de 2004, mas que deixaremos para discutir no capítulo seguinte, estabelecendo o devido detalhamento da questão.

Expusemos duas vertentes principais da teoria econômica do desemprego, uma que o associa a algum tipo de rigidez de salários nominais e outra que estabelece sua origem numa deficiência de demanda agregada. Partindo de pressupostos distintos acabam divergindo sobre a capacidade do salário mínimo de funcionar como mecanismo de distribuição de renda (e de redução do desemprego, como discutiremos mais à frente). A abordagem mais conservadora julga a fixação de um salário mínimo contraproducente, por gerar desemprego; ineficiente, por frear a produtividade, e ineficaz, por não ter efeitos sobre a distribuição de renda. Como havíamos explicado e reitera Medeiros (2005), esse tipo de argumentação se pauta na crença de perfeita substituição entre capital e trabalho, que faz com que quando salários aumentam as firmas vejam mais vantagem em substituir a mão-de-obra mais cara por capital. Nessa construção existe um salário de equilíbrio e desvios em relação a ele representariam excesso de oferta de trabalho – desemprego.

Efeitos positivos sobre a demanda agregada seriam inexistentes porque quaisquer ajustes salariais seriam compensados por ajustes de preços, já que os trabalhadores visam salários reais. Na segunda abordagem, por considerar que os trabalhadores têm nenhuma influência sobre salários reais a espiral de preços e salários não se efetiva e que o processo de formação de preços é mais complexo do que se pretendia anteriormente, dá margem para um mecanismo de definição inexata de impacto de preços sobre salários, em última instância, sobre poder de compra dos assalariados e demanda agregada. Neste arquétipo o desemprego adquire dimensão de problema estrutural. Não se pode garantir o pleno emprego deixando investimento e consumo “interagirem”, tanto pela complexidade de fatores em questão como pela imprevisibilidade das expectativas dos agentes. Decorrente disso, o que a abordagem da demanda efetiva defende é a intervenção Estatal via gastos públicos para que o pleno emprego seja atingido.

Cesaratto *et al* (2003) fornecem bases interessantes da teoria econômica para a discussão do desemprego no período que nos propusemos a analisar, 2000 a 2008. Os mecanismos de mercado restauradores do pleno emprego são rejeitados e da mesma forma refutados quaisquer mecanismos de substituição, o que implicaria, no caso de aplicação de tecnologia no processo produtivo, em substituição irreversível de mão-de-obra por capital: desemprego tecnológico. Haveria fatores ligados à demanda efetiva, antes ignorados pela teoria neoclássica, levados em consideração. O crescimento da demanda agregada deve ser suficiente para acompanhar o aumento da produtividade, isto significa ter que alterar padrões de consumo, por sua vez, dependentes de outros fatores como distribuição da renda, o caráter

da mudança técnica, disponibilidade de crédito ao consumo e de como o crescimento da renda e o progresso tecnológico se afetam mutuamente. Alguns desses fatores serão revistos num contexto específico na seção seguinte.

Daqui em diante o rumo dado à discussão será voltado para o processo de desenvolvimento das economias capitalistas subdesenvolvidas especificamente e de forma comparativa com as desenvolvidas, como construído na análise de muitos economistas e outros estudiosos do assunto, de diversas linhas teóricas. Nela, o desemprego, assim como a condição de subdesenvolvimento em si, é atribuído a especificidades do processo histórico de evolução de alguns países de desenvolvimento industrial tardio.

1.3. Subdesenvolvimento e desemprego nos debates marxista e estruturalista

Lewis (1954), em *Economic development with unlimited supply of labour*, estruturou a análise do mercado de trabalho de economias subdesenvolvidas da seguinte maneira: uma economia em processo de modernização, com parcela significativa da população ainda vivendo no campo. Os salários no meio urbano tenderiam a se estabilizar num nível pouco acima do de subsistência suficiente para atrair a mão-de-obra do campo. Enquanto houver força de trabalho disponível no meio rural disposta a migrar para a cidade, haverá margem para que os salários urbanos não subam. Portanto, a estabilização do salário no nível pouco acima do nível de subsistência no campo geraria uma “oferta ilimitada de mão-de-obra”.

Medeiros relaciona outra referência na análise de desemprego na mesma linha do dualismo estrutural de Lewis:

“na literatura do desenvolvimento econômico um influente estudo sobre migrações e desemprego [Harris e Todaro, 1970] incorporando as hipóteses convencionais sobre salários de equilíbrio postulava que além do desemprego provocado pela formação de um salário superior ao de equilíbrio, o hiato de renda entre as atividades de subsistência e os salários urbanos formados institucionalmente pela política de salário mínimo fazia com que a oferta de trabalho urbano aumentasse com o aumento do mínimo já que os trabalhadores de atividades de subsistência calculavam a probabilidade de aumentar a sua renda e migravam para as cidades elevando, desta forma, a taxa de desemprego. Naturalmente que este efeito só existe se denominarmos de emprego as atividades de subsistência e auto-emprego e fizermos a hipótese de que os fatores de expulsão não jogam um papel relevante nas migrações internas” (Medeiros, 2005).

Kowarick (1981), seguindo pela linha marxista, também faz referência ao intenso fluxo migratório do campo para a cidade, resultado da estagnação do setor agrário nas economias subdesenvolvidas (mais especificamente da América Latina), como fator explicativo da marginalidade, compreendida pelos autores das teorias da marginalidade como condição marginal em relação ao mercado de trabalho, ou seja, onde se incluem o desemprego e o subemprego. Além desse fato, a lenta expansão do emprego industrial e o crescimento demográfico criaram nessas economias uma oferta ilimitada de mão-de-obra, tal qual definiu Lewis. A referida incapacidade do setor industrial de se expandir absorvendo maciçamente a mão-de-obra, em sintonia com a tradição cepalina, é explicada pelo tipo de desenvolvimento industrial ocorrido nesses países. Segundo esta abordagem, a indústria aumenta sua capacidade produtiva principalmente nos centros urbanos, mas o nível de emprego não cresce na mesma proporção. A introdução de tecnologia tipicamente poupadora de mão-de-obra importada dos países desenvolvidos, na tentativa de desconstruir a estrutura econômica predominantemente agro-exportadora e implantar uma política de substituição de importações, catalisa um processo de marginalização social profundamente associado às dificuldades de inserção de grande parcela da população no mercado de trabalho.

Ou seja, à luz da chamada “teoria da dependência”, a manutenção de relações de dependência dos “países periféricos”, submissos econômica e culturalmente aos “países centrais”, que exerceram seu domínio por meio de grandes redes monopolistas, desencadeou um quadro de concentração e centralização econômica desprovido de um objetivo de desenvolvimento nacional. Além da exclusão de trabalhadores do setor industrial “de grande tecnologia e de grande rentabilidade para os monopólios estrangeiros”, o esquema de industrialização dependente responde também pela relativa marginalização de determinados ramos de produção.

como a disponibilidade de capitais é limitada e a concentração do excedente econômico se acentua no âmbito restrito das unidades produtivas, de tipo monopolista, articulado a estas e a elas subordinado, organiza-se um espectro de atividades cuja expansão se apóia na utilização extensiva da força de trabalho, o que caracteriza de modo particular as ocupações autônomas do setor terciário, além das atividades ligadas ao artesanato urbano e à indústria a domicílio, que, em muitas partes, ao invés de serem destruídas, continuam sendo recriadas (Kowarick, 1981, p.72).

A natureza específica de reprodução do capital nas economias periféricas, via inserção “abrupta e parcial” do capital estrangeiro, deixa em descompasso a abundante oferta de trabalho e a limitada demanda; e a mão-de-obra não absorvida acaba se estabelecendo em relações de produção não tipicamente capitalistas⁵, as quais Kowarick chama de “formas marginais de inserção no mercado de trabalho”. Essas formas de inserção são caracterizadas por arcaísmo tecnológico e relações de trabalho indefinidas (a rigor, o trabalhador não é nem patrão nem é assalariado) e que, na maior parte das vezes, não chegam a remunerar o trabalho.

Resumindo, embora negue o determinismo entre subdesenvolvimento (aí incluso desemprego e subemprego) e capitalismo dependente, Kowarick atribui ao tipo de desenvolvimento tecnológico a causa do desemprego (inclusive no universo da marginalidade). Outros autores defendem posição contrária aos pontos centrais dessa linha de argumentação, criticando as teorias que costumam explicar a persistência do desemprego e do subemprego na periferia pelo uso de tecnologia "inadequada" (Azevedo, 1985).

Faria (1974) critica as teorias da marginalidade, compreendida pelos seus autores como condição marginal em relação ao mercado de trabalho, mais especificamente às suas formas capitalistas, o que incluiria tanto o desemprego como o subemprego. Segundo ele, não se pode falar em desenvolvimento capitalista perverso nas economias subdesenvolvidas, pois ele gera as forças produtivas na periferia da mesma forma que no centro: destruindo formas tradicionais e arcaicas de produção e substituindo-as pelas formas estritamente capitalistas ao mesmo tempo em que gera um excedente de mão-de-obra que garante tanto que os salários não subam como uma reserva de força de trabalho para as firmas. Tampouco foi a industrialização a causa da desestruturação do mercado de trabalho na periferia, pois mesmo antes de 1890 a população nas cidades já era excessiva e dificilmente encontrava ocupação permanente. Foi neste contexto que se introduziu a indústria capitalista no Brasil, por exemplo, restando compreender como se estabeleceram as formas de sobrevivência da massa não absorvida pela indústria.

Nesta mesma linha, Singer (1977) parte da premissa de que para compreender o desemprego e o subemprego é preciso examinar a forma como a força de trabalho se reproduz sob a égide do capital. Sua conclusão foi que o progresso técnico em si, no caso de países não-desenvolvidos determinado exogenamente e injetado no sistema produtivo com certa

⁵ A definição de relação capitalista aqui é a construída por Marx, no *Capital*, cuja lógica de funcionamento é a exploração dos trabalhadores, que desprovidos dos meios de produção vendem no mercado a sua força de trabalho. O excedente do produto do trabalho, “mais-valia”, é apropriado pelos capitalistas.

defasagem, não gera desemprego, mas a forma como a força de trabalho se reproduz nesse contexto, além de elementos histórico-estruturais. No sistema capitalista é o capital que rege a produção e reprodução da força de trabalho e não o contrário, como tendem a considerar outras teorias, que, por isso, tendem a associar o desemprego ao crescimento demográfico ou fluxo migratório. A produção não tem que absorver a mão-de-obra disponível, mas a oferta de mão-de-obra – bem como a demanda - que se ajusta às necessidades do capital.

O tom da argumentação de Singer está em sintonia com os conceitos e premissas que ele considera, dentre os quais o mais forte é limitar a análise às formas de produção capitalista e considerar as demais atividades como complementares ou dependentes. Em primeiro lugar é preciso ficar bem claro o que se deve entender por “produção” e “reprodução” da força de trabalho.

A tradicional discussão do dualismo das economias subdesenvolvidas, assim consideradas por não ter sido o capitalismo nelas existente irradiado a todas as relações de produção, existindo ainda os chamados setores tradicionais ou de subsistência, coloca o setor capitalista como atrator da mão-de-obra dos demais setores. Essa capacidade de atração que o capitalismo exerce sobre os demais setores é a “produção de força de trabalho”, sendo ela “reproduzida” a partir do momento em que é comprada pelo capitalista. O capitalismo produz a força de trabalho ao eliminar ou expropriar dos indivíduos seus meios de subsistência, forçando-o a ofertar sua capacidade de trabalho no mercado. O exército industrial de reserva se forma, portanto, quando uma parcela da mão-de-obra produzida não é reproduzida. E a situação se agrava em países subdesenvolvidos onde o contingente de “trabalhadores ‘liberáveis’” (trabalhadores não-assalariados) é maior.

Em Kowarick o conceito marxista “exército industrial de reserva” também é discutido e relacionado à existência do desemprego e subemprego, inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista. A força de trabalho incorporada ao capital no processo produtivo, segundo Kowarick (1981), é cada vez menor, portanto, “está dentro da lógica da produção capitalista criar uma população ‘excedente’ que se torna ‘supérflua’ na medida em que não é imediatamente necessária ao ciclo de expansão do capital”. Esta população excedente exerce duplo papel, primeiro predatório sobre a condição dos trabalhadores, pois funciona como um fator redutor das pressões dos trabalhadores sobre os capitalistas para aumentar salários ou melhorar as condições de trabalho. E um segundo papel positivo para os capitalistas ao funcionar como garantia de mão-de-obra para suprir as demandas cíclicas do capital, sem afetar a alocação intersetorial do fator.

Nas economias capitalistas subdesenvolvidas modernas, segundo Kowarick, a parcela de desempregados e subempregados ainda exerce função de exército industrial de reserva, na medida em que ainda é possível inseri-los na indústria sem maiores dificuldades. Os tipos de “exigências qualitativas de trabalho” facilitam a substituição de trabalhadores, pois se caracterizam basicamente por trabalhos repetitivos, que quase nunca requerem raciocínio ou capacidade de decisão.

Claro está que, tanto mais escasso e necessário determinado tipo de trabalhador, tanto mais difícil substituí-lo. Mas não se pode fazer da qualificação um “cavalo de batalha”, como se para forjar um trabalhador fosse necessário uma verdadeira metamorfose. Não se quer negar que certas modalidades de trabalho supõem um aprendizado cuja efetivação implica em certas doses de aptidão pessoal e grau prévio de conhecimento, como também de treinamento. O que se quer enfatizar é que não se pode fazer do operário especializado uma categoria sem competidores no mercado de trabalho, ou sem substrato potencial no sentido de não ser viável sua substituição (Kowarick, 1981, p. 120)

Nos países inovadores, a própria dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas acaba por absorver o exército de reserva, alternando inovações de processos e inovações de produtos, enquanto nos países não-desenvolvidos a substituição de importações de bens de consumo, introdução de “novos produtos”, contraditoriamente reduz a acumulação interna de capital. Isto porque, num primeiro momento os novos produtos são consumidos pelos capitalistas⁶ com parte do excedente gerado e quando introduzidos na cesta de consumo dos assalariados eleva os custos de reprodução da força de trabalho, que, na ausência de inovações de processo que reduzam os custos de produção (deverão ser novamente importadas) têm sua produtividade estagnada.

É preciso, finalmente, notar que o desemprego, nestes países, longe de ser “tecnológico”, como insistentemente se apregoa, é antes de mais nada o resultado de uma produção extemporânea e de uma reprodução precária da força de trabalho pelo capital. A industrialização desemprega mesmo quando se dá em níveis comparativamente baixos de produtividade, porque o capital toma o lugar de formas de produção pré-industriais, de produtividade ainda menor. Além do mais, como foi visto, a produtividade do trabalho tende a estagnar nos ramos tornados capitalistas, o que coloca sérias limitações tanto à acumulação do capital quanto à reprodução da força de trabalho, o que vai, contraditoriamente, agravar o desemprego (Singer, 1977, p.195).

⁶ As distorções nas economias subdesenvolvidas causadas pelo padrão de consumo dos seus capitalistas é apontado também nas teorias de Furtado (1983).

A expansão dos salários reais que deveria acompanhar o aumento de produtividade não se verifica nas economias não-desenvolvidas, seja vista sua limitada capacidade de gerar mais-valia relativa, ou seja, reduzir custos via progresso técnico. Como resultado, os salários são muitas vezes insuficientes e colaboram para a redução da produtividade da força de trabalho ao limitar a qualidade de vida do trabalhador, além de intensificar a entrada de mulheres e jovens no mercado de trabalho com intuito de reforçar a renda familiar. Outros problemas sociais surgem a partir disso, relacionados à desestruturação familiar.

Tavares (1983), ao contrário de Singer, vem somar argumentos à tese de que o desemprego venha a ser uma consequência da atipicidade do contexto de evolução industrial nas economias capitalistas subdesenvolvidas, discutido em especial para o Brasil. A concentração econômica e da renda operam no sentido de beneficiar permanentemente um eixo dinâmico da economia à custa dos setores tradicionais. Para ela o sistema econômico adquiriu um caráter dual, responsável pelos desequilíbrios sociais e regionais que já à época colocavam em cheque um desenvolvimento econômico sustentável, capaz de distribuir renda e difundir o progresso técnico para o consumo em massa.

Esta dualidade é caracterizada pela existência de um pólo capitalista de crescimento intenso, relativamente alta produtividade e fraca capacidade de geração de empregos; e outro pólo, subdesenvolvido, onde se concentra maior parte da população mantida à margem do sistema capitalista, tanto no que diz respeito ao trabalho como a consumo. Essa estrutura decorreu do desenvolvimento intenso das forças produtivas, via importação de tecnologia, com intuito de implantar uma indústria de transformação capaz de substituir grande parte dos produtos componentes da pauta de importações, responsáveis, segundo seus defensores à época, pela dependência e vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos. A dinâmica do processo de substituição de importações conciliava a introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra, determinante da baixa capacidade de geração de empregos da indústria de transformação nas décadas de mais intenso crescimento, e desigual distribuição de renda em uma sociedade estratificada⁷, com desigual capacidade de consumo, evidentemente.

⁷ Essa estratificação se coloca da seguinte forma, como nas próprias palavras de Tavares (1983): “A cúpula dessa pirâmide representa o grande mercado consumidor para o pólo capitalista cujo poder de compra foi suficiente para garantir mercado às indústrias de bens de consumo duráveis. A faixa intermediária está constituído por aquela parcela de população que gravita na periferia do pólo dinâmico e cuja renda média corresponde à própria média brasileira que, por ser extremamente baixa, não representa um poder de compra considerável a não ser daqueles bens industriais de consumo universal. Finalmente, a base da pirâmide, em que está compreendida metade da população, está praticamente à margem do mercado capitalista” (*idem*, p. 111).

Numa primeira fase do processo de substituição de importações, a cúpula vai crescendo à custa da expansão e diversificação do setor capitalista e embora a estrutura produtiva do setor atrasado permaneça sensivelmente, há um certo grau de acesso da população da base ao setor dinâmico, cujas funções de produção são absorvedores de mão-de-obra. À medida, porém, que a industrialização avança para faixas de maior densidade de capital e a estrutura do setor primário continua inalterada, cessa o trânsito de um setor para o outro e a cúpula da pirâmide tende a descolar da base (Tavares, 1983, p.112).

Em síntese, a tese da economista é de que um setor da indústria brasileira se torna dinâmico graças à existência de um mercado consumidor restrito, cuja alta renda lhe confere a capacidade de adquirir bens de alta tecnologia e mais caros. À margem disso, no entanto, fica uma grande parcela da população que não é absorvida nas indústrias de alta densidade de capital e submetida a baixos salários, dadas as condições de concorrência no mercado de trabalho de países subdesenvolvidos (existência de exército de reserva). Ao capital é possível aumentar mais-valia relativa e absoluta enquanto se mantiver o preço dos bens-salário sob controle, o que adquire certo antagonismo, pois acaba por penalizar os setores tradicionais cuja demanda é bem menos dinâmica (Tavares, 1983 e Tavares & Serra, 2000; Oliveira, 1972). Acrescentando ainda que o crescimento do emprego aquém do necessário não se deve à importação de tecnologia intensiva em capital, mas à forma como o maior excedente por ela gerado é utilizado:

Durante o período mais intenso da industrialização, mesmo quando se verificou uma dilatação da fronteira econômica e a extensão da modernização a várias áreas agrícolas, bem como a incorporação de novos contingentes da população ao setor de serviços em vários pólos urbanos, a heterogeneidade se acentuou, juntamente com a concentração de capital e a redução do ritmo de absorção produtiva da força de trabalho nos centros urbanos.

Como resultado, a concentração econômica ao nível regional, da atividade empresarial e da renda (pessoal e funcional) se mantinha e o problema do “desemprego estrutural de mão-de-obra não qualificada” permanecia sem solução pelo fato do ritmo de crescimento do emprego não acompanhar o crescimento populacional. O setor terciário continua sendo uma opção, mas, pela proporção da população sem oportunidades nas outras áreas, acaba caracterizado pelo “empreguismo” e desemprego disfarçado.

Na visão de Furtado (1983), assim como de Tavares, o excedente estrutural de mão-de-obra e má distribuição de renda estão bastante interligados. No processo de desenvolvimento das economias capitalistas o crescimento econômico conseguiu distribuir renda e gerar consumo em massa a partir do momento em que gerou empregos e promoveu às classes trabalhadoras a capacidade de auferir sua própria renda. À medida que a mão-de-obra se tornava escassa, além das pressões sociais, os salários aumentavam. No extremo oposto, o histórico dos países subdesenvolvidos evidenciou a possibilidade de crescimento sem distribuição, ainda que recalcitrante. Mas o ressaltado por Furtado é que o processo de urbanização em países subdesenvolvidos se deu num contexto de assimilação tecnológica incompatível com a absorção natural da mão-de-obra que migra para os centros urbanos. O crescimento nessa fase não se dá unicamente pelo aumento do trabalho na indústria, mas pelo próprio aumento da produtividade do capital. Sobre o assunto, Oliveira (1972, p.75) chega a afirmar que “a reserva de força de trabalho é de tal porte [no Brasil] que o sistema se dá ao luxo de crescer horizontalmente”.

A partir desta afirmação de Oliveira queremos apresentar dois pontos à discussão desse capítulo, que nos servirão de gancho para os capítulos seguintes. Em primeiro lugar, **como se formou**⁸ e **como hoje se estrutura**⁹ essa reserva de força de trabalho. E em segundo, que mais nos servirá de base para reflexão para trabalhos futuros, o desenvolvimento do setor terciário e sua relação com a marginalização e o subemprego na economia brasileira.

1.4. Conclusão

O setor terciário acolheu grande parte da mão-de-obra cada vez mais obsoleta aos processos produtivos dos setores agrário e industrial devido ao alto grau de modernização que sofreram. O progresso técnico não pode ser visto, no entanto, como fator gerador do desemprego e pobreza, visto que é ele que possibilita o aumento de produtividade que supriria as necessidades de uma população crescente. O problema está na divisão dos bônus do desenvolvimento tecnológico, que não se efetivam pela baixa remuneração dos trabalhadores, principalmente do setor terciário. Embora a precariedade do trabalho não seja unicamente associável a este setor, pois está presente em outros setores principalmente se associada a

⁸ Será a discussão do capítulo 2.

⁹ A ser discutido no capítulo 3.

baixa remuneração, sobre ele pesa sua própria natureza e a pulverização das atividades nele incluídas, que facilitam o contorno da regulamentação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, o controle do Estado sobre o cumprimento do estabelecido nas leis.

Por fim, até que chegássemos à questão do desemprego e subemprego de países subdesenvolvidos, como o Brasil, passamos por estruturas teóricas distintas, mas que dão uma idéia da complexidade de se pensar a questão do desemprego, principalmente no âmbito macroeconômico. Os aspectos teóricos selecionados serão úteis para desenvolver uma reflexão sobre uma questão que precisa ser compreendida em profundidade: o comportamento do desemprego e seus condicionantes no Brasil. Embora agora ascendido à condição de país “em desenvolvimento” ou “emergente”, o país ainda apresenta grandes déficits no que diz respeito ao seu mercado de trabalho e capacidade de gerar bem-estar social por meio da renda do trabalho.

Aos poucos ficará clara a vertente teórica com que o presente trabalho se identifica e se considera capaz de explicar, ainda que abstrativamente, o comportamento do desemprego na economia brasileira no período recente, 2000 a 2008.

CAPÍTULO 2 – O DESEMPREGO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

O presente capítulo tem como intenção fortalecer as bases investigativas sobre o desemprego no Brasil, dando continuidade à discussão do capítulo anterior, mas afinando-a para a realidade brasileira tanto em aspectos ainda teóricos como empíricos.

Para isso, o capítulo será dividido em três partes principais. Uma primeira que será incumbida de apresentar aspectos do desenvolvimento industrial no país, como havíamos iniciado no capítulo anterior, e paralelo crescimento das metrópoles brasileiras. Aqui, portanto, discutir o capitalismo brasileiro deve adquirir um caráter mais específico tanto espacialmente, pois guiaremos a discussão para o contexto metropolitano, como historicamente, isto é, a trajetória, o que inclui as políticas - ou falta delas - que percorreu o desenvolvimento brasileiro e que culminou no mercado de trabalho que hoje observamos nas metrópoles brasileiras.

A segunda seção terá relação direta com a primeira enquanto continuidade histórica do processo, mas optamos por separá-la pela abordagem que será feita. Neste ponto será analisada a conjuntura econômica do período 2000-2008, assim como seus potenciais reflexos sobre o mercado de trabalho, cuja evolução também será analisada em dados básicos presentes na literatura sobre o tema.

A terceira seção trará uma revisão de literatura sobre a relação entre características individuais dos brasileiros com a situação de desemprego. O objetivo aqui será de já introduzir alguma inferência sobre a determinância entre variáveis a serem analisadas no capítulo 3. Consideramos importante rever o que pesquisadores conhecedores do assunto têm a dizer sobre a estrutura do desemprego, a fim de fornecer bases analíticas para o trabalho empírico do capítulo seguinte.

O capítulo como um todo tem um caráter investigativo muito forte, pois traz como premissa revisar o pensamento sobre a análise empírica e, principalmente, refletir sobre um hábito comum no âmbito dos estudos sobre mercado de trabalho de isolar o efeito de variáveis sobre o emprego e desemprego.

2.1. Formação das metrópoles brasileiras e evolução do mercado de trabalho

2.1.1. Êxodo rural, concentração econômica e populacional

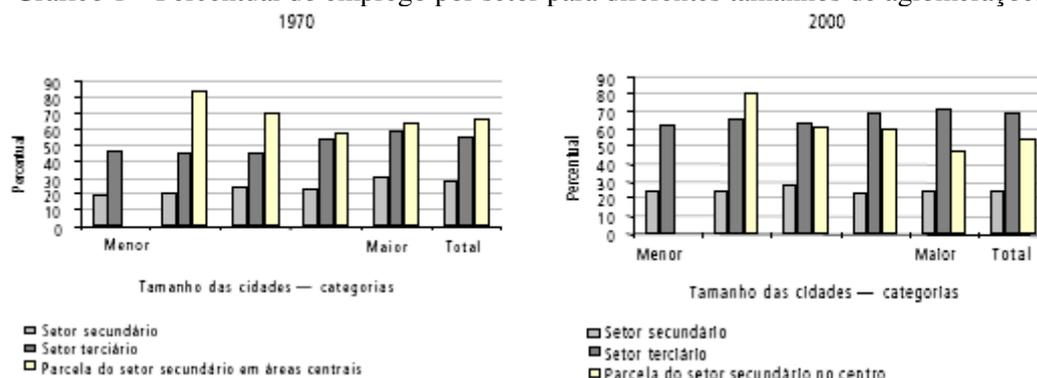
O mercado de trabalho metropolitano enfrenta hoje dificuldades de geração de empregos dignos para uma parcela considerável de sua população, o que é, em algum grau, explicado pela forma como se desenvolveu.

O ritmo acelerado de crescimento das metrópoles brasileiras nos últimos 50 anos, acompanhado de uma miopia política para os problemas de longo prazo que uma falta de planejamento urbano tanto econômico como espacial poderia causar, deflagraram uma situação de marginalidade, pobreza e desemprego em níveis consideráveis nas suas periferias.

Algumas informações dão uma noção da velocidade deste crescimento. A população urbana saltou de 56% para 80% de 1970 para cá e quase três quartos do crescimento total do país se concentrou em cidades grandes durante a década de 70. Somente os centros metropolitanos aumentaram sua participação no acréscimo populacional de 28,1% em 1940-50 para 36,8% em 1970-80, o que, de acordo com Singer (1982), reflete a progressiva metropolização do país. O êxodo rural, portanto, foi um fenômeno de substanciais conseqüências sobre essa dinâmica.

O fluxo migratório no sentido das grandes cidades e áreas metropolitanas esteve em grande parte relacionado ao emprego na indústria de transformação e maior dinamismo econômico que gerava. No entanto, entre as décadas de 1970 e 2000 o país passou por um processo de descentralização industrial, ou seja, uma saída das atividades industriais dos grandes centros urbanos (Mata; Deichmann *et al*, 2006), se tornando o setor terciário o maior empregador nessas áreas. O Gráfico 1 mostra como o setor de comércio e serviços adquire maior peso sobre o emprego à medida que se considera maior tamanho das cidades.

Gráfico 1 – Percentual do emprego por setor para diferentes tamanhos de aglomerações



Fonte: MATA; DEICHMANN *et al* (2006)

A análise empírica do capítulo seguinte irá considerar informações de seis regiões metropolitanas brasileiras, São Paulo, Porto Alegre, Distrito Federal, Recife, Salvador e Belo Horizonte. Obviamente as regiões metropolitanas tiveram diferenças grandes entre si ao longo do processo de crescimento populacional e econômico, mas podemos extrair como denominador comum entre elas o crescimento acelerado e a reestruturação setorial.

Tabela 1 - Taxas de crescimento e participação no crescimento demográfico nacional segundo Regiões Metropolitanas – Brasil – 1940/91

	1940-70		1970-1980		1980-91	
	r	%	r	%	r	%
Belém	3,93	0,86	4,30	1,33	2,65	1,19
Fortaleza	4,36	1,44	4,30	2,10	3,49	2,59
Recife	3,99	2,38	2,74	2,15	1,85	1,88
Salvador	4,19	1,56	4,41	2,39	3,18	2,60
Belo Horizonte	5,47	2,54	4,64	3,68	2,52	2,94
Rio de Janeiro	3,71	8,81	2,44	7,28	1,01	3,67
São Paulo	5,64	12,64	4,46	17,22	1,86	10,13
Curitiba	4,30	1,13	5,78	2,40	3,64	2,49
Porto Alegre	4,48	2,21	3,80	2,75	2,15	2,16
Total	4,54	33,58	3,79	41,31	1,98	29,65

Fonte: Martine (1994)

São Paulo foi inquestionavelmente a região metropolitana que mais se expandiu. Nos dois primeiros períodos apontados na Tabela 1 ela cresceu acima da taxa de crescimento

demográfico nacional e algo pouco inferior a partir da década de 80. Um claro sinal de desaceleração. Recife foi a que menos cresceu dentre as regiões selecionadas, apresentando taxas sempre inferiores à nacional. Salvador, por sua vez, só cresceu menos que o país como um todo no primeiro período.

Belo Horizonte manteve taxas superiores à nacional em todos os períodos, de 1940 a 1991. Enquanto isso Porto Alegre cresce praticamente às taxas de expansão demográfica nacionais, superando em um pouco mais no último período. Uma tendência evidente e geral às regiões metropolitanas é a desaceleração do crescimento, normalmente esperado pelo arrefecimento dos fluxos migratório, principalmente êxodo rural, e pela redução paulatina da taxa de fecundidade.

Algumas características das grandes aglomerações urbanas, que podemos associar a essas regiões metropolitanas em relação ao interior do estado a que pertencem, são sumarizadas da seguinte forma:

Maiores aglomerações são mais diversificadas, com a presença de indústrias intensivas em alta tecnologia e serviços especializados. Isso requer trabalhadores mais qualificados e remunerações maiores, o que acarreta maiores salários e, por sua vez, atrai os trabalhadores qualificados. Entre as maiores aglomerações documentou-se, aqui, uma tendência à descentralização do setor da indústria de transformação. Com o aumento dos preços e da congestão, empresas saem desses grandes centros urbanos. Em vez de irem para as pequenas cidades, onde os salários são menores, elas se estabelecem na periferia das grandes cidades, a fim de angariar os benefícios de aglomeração, tais como: a proximidade dos compradores, dos fornecedores e dos serviços especializados (Mata; Deichmann *et al*, 2006, p.29).

A atratividade econômica criada nessas cidades se estende para a mão-de-obra não qualificada, que parte para os grandes centros em busca de melhores oportunidades de emprego, principalmente através da prestação de serviços para as empresas e classes mais altas ou mesmo para grandes obras que depois de concluídas acabam desempregados. A descentralização industrial acabou por contribuir para a deterioração de um quadro já nada satisfatório devido à grande disponibilidade de mão-de-obra presente nas grandes cidades realizando atividades instáveis e mal remuneradas. Sem considerar o déficit de infra-estrutura urbana, que não acompanhou o rápido crescimento demográfico das cidades.

Para antes da década de 80, Dedecca (1998a) consegue apontar uma dinâmica ainda sustentável do ponto de vista do emprego, embora de alta rotatividade. Os fatores supramencionados, além da “acomodação” da estrutura do emprego sobre o setor terciário ficam bem claros no seguinte trecho:

O desdobramento da estrutura produtiva moderna induzia o crescimento sistemático do emprego assalariado, fazendo que o comportamento da produção e do emprego fosse convergente. Assim, observou-se, nos anos 80, que, ao contrário das previsões pessimistas do final dos anos 60, aquele padrão de desenvolvimento havia apresentado uma grande capacidade de geração de novos empregos, que somente não se traduziu em uma maior estruturação do mercado urbano de trabalho devido o aumento exponencial da disponibilidade de força de trabalho nas cidades, causada por uma modernização agrícola que havia relegado a solução do problema agrário. A grande dificuldade que se apresentou foi que, face a presença de uma grande população economicamente ativa vinculada as atividades agrícolas e a ausência de um programa de reforma agrária, o desdobramento industrial produzia uma modernização agrícola perversa, que criava um fluxo migratório incompatível com a capacidade de geração de novos empregos no meio urbano (Rodríguez & Portugal, 1984; Salm & Eichenberg, 1989). Desse modo, o excedente de força de trabalho ia sendo absorvido em atividades urbanas no setor terciário tradicional, em especial no emprego doméstico e nos serviços pessoais. O crescimento sustentado do emprego assalariado permitia consolidar essa forma de relação de trabalho e transformar o mercado urbano de trabalho. Apesar da elevada rotatividade da mão de obra presente nos segmentos mais estruturados do mercado urbano de trabalho, a força de trabalho que era absorvida por esses segmentos conseguia se reempregar, fazendo do desemprego uma situação transitória entre dois postos de trabalho assalariado (Dedecca, 1998b, p.2)

Mas já a partir de 1981 deu-se início ao período de maior deterioração do mercado de trabalho. Toda a década foi marcada pela instabilidade política e econômica já bem conhecidos pelos economistas (endividamento, inflação, crises conjunturais, transição de regimes políticos), que levaram praticamente todos os setores a perder capacidade de geração de postos de trabalho: indústria de transformação, construção civil e comércio tiveram desempenho pífio, com exceção dos serviços, que conseguiram apresentar taxas positivas no final da década. Após longo período de crescimento puxado pela indústria, a economia brasileira em crise e estagnada e com um mercado de trabalho pouco estruturado passa a sofrer um novo problema: o desemprego.

2.1.2. Abertura econômica e precarização

O mercado de trabalho formal do país corresponde hoje a pouco mais da metade da população economicamente ativa (PEA), o que representa uma tênue relação entre os mecanismos de proteção do Estado e os trabalhadores. Primeiro, pela característica debilidade destes mecanismos de proteção em termos de duração e valor de benefícios; e segundo, pela não cobertura da metade informal a garantias oferecidas pela legislação trabalhista, o que acaba expondo os trabalhadores a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas. A maior deterioração das relações trabalhistas e conseqüente precarização do trabalho é explicada pela trajetória econômica e social percorrida pelo país e catalisada pelas mudanças da década de 1990.

Em dados gerais, a década de 90 teve um desempenho ainda pior que o da década anterior. Mesmo com a estabilização econômica conquistada a partir de 94, a inflação média da década foi maior, assim como as taxas de desemprego aberto e o PIB tiveram pior desempenho. É extensa a literatura sobre o mercado de trabalho neste período exatamente pela profundidade das mudanças ocorridas e há uma convergência na observação do fato de que o acelerado ritmo da abertura comercial teve efeitos imediatos e intensos sobre sua estrutura (ROCHA, 2006; CHAMON, 1998; REIS, 2006; ERNST, 2007; ARBACHE, CORSEUIL, 2001; DEDECCA, 1998a e 2006).

Em consonância com o ritmo de mudanças institucionais apregoadas no mundo inteiro como solução para a crise vivida pelos países emergentes, o Brasil iniciou um processo de abertura econômica e reforma do Estado. Houve liberação do movimento de capitais, intensificação da redução dos mecanismos protecionistas tarifários e não tarifários iniciada na década de 80 e recorreu-se a altas taxas de juros e câmbio valorizado como forma de controlar a inflação.

Ao mesmo tempo eram adotadas medidas que restringiam cada vez mais o peso do Estado na economia: privatizações e corte de gastos principalmente de investimentos, que levaram à deterioração da infra-estrutura do país. O cenário não era dos melhores para o investimento privado e crescimento industrial. Como forma de sobreviver diante das novas condições concorrenciais (câmbio desfavorável à exportação) e alto custo do capital, as indústrias iniciaram um intenso processo de reestruturação acompanhado de baixo crescimento da economia com seus efeitos naturais sobre a retração do emprego.

Kupfer (2004) ressalta que a chamada “estratégia de enxugamento” praticada no período permitiu altos ganhos de produtividade sem que fossem realizados grandes investimentos, destacando a baixa propensão a investir do período. Em vez de investir em expansão e diferenciação de produtos, “intensificou-se e generalizou-se a adoção das novas técnicas de organização da produção”, redução do escopo das linhas de produção, desverticalização (facilitada pelo maior acesso a bens importados) e terceirização das atividades de apoio. Como resultado, a eliminação de postos de trabalho decorrente dessas mudanças tecnológicas mais que compensou o aumento no emprego gerado pela expansão da demanda doméstica e das transações externas.

Esta estratégia culminou numa relação inversa entre emprego e crescimento, isto é, a produção industrial crescia amparada pelos ganhos de produtividade do enxugamento, em detrimento dos níveis de emprego industrial, a despeito dos excepcionais desempenhos das exportações e da demanda doméstica na década de 90. Desta forma, Kupfer (2004) conclui que a mudança tecnológica foi determinante no mau desempenho do setor industrial na geração de empregos e acrescenta que a progressiva mecanização do campo é um foco de eliminação de postos de trabalho, o que representa maior pressão sobre o emprego nos centros urbanos.

Chamon (1998) argumenta neste mesmo sentido. O aumento nas taxas de desemprego na década de 90 pode ser explicado tanto pelo aumento nas subcontratações como pela implantação de novas técnicas gerenciais. Mas o investimento em capital (máquinas e equipamentos), que num contexto de abertura econômica e taxa de câmbio favorável se viabilizou via importações e essencialmente para reposição e não para expansão ou construção de novas plantas, contribuiu para a continuidade do aumento do produto mesmo com redução do emprego.

Por outro lado, o setor de serviços compensou as perdas de postos de trabalho de outros setores, essencialmente indústria de transformação e agronegócio (Kupfer, 2004; CEPAL, PNUD, OIT, 2008), o que aliado ao esgotamento do processo de reestruturação da indústria, culminou em aumento da taxa de ocupação no final da década de 90.

A reestruturação setorial observada na migração da mão-de-obra do setor secundário para o setor terciário, segundo estudo do IBGE (*apud* CEPAL, PNUD, OIT, 2008), pode ser explicada por duas razões. Uma primeira explicação, positiva, é de que isto seja resultado das mudanças e da modernização da estrutura de consumo e de produção da sociedade. Ou, como segunda explicação, seria reflexo de um processo de desindustrialização acompanhado da

expansão de atividades irregulares, precárias e de baixa produtividade como única alternativa aos indivíduos de sobrevivência nas áreas urbanas.

Cardoso Jr. (1999) reforça essa segunda explicação ao afirmar que a participação dos ocupados com carteira assinada diminuiu no setor industrial, mas somente uma parcela foi reempregada no setor de serviços, que apresentou aumento no número de ocupados com carteira, enquanto outra parte acabou na informalidade.

Já Rocha (2006) aponta para algumas tendências estruturais que teriam afetado o mercado de trabalho como resposta às mudanças dos anos 90. Dentre elas, crescimento da ocupação urbana, terceirização, feminização, redução do trabalho precoce e aumento da escolaridade da mão-de-obra. O primeiro ponto citado, relativo à ocupação urbana, tem forte ligação com transformações tecnológicas no setor agrícola, acelerando um processo de modernização e urbanização, baseado principalmente no inchamento do setor terciário, grande incorporador de trabalho de baixa produtividade.

Para a autora, a inflexão de política cambial de 1999 é que propiciou alguma recuperação para o emprego e parece ter dado fim ao processo de enxugamento de mão-de-obra, tendo o setor industrial aumentado sua participação na ocupação, assim como as atividades do setor terciário (comércio e serviços). No entanto, não pode ser constatada nenhuma regularidade na capacidade dos setores em incorporar força de trabalho. Muito menos num ritmo suficiente para atender à oferta de trabalho cada vez maior, dadas as mudanças expostas.

Em paralelo às mudanças econômicas em voga, o elevado déficit de trabalho decente e heterogeneidade se tornaram distintivos do mercado de trabalho brasileiro quando de sua maior flexibilização a partir da década de 90. O aumento da informalidade nas metrópoles foi verificado não somente no setor de serviços, mas inclusive na indústria, o que contribui consideravelmente para a multiplicação de frágeis relações de trabalho. Podemos enumerar como principais traços do mercado de trabalho desde então:

- a) elevadas taxas de desemprego e de informalidade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores;
- b) expressiva parcela de mão-de-obra sujeita a baixos níveis de rendimento e produtividade;
- c) alta rotatividade no emprego;
- d) alto grau de desigualdade entre diferentes grupos, sobretudo em relação às mulheres e à população negra (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

De um modo geral estes traços formatam o avanço da precarização, que pode ser entendida ainda através da noção utilizada por Nogueira *et al* (2004 *apud* Duarte 2006, p.31), segundo a qual a precariedade envolve pelo menos uma das características: a) situação de déficit ou inexistência de direitos assegurados pela legislação trabalhista ou da seguridade social (licença-maternidade, seguro-desemprego, férias anuais, décimo terceiro salário, aposentadoria; b) trabalho de curta duração ou temporário, que submetem o trabalhador a instabilidade de renda e do próprio trabalho; c) vulnerabilidade do indivíduo à sua condição, devido a elevada exposição a certos riscos e incertezas, como baixa remuneração, insalubridade e desemprego. A consequência apontada seria de exclusão dos trabalhadores em vários aspectos: econômico, social e político.

Em suma, a flexibilização do mercado de trabalho para dar conta do novo quadro competitivo das empresas trouxe consigo o aumento da informalidade e da precarização ao mercado de trabalho brasileiro, com consequências negativas sobre a sociedade como um todo. A isso se somou o peso da desaceleração econômica, sobre a qual vários setores tradicionalmente bons empregadores nas regiões metropolitanas perderam sua capacidade de ocupar trabalhadores ou foram transferidas para o interior. O desemprego e a transitoriedade entre os seus tipos se acentuaram.

2.1.3. Desemprego num mercado de trabalho heterogêneo: novos conceitos

A precarização acompanhada pela redução da importância do assalariamento e multiplicação de trabalhadores ligados ao setor de serviços representou para o mercado de trabalho brasileiro uma acentuação da sua heterogeneidade. Tratar o mercado de trabalho em bases duais se tornou impossível dado o nível de complexidade que atingiu a estrutura econômica e do mercado de trabalho em si.

Segundo as colocações de Kowarick (1981), o mercado de trabalho seria classificado de acordo com as condições sobre as quais a exploração se concretiza. Nesse arquétipo, o mercado formal englobaria as relações de trabalho tipicamente capitalistas, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho a um e somente um empregador, usufruindo de estabilidade (trabalho contínuo e regular). Já no mercado não formal operam as firmas não registradas, sendo o emprego a ele vinculado sem reconhecimento legal. Os trabalhadores são tipicamente prestadores de serviços, portanto, no lugar dos empregadores estão os

consumidores – ou clientes - e “a relação não envolve um emprego fixo, mas uma tarefa específica, o mais das vezes de curta duração” (Kowarick, 1981, p.93). A fragilidade desta relação de trabalho está no fato de ser “instável”, no que diz respeito à regularidade e continuidade do trabalho, e “flexível”, no que relaciona ao preço pago pelos serviços.

Como afirma Dedecca (1998b), a partir da nova estrutura econômica e do mercado de trabalho é necessário abrir mão de tentar associar as relações de produção e as relações de trabalho, tal qual vimos ser feito por Kowarick e em boa parte das teorias revisadas no primeiro capítulo deste estudo. Uma distorção causada por tal associação está em se considerar como postos de trabalho de qualidade somente aqueles inseridos no “núcleo do setor capitalista (grande empresa e setor público)” enquanto os precários se situariam no “setor não capitalista tradicional (emprego doméstico, trabalho ambulante,...)”. Enquanto o que se observa na realidade é uma gama variadíssima de formas de inserção no mercado de trabalho, que, formal ou não, não apresentam regra com relação à sua capacidade de fornecer condições dignas ou precárias de vida. Como consequência foi necessária inclusive uma revisão das metodologias de mensuração do desemprego.

Havíamos destacado a capacidade da economia brasileira de crescer até 1980 com relativamente boa relação entre a indústria e os demais setores, principalmente o de serviços que ainda conseguia dar conta do excedente de trabalho não empregado no secundário. Nesse período as possibilidades de reemprego eram altas, o que explicava a relevância em se utilizar medidas de desemprego com procura nos sete dias anteriores à pesquisa. Com as mudanças demonstradas o período referencial de procura usado como critério para medir o desemprego se torna igualmente mais complexo e passa a exigir uma análise mais minuciosa das situações ocupacionais (Dedecca, 1998a).

Estudo da OIT destaca a dificuldade em mensurar emprego e desemprego numa economia em desenvolvimento:

Given the dual nature [faz referência aos dualismos ‘grandes empresas versus pequenas empresas e trabalho formal versus informal’] of the economy and the labour market, a simple evaluation of employment and unemployment figures is not sufficient for an understanding of the evolution of the market. Where there is an excess labour supply, and thus high level of non-formal employment, a fall in unemployment may not automatically mean an improvement in the labour market. It could simply be the result of an increase in precarious jobs characterized by low productivity (Ernst, 2007).

Dentro do que o autor concebe como “dualismo” ele assegura haver uma indeterminação do comportamento do mercado de trabalho e considera limitado, ou quase ausente, a proteção estatal aos desempregados dada sua cobertura somente ao trabalho formal, uma parcela pequena do mercado de trabalho no Brasil. O resultado sobre as medidas de desemprego se amparadas somente pelo conceito de desemprego aberto, são estatísticas superficiais.

In developing countries, the absence of formal unemployment insurance systems means that open unemployment is, in effect, limited to a small number of people, who have enough resources to wait until a job with the characteristics they are looking for actually opens... Less fortunate people cannot join the queue, or have to leave it rather quickly, accepting any kind of occupation that simply allows them to survive...from a statistical point of view, these people are not ‘unemployed’. They are employed, but they just have a ‘bad’ job (Bourguignon, 2005 apud Ernst, 2007).

A PED, desenvolvida pela SEADE e DIEESE em parceria com órgãos públicos locais em seis regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal), é uma das pesquisas realizadas no país que revisou a conceituação e mensuração do desemprego. Segundo a metodologia, são quatro os critérios de classificação da PIA entre desempregados, ocupados ou inativos: a) procura efetiva de trabalho; b) disponibilidade para trabalhar com procura em doze meses; c) situação de trabalho; d) tipo de trabalho exercido (Dedecca, 1998a). Sendo assim, os três tipos de desemprego englobariam os seguintes parâmetros básicos:

- desemprego aberto (DA): situação de não trabalho em sete dias e procura efetiva nos últimos trinta dias;
- desemprego oculto por desalento (DOD): situação de não trabalho e disponibilidade para trabalhar com procura por quinze dias nos últimos doze meses, mas ausência de procura efetiva por desestímulo do mercado de trabalho;
- desemprego oculto com trabalho precário (DOTP): situação de trabalho, embora precário, e procura efetiva nos trinta dias anteriores, senão nos doze meses precedentes (necessidade de mudança de trabalho). É considerado precário o trabalho irregular ou não-remunerado de ajuda em negócios de parentes (SEADE, “Metodologia da Pesquisa de...”).

A metodologia do IBGE, a PME, mais correntemente utilizada nos estudos sobre emprego e desemprego, foi reestruturada em 2001, para melhor refletir as heterogeneidades

do mercado de trabalho brasileiro e as distintas formas de inserção dos trabalhadores, inclusive como forma de melhor atender às recomendações da OIT. A nova metodologia de classificação das formas de inserção inclui categorias como a dos marginalmente ligados ao mercado de trabalho, desalentados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, pessoas sub-remuneradas ou que realizam trabalho não-remunerado de ajuda a parentes. A PED acaba por agrupar algumas dessas características e apresentá-las em dois indicadores de desemprego mais abrangentes do que o de desemprego aberto, flexibilizando a questão da busca por trabalho como distintiva da condição de inatividade e de ocupação.

Além destas mudanças em relação a outras bases de dados, a PED amplia outros conceitos, com a mesma finalidade de refletir mais fielmente a realidade nacional. Para a PIA são incorporadas as crianças com idade entre 10 e 14 anos, que, embora em idade inferior à legalmente estipulada como mínima para trabalhar, infelizmente são parte integrante da realidade social do país. Outra mudança está relacionada ao que se há de considerar como trabalho e como desemprego na pesquisa. A PED passa a considerar limites temporais mínimos para a jornada semanal, incluindo a noção de continuidade e regularidade do exercício do trabalho, o que teria o efeito de aumentar o índice do que se consideraria como trabalho precário nas amostras ao impor critérios mais severos para o que seria considerado como trabalho.

Como critérios para desemprego, a noção de ausência de trabalho e de procura por trabalho são revistas. Em parte pela própria alteração no que seria considerado como trabalho, que acabamos de mencionar, mas também por levar em conta que a presença de trabalho em si não preenche as necessidades de emprego do indivíduo, principalmente na ausência de mecanismos de proteção do Estado aos desempregados, que os leva a exercer atividades irregulares e descontínuas enquanto procuram trabalho.

E, por fim, a mudança no critério procura de trabalho, que caracteriza o desemprego oculto por desalento. Quando o indivíduo tem suas expectativas frustradas em relação ao mercado de trabalho, abandona a procura no período considerado pela PED de “procura atual de trabalho” (trinta dias anteriores ao da entrevista), pois não acredita que haja alguma oportunidade.

Em suma, desemprego aberto passa a enquadrar indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não tenham exercido nenhum trabalho nos últimos sete dias e procuraram emprego no período de 30 dias anteriores à pesquisa. Isto por si só já contempla uma parcela maior da população, mas ainda são adicionados dois status de desemprego: o oculto por trabalho

precário, no qual são enquadrados os indivíduos com 10 anos ou mais cujos trabalhos exercidos foram limitados a trabalhos remunerados de forma irregular ou não remunerados de ajuda em negócio de parentes, tendo procurado mudar de trabalho nos 30 dias anteriores à entrevista. E o oculto por desalento que engloba os indivíduos da PIA que não tiveram nem procuraram trabalho nos últimos 30 dias. Ambos consideram o período de procura por trabalho de até 12 meses anteriores à entrevista.

Um destaque deve ser feito em relação ao DOTP. Por levar em consideração as preferências dos indivíduos, pois o desejo de troca e procura de trabalho manifestas pelo trabalhador são captadas na pesquisa, consegue-se separar ainda que subjetivamente a parcela do mercado informal considerada precária. Nem sempre se verifica no amplo espectro do trabalho informal postos de trabalho de baixa qualidade, estando os bons geralmente associados a trabalhadores por conta própria de qualificação mais alta. Como discutiu amplamente Duarte (2006), a informalidade nem sempre está associada a situações precárias de trabalho.

Os indicadores da PED apontam para um aumento do desemprego em períodos de contração do mercado de trabalho que em metodologias como a PME, do IBGE, era observado como um aumento da inatividade. A maioria dos estudos empíricos atuais adota a nova versão desta metodologia do IBGE, que em 2002 foi modificada a fim de ampliar o conceito de desemprego, mas optou por algumas diferenças conceituais em relação à PED. Não temos o objetivo de discutir a importância de uma metodologia em detrimento da outra, basta-nos deixar claro que o desemprego aberto unicamente como medida de desemprego não reflete as reais necessidades do mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

2.2. O período 2000-2008

O período mais recente, especificamente os anos de 2000 a 2008, será analisado em maior profundidade devido às mudanças ocorridas no mercado de trabalho do país. Em 2000 a ocupação já vinha crescendo, mas somente a partir de 2004 foi observada uma inflexão clara na tendência de aumento das taxas de desemprego que ocorria desde a década de 80 e havia se acelerado na década seguinte. Os dados disponíveis da PED permitem fazer uma comparação entre os últimos anos em que as taxas cresceram e o período que começaram a cair, o que pode agregar alguma informação à análise das características dos indivíduos estabelecendo

uma relação comparativa entre elas e o comportamento do desemprego. Esta seção, portanto, será incumbida de apresentar os principais fatos econômicos e sociais do período 2000-2008, como forma de enriquecer a análise empírica através dos microdados da PED a ser feita no capítulo 3.

2.2.1. Conjuntura econômica

De 1993 a 1995, devido às mudanças econômicas da década lideradas pela abertura comercial, o desemprego não teria caído na mesma proporção que o aumento do PIB, ficando próximo a 4%. De 1996 a 99 a taxa de desemprego aberto escalou para 9,4%, como efeito combinado de baixo crescimento e impacto na ocupação. Considerando a metodologia da PED, elaborada pelo convênio entre SEADE e DIEESE, a taxa de desemprego agregada total mostra números ainda maiores.

A taxa de desemprego total, que inclui o desemprego oculto por trabalho precário e o por desalento, chegou a 20,2% em 1999, mostrando que a apresentação de taxas de desemprego aberto é limitada dependendo do que se quer discutir sobre o mercado de trabalho. A nosso ver deve-se tomar cuidado para não menosprezar a necessidade de medidas de reversão do déficit de postos de trabalho e para não ignorar parte maior dos problemas do mercado de trabalho brasileiro. A relevância dos números expostos na adoção de critérios de identificação do desemprego chamado oculto e sua proporção na medida do desemprego total, principalmente a partir da década de 90, que torna premente uma melhor discussão sobre a relação entre emprego e subemprego.

Até 2002 o nível de desemprego continuou crescendo a despeito da aceleração da ocupação já a partir de 2000. Foi de 2004 em diante que tanto o desemprego aberto como o oculto vieram apresentando consistente trajetória de queda, sobre a qual podem ser apontados como determinantes, *a priori*, o melhor desempenho da economia com maior impacto sobre a geração de empregos, aliado ao crescimento somente moderado da PEA. A economia brasileira, de 1995 a 2002 cresceu à taxa média anual de 2,32% e de 2003 a 2008, 4,2%, apontando para tendência expansiva da economia com efeitos maiores sobre o emprego pela natureza do crescimento do período. Um olhar mais aprofundado sobre o período pode trazer alguns esclarecimentos.

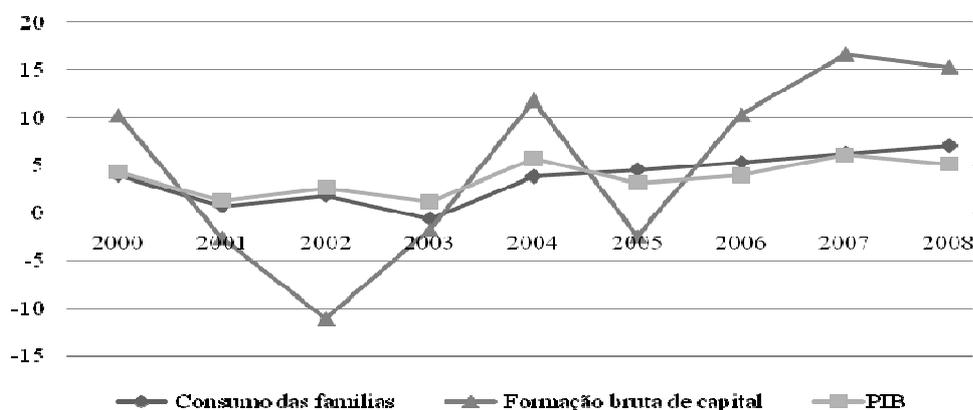
Embora tenha apresentado taxas de crescimento maiores em relação aos anos anteriores, a economia brasileira cresceu menos do que outros países emergentes. A principal explicação para isso está nas políticas monetária e fiscal contracionistas adotadas. No campo da política fiscal foram adotadas metas de superávit fiscal, cujo principal impacto sobre o desemprego está na limitação dos investimentos públicos em infra-estrutura social e econômica. Além dos empregos diretos não gerados pela redução do investimento, os gargalos de infra-estrutura acabam por limitar a expansão do setor privado. Na política monetária, as altas taxas de juros são apontadas como grandes vilãs do crédito ao investimento privado e ao consumo.

Além disso, atuam contra um mercado interno mais dinâmico as taxas de câmbio valorizadas. Muito embora haja controvérsias sobre seus efeitos especificamente sobre o mercado de trabalho metropolitano. A valorização cambial enfraquece o desempenho das exportações, cuja pauta brasileira não tem perfil de grandes centros urbanos, pois se baseia em commodities e mesmo os manufaturados tiveram suas principais indústrias migrando para as cidades médias. O setor de serviços é o maior no contexto metropolitano, como salientamos em tópicos anteriores. Operando em outra direção, está a facilidade em importar máquinas e equipamentos, cujo impacto sobre o emprego depende do tipo de tecnologia, se poupadora de mão-de-obra ou se traz um novo produto, ou seja, cria um novo mercado no país.

Apesar das políticas econômicas restritivas, o cenário para o investimento era relativamente favorável, pois a inflação estava controlada e a demanda externa aquecida. As exportações responderam por maior parte da retomada de crescimento em 2003 e colaboraram para os saldos positivos na balança comercial. As importações vêm crescendo num ritmo mais acelerado, puxada tanto pelo aumento do consumo de bens duráveis como pelo investimento. O aumento do emprego e da renda acabaram por alterar a importância relativa dos componentes do PIB na demanda efetiva, passando das exportações para o consumo das famílias, que adquiriu trajetória crescente a partir de 2003, enquanto a primeira esfriava principalmente pela redução dos preços das commodities no mercado internacional.

A formação bruta de capital foi alavancada a partir de 2002, principalmente no componente de capital fixo, ou seja, investimentos em máquinas e equipamentos. Os investimentos em expansão permanente da produção sinalizam expectativas otimistas em relação ao crescimento da demanda, um ótimo sinal para o emprego. A desaceleração do investimento em 2007 já pode estar relacionada à crise internacional que estourou no Brasil em 2008, mas já começava a se manifestar nos países desenvolvidos no ano anterior.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB e componentes (%) – 2000-2008



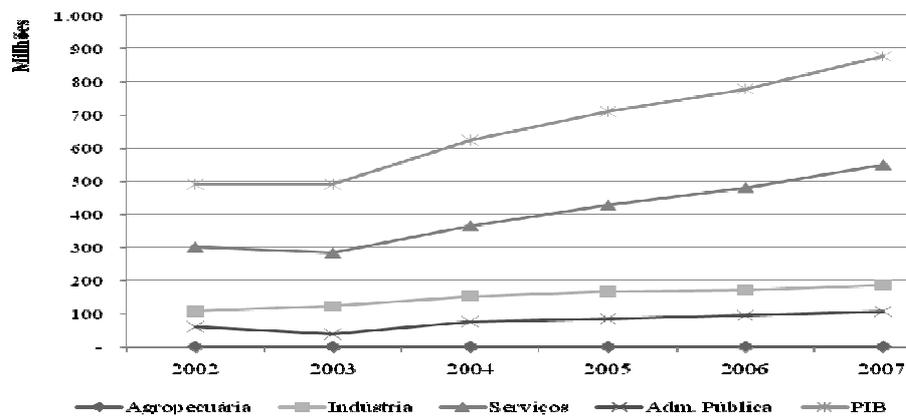
Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual (elaboração própria).

Em relação ao desempenho econômico das regiões metropolitanas e Distrito Federal, pesquisados pela PED, também é observado um quadro de recuperação. Os setores agropecuário, administração pública e serviços voltaram a crescer a partir de 2003, enquanto o setor industrial já vinha crescendo pelo menos desde 2002¹⁰. Além do comportamento é possível ver no gráfico a ordem de importância dos setores na economia metropolitana. Em primeiro lugar serviços, em seguida indústria, administração pública e, com uma participação muito pequena, a agropecuária. O desempenho econômico está diretamente relacionado com o perfil evolutivo do mercado de trabalho, cujas principais variáveis mostram a coincidente recuperação do emprego com redução do desemprego. (Gráficos 3 e 4)

A ocupação ainda antes de 2003 crescia, mas vinha perdendo fôlego, como pode se notado pelas taxas positivas, mas decrescentes que apresentara. A guinada ocorre juntamente à recuperação dos setores: a ocupação retoma um ritmo de crescimento forte o suficiente para superar o crescimento da PEA, o que proporciona a queda do desemprego aberto e oculto.

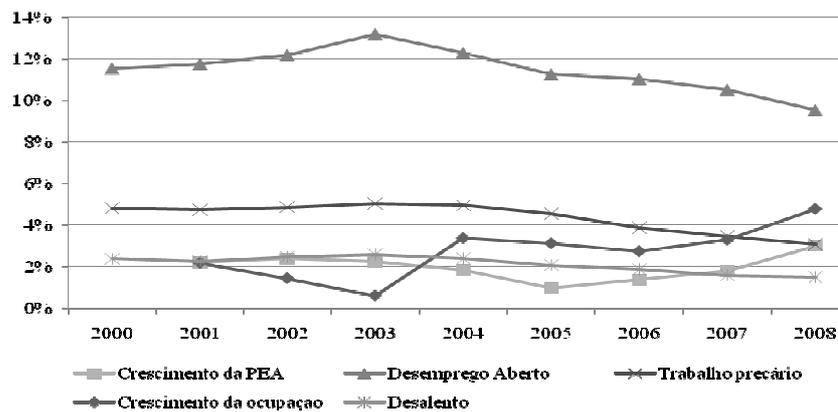
¹⁰ Embora nossa análise comece no ano de 2000, tivemos de limitá-la ao disponibilizado pelo IBGE, cuja série de dados municipais de PIB tem início em 2002 e termina em 2007.

Gráfico 3 - PIB nas regiões metropolitanas cobertas pela PED e Distrito Federal – 2000 a 2008



Fonte: IBGE/SCN/PIB dos Municípios.

Gráfico 4 – Comportamento das principais taxas do mercado de trabalho – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria).

Interessante notar a trajetória sincronizada da PEA e da ocupação a partir de 2006. Notamos ao mesmo tempo um crescimento endógeno da oferta de trabalho, isto é, propulsionado pelo próprio aquecimento do mercado de trabalho e uma capacidade expansiva da ocupação para absorver a força de trabalho que está ingressando e ainda reduzir os estoques, o desemprego.

A despeito das políticas macroeconômicas restritivas, podemos apontar alguns fatores que operaram a favor do crescimento do emprego e da renda. Já havíamos mencionado o cenário externo favorável, que conseguiu alavancar a recuperação, mas a isso queremos adicionar a valorização do salário mínimo e a transferência de renda adotada nos últimos anos. Outro ponto que também merece discussão é a questão da flexibilização das regras do mercado de trabalho.

2.2.2. *Emprego e distribuição de renda*

Duarte (2006) encontrou na falta de clientes e na elevada concorrência as principais dificuldades enfrentadas por empresas do setor informal nos anos de 1997 e 2003, com destaque para este último. Isto revela o baixo dinamismo do mercado interno ainda em 2003 e a importância que tiveram a geração de empregos e a valorização do salário como formas de aumentar a massa salarial e o consumo interno.

Estudos recentes concluíram que o aumento do emprego tem exercido um importante papel na distribuição de renda no Brasil e, conseqüentemente, no estímulo ao consumo das famílias, o componente do PIB maior responsável pelo seu crescimento. Os investimentos, aproveitando a conjuntura favorável, também têm crescido. O crescimento da massa salarial estimula a demanda dos setores tradicionais, de produção de bens de consumo básicos, e o setor de serviços nos subsetores mais ligados às atividades das famílias (turismo, restaurantes, comunicação, serviços de lazer, etc). Além da indústria de bens duráveis, dadas as facilidades de acesso ao crédito a consumo, com a contrapartida de aumento das importações de duráveis mais acessíveis com o câmbio valorizado.

Na dinâmica recente da economia brasileira o salário tem desempenhado excepcionalmente o papel de gerar demanda, mais do que como componente de custos. Neste contexto caem por terra explicações para o desemprego que o associem a problemas de rigidez no mercado de trabalho. Os investimentos têm crescido vislumbrando uma expansão de mercado lucrativa, que compensam os aumentos de salários, e aumentam as contratações.

A pobreza vem diminuindo desde 1995, como aponta estudo de Pochmann (2010), principalmente a partir de 2003 quando a redução se acelera. Sua análise comprova que a renda do trabalho contribuiu em maior parte por essa redução, tanto a atrelada ao salário mínimo, mas principalmente a não atrelada. Colaborando, embora em bem menor escala, estão a previdência indexada ao mínimo e as transferências de renda pelos programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Parte da maior contribuição da renda do trabalho não indexada ao salário mínimo é explicada pelo seu grande peso na renda total das famílias, mais de 70%. A indexada equivaleria a pouco menos de 4%.

As orientações macroeconômicas voltadas para a valorização do salário mínimo possuem estreita relação com as teorias de demanda efetiva que discutimos no capítulo 1. Segundo elas o desemprego seria causado por uma insuficiência de demanda agregada, tal

qual anunciado por Keynes. Indo mais longe ainda, a distribuição da renda é apontada como capaz de afetar positivamente o nível de produto e emprego, como dissera Kalecki. A importância que a distribuição de renda assumiu no desenvolvimento do mercado interno brasileiro, permitindo a sustentação do crescimento após a redução das exportações, mais suscetíveis ao cenário externo, a eleva à categoria de prioridade de política. E o papel que a renda do trabalho desempenhou mostra que mais do que nunca deve-se preocupar com a geração de empregos, como forma de fomentar um crescimento autônomo das remunerações e melhora da qualidade dos postos de trabalho.

2.3. A população desempregada: uma resenha da literatura empírica

Esta seção tem como objetivo específico revelar tendências principais em aspectos culturais, sociais e econômicos que têm efeitos diretos e indiretos sobre a população metropolitana e sua capacidade de emprego. É de suma importância esclarecer em que sentido as análises das características dos indivíduos deve ser feita para uma percepção ideal das proposições deste trabalho, como apoio analítico para o capítulo seguinte.

2.3.1. Cor

Maior parte da população pobre no Brasil é composta de pretos e pardos. O intuito da investigação desta característica entre a população desempregada está na busca de componentes raciais na determinação do desemprego e da marginalização no mercado de trabalho de uma forma geral.

Alguns estudiosos atribuíram o problema à proximidade histórica da escravidão, enquanto outros argumentaram a favor de barreiras étnicas travestidas de barreiras não-étnicas como limitantes da mobilidade social de pretos e pardos. A primeira linha de argumentação, além de associar o imobilismo social de alguns negros à proximidade histórica com a escravidão, defendeu a preponderância do preconceito de classe sobre o preconceito racial. Quanto mais negro, maior a proximidade com a escravidão e o preconceito de classe sofrido pelo indivíduo (Pierson, 1945; Wagley, 1952 *apud* Osório, 2004). A segunda linha de

pensamento, a nosso ver, mais coerente, aponta para a existência de um preconceito racial velado no Brasil, ou seja, não escancarado na forma de leis e segregação direta da sociedade, como observado em outros países, mas intrínseca à sua organização e meios de reprodução do *status quo* (Costa Pinto, 1952; Hasenbalg, 1976, 1979, 1983, 1988 e 1999; Nogueira, 1998; Cardoso e Ianni, 1960, Valle e Silva, 1979, Caillaux, 1994 *apud* Osório, 2004).

Segundo o *status quo* historicamente definido, os pretos e pardos têm posição permanentemente preterida na sociedade brasileira, sobrando a eles os trabalhos “manuais, exaustivos e deletérios”, muitas vezes precários. Sobre-representados nas classes inferiores, as ocupações menos valorizadas e os ramos de atividade pior remunerados que lhes são oferecidos pela sociedade acabam por reproduzir a condição subalterna de inserção de pretos e pardos no mercado de trabalho.

O racismo, em seu componente histórico, provocaria a sobre-representação dos negros nos estratos inferiores, o que resultaria em desvantagem logo de partida, pois a cada nova geração a proporção de negros partindo de baixo é maior que a de brancos. Depois, o racismo provocaria diferenças nas oportunidades de mobilidade intra-ocupacional ao longo do ciclo vital. Tais diferenças seriam de várias ordens, envolvendo habilidades profissionais, acesso à educação, e mesmo aspirações, pois a internalização da inferioridade social preconizada pela ideologia racial restringe os desejos e os objetivos dos indivíduos do grupo discriminado (Osório, 2004, p.16-17).

Tal passagem do texto de Osório evidencia o alcance da questão racial enquanto mecanismo marginalizador. Os pretos e pardos não atingem sequer nível educacional competitivo no mercado de trabalho, mas ainda que fossem postos em pé de igualdade no quesito qualificação na busca por trabalho, pesariam fatores raciais. São estes os processos de realização educacional intrageracionais, que, associados aos processos de realização intergeracionais cooperam para a manutenção do *status* coletivo inferior de pretos e pardos. No segundo processo, a acumulação de desvantagens sucessivas na origem social do indivíduo (região do país; escolaridade e ocupação do pai; área que habita, se rural ou urbana) interferem diretamente na renda das gerações seguintes, ao transmitir integralmente as desvantagens, principalmente na transmissão de *status* e realização educacional. Em suma,

A despeito de ser por intermédio da educação que a maior parte das desigualdades sociais reproduz-se e viabiliza-se, o racismo não se imiscui somente dentro do sistema educacional. A origem pobre em uma sociedade

na qual o melhor horizonte ascensional é a passagem ao *status* de um pouco menos pobre é outro fator de peso na reprodução das desigualdades raciais. Some-se ainda a segmentação do mercado de trabalho, pois os negros inserem-se principalmente em ocupações de trabalhos manuais, serviços pesados e braçais. Embora não impeçam a presença de indivíduos negros nas camadas privilegiadas da sociedade, os diversos fatores relacionados predisõem o grupo racial do qual fazem parte a permanecer concentrado nas posições sociais subalternas (Osório, 2004, p.21).

Para o objetivo da nossa pesquisa podemos acrescentar ainda outra observação ou meta de averiguação. Estando tão introjetado na percepção de classe de pretos e pardos no Brasil a sua projeção limitada na sociedade, suas “aspirações”, “desejos e objetivos”, como fica a questão da mensuração do desemprego por trabalho precário na PED se são levados em consideração o desejo de mudança de trabalho? A resposta se torna muito subjetiva na medida em que nem todos que ocupam postos de trabalho precários e poderiam ser considerados objetivamente desempregados não o declaram e muito menos buscam outro trabalho que lhe confira maior bem-estar.

2.3.2. *Sexo e Posição na família*

Algumas mudanças na sociedade e na economia têm reflexo direto sobre o mercado de trabalho. A reestruturação da década de 90 e o avanço das mudanças culturais relacionadas ao papel da mulher na sociedade foram determinantes no desenho da estrutura do desemprego.

A segunda metade da década de 90 foi marcada pela acentuação das desigualdades de gênero, revelando um quadro no qual o desemprego feminino se tornava crescente. Parte desse crescimento está associado à maior disposição e procura das mulheres por trabalho e suas dupla relação com a deterioração do mercado de trabalho ocorrida ao longo da última década do século XX. Como explicado anteriormente, a abertura comercial ao desencadear uma reestruturação das empresas para sobreviver no novo contexto competitivo e ao facilitar a importação de máquinas e equipamentos modernos, operou no sentido de enxugar a força de trabalho utilizada no processo produtivo.

O aumento do desemprego na indústria, setor majoritariamente masculino, transferiu para o setor de serviços montante considerável de trabalhadores. Para as mulheres, que já vinham aumentando a sua participação no mundo do trabalho, isso teria representado uma

concorrência com os homens em setores tradicionalmente ocupados por elas, como o de serviços, ou seja, uma mudança no perfil das atividades por gênero. “o aumento da concorrência por postos de trabalho entre homens e mulheres no setor de serviços estaria incrementando a taxa de desemprego feminino num setor tradicionalmente generoso com o chamado “segundo sexo” (Lavinias *et al*, 2000, p.17). Isto porque a ocupação de homens e mulheres no setor foi igual, indiferente à maior entrada de mulheres no mercado, redundando em maiores taxas de desemprego para elas.

Em períodos recessivos era verificada uma retração da oferta de trabalho masculina, enquanto a feminina tende a ser menos sensível à conjuntura, sendo os efeitos sobre o desemprego num mesmo período distintos por isso. A redução da “taxa de atividade” (taxa de participação) masculina geralmente era acompanhada por uma redução do desemprego, enquanto para as mulheres isso não era verificado. Mesmo com a taxa de participação diminuindo, o desemprego entre elas aumentava.

Há sinais invertidos em termos de tendência para ambos os sexos, o que não acontecia antes. Enquanto para eles há uma inflexão clara na tendência daquela taxa [de atividade], que sofre ligeira queda a partir de 1990, para as mulheres de 1992 em diante, o comportamento é oposto, já que sua taxa de atividade se eleva. Evidentemente, o ritmo dessas mudanças é lento, apesar de a tendência ser clara. A taxa de atividade masculina cai de 89% em 1983 para 86,5% em 1998, enquanto a feminina passa de 45% para 52% no mesmo período (ponta a ponta) (Lavinias *et al*, 2000, p.8).

Em 2008, segundo os dados da PED, 54% das mulheres estão economicamente ativas nas metrópoles. Ocorre uma desaceleração do crescimento da taxa em relação ao período anterior, mas ainda pode ser visto como um fator relevante para a rigidez das taxas de desemprego feminino em contexto de relativamente maior crescimento econômico, principalmente a partir de 2004. Como resultado do ingresso maciço e “competição” com o trabalho masculino, Lavinias *et al* (2000) afirma ainda que as mulheres acabam ficando mais expostas a trabalhos sazonais e precários do que os homens.

Além desse primeiro fator cultural, de revisão do papel da mulher na sociedade e na família, um segundo efeito das mudanças da década de 90 colaborou para a maior participação das mulheres na PEA, a saber, o próprio desemprego masculino e reestruturação dos papéis dos indivíduos no próprio núcleo familiar como forma de equilibrar a ausência da renda do chefe da família.

A expansão do número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres representa um agravante da realidade de maior desemprego entre as mulheres. Além disso, tem se expandido o seu papel enquanto complementar da renda em núcleos familiares formados por casal e filhos. O posto de chefia das famílias tem cada vez mais sido assumido pelas mulheres nos dois contextos diferentes.

a elevação do desemprego e as perdas salariais de homens adultos vêm contribuindo para acelerar a desconstrução do papel do homem provedor, processo que, não raro, resulta em conflitos intrafamiliares, inclusive na violência contra mulher e filhos, na dissolução do vínculo conjugal ou, simplesmente, na fuga das responsabilidades da paternidade (Borges, 2006, p.207).

Em um deles isso decorre da necessidade de repor a renda do marido desempregado. Obviamente, tal condição está mais associada a situações em que o ex-chefe de família não tenha tido direito ao seguro-desemprego, ou ele tenha sido insuficiente, e em famílias de menor ou nenhuma riqueza acumulada. Além das mulheres, o ingresso dos filhos no mercado de trabalho também é antecipado. Nos segmentos em melhores condições de vida houve um fenômeno de redução das taxas de atividade de crianças e adolescentes, mas nos segmentos e regiões mais pobres o quadro chegou a ser de piora, evidenciando a resistência das famílias mais carentes a abrir mão da ajuda do trabalho dos filhos, dada sua maior necessidade.

Como já apontado por Montali (2000, 2003), nos seus estudos para a RMSP, também nas regiões aqui consideradas [Salvador e Porto Alegre] as estratégias do passado, baseadas na inclusão dos filhos jovens na força de trabalho familiar, tornam-se cada vez mais inaplicáveis (ou melhor, pouco eficazes), aumentando a importância do trabalho da mulher cônjuge (Borges, 2006, p.211).

Fernandes e Felício (2002) buscaram respaldo empírico para a existência do que chamam “efeito trabalhador adicional¹¹”, que é a saída da mulher da inatividade porque o marido transitou da condição de empregado para desempregado, isto é, a mudança de curto prazo na oferta de trabalho da mulher quando o marido se torna desempregado. Os testes

¹¹ Na definição exata dos autores, é a diferença entre a proporção de mulheres que transitaram para atividade quando seus maridos ficaram desempregados e a proporção de mulheres inativas, com maridos que transitaram para o desemprego, que teria transitado para a força de trabalho caso os seus maridos tivessem **mantido** o *status* de empregado.

apontaram para as seguintes relações para a transição da esposa da inatividade para a atividade:

- no que tange à idade das esposas a relação foi de U invertido, ou seja, a probabilidade de ingresso é maior para idades intermediárias e menor nas extremidades, mas não foi encontrada uma relação significativa com a idade dos maridos;
- quanto maior o grau de instrução delas, maior a probabilidade de passarem a procurar emprego, e quanto maior a escolaridade dos maridos, menor a probabilidade;
- sinal negativo para a relação com o número de filhos menores, mas positivo para o tamanho da família como um todo;
- e, finalmente, um coeficiente positivo e significativo para a relação com o desemprego do marido, corroborando a existência do “efeito trabalhador adicional” no Brasil e a dificuldade das famílias brasileiras em “adotar estratégias alternativas para ‘suavizar’ renda e consumo em períodos de desemprego do chefe de família”.

Interessante acrescentar que não foram encontradas evidências de que o seguro-desemprego ou o FGTS amenizem o efeito.

Além das mulheres casadas que ingressam no mercado de trabalho para substituir o marido desempregado, estão as chefes de família sem cônjuges representando uma parte considerável do desemprego feminino, que, segundo Borges (2006), estão expostas a maiores riscos.

A explicação para essa maior exposição aos riscos do mercado de trabalho dessas famílias monoparentais parece estar na maior dependência que elas têm da força de trabalho juvenil, que, como visto, é o segmento mais exposto aos riscos acentuados pela crise do mercado de trabalho (Borges, 2006, p.217)

À perda de importância do modelo de chefe provedor pode ser atribuída pelo menos parte da responsabilidade pelas altas taxas de desemprego entre jovens e mulheres, além do baixo grau de instrução, ao tornar necessária o aumento da participação de cônjuges e filhos no mercado de trabalho.

2.3.3. Faixa etária e grau de instrução

Apenas uma parte dos jovens que entram no mercado de trabalho conseguem se ocupar adequadamente. Além do fraco dinamismo econômico anterior a 2003, os **baixos níveis educacionais** podem ser importantes complicadores da situação da **população jovem desempregada** nas metrópoles.

De acordo com Fernandes e Menezes-Filho (2002), a abertura econômica iniciada na década de 90 no Brasil definiu um novo perfil de demanda por mão-de-obra e os motivos para isso seriam dois: a nova divisão internacional do trabalho e o novo padrão tecnológico. Pela nova divisão do trabalho no comércio internacional, países como o Brasil, classificados como “em desenvolvimento”, passaram a responder pela produção de manufaturados em detrimento da produção unicamente de commodities e isso foi acompanhado por especialização entre os países também no que diz respeito à mão-de-obra, aumentando a demanda relativa por mais qualificados. Seguindo na mesma trilha, as mudanças de padrão tecnológico, simbolizada pelos avanços ocorridos na área de telecomunicações e microeletrônica, teriam como viés o aumento da demanda por mão-de-obra qualificada.

O caso do Brasil é um pouco mais complexo, por dois motivos: em primeiro lugar porque a separação entre os efeitos da abertura comercial e os das inovações técnicas não é tão clara como nos países desenvolvidos. Isto porque maior parte do progresso técnico implementado no país é importado, uma possibilidade facilitada pela abertura econômica, ao mesmo tempo em que por meio da competição a implantação de métodos organizacionais e de produção mais eficientes é incentivada. Em segundo, porque num país de nível educacional médio muito baixo e dispersão elevada a segregação entre qualificados e não-qualificados pode não ser ideal. Ela funciona bem em países onde o número de pessoas que frequentaram pelo menos um ano de universidade é grande.

Com estes argumentos, Fernandes e Menezes-Filho (2002) propõem a divisão entre trabalhadores não-qualificados, qualificados e intermediários. Essa divisão permite notar que, à diferença dos países desenvolvidos, os quais se especializaram em uso de mão-de-obra qualificada, o Brasil se especializou em trabalhadores de qualificação intermediária.

Uma vez ajustado para os movimentos na oferta de trabalho, conclui-se pela existência de uma tendência de aumento na demanda relativa de

trabalhadores qualificados em relação aos intermediários e na demanda relativa de trabalhadores intermediários em relação aos não-qualificados. Essa tendência de crescimento existe desde o início dos anos 80, portanto, anterior à abertura comercial (Fernandes e Menezes-Filho, 2002, p. 220)

Castro (1993) confirma que tenha havido um aumento da ocupação de trabalhadores mais qualificados, de uma forma geral, na década de 80. Mas nos anos 90 especificamente a relação entre intermediários e não-qualificados é ampliada, favorecendo ainda mais os trabalhadores intermediários, mas ocupando-os em tarefas simples antes realizadas pelos não-qualificados.

Alguns estudos, no entanto, mostram que esse aumento da ocupação de trabalhadores de qualificação intermediária não ocorre em sintonia com a redução do desemprego para o mesmo grupo. Ou seja, talvez a maior demanda relativa de trabalhadores semi-qualificados se deva a maior oferta destes e não a novas necessidades em relação ao perfil da mão-de-obra de acordo com a tarefa a ser desempenhada. A mudança na composição educacional da população ativa, no sentido de aumento significativo de trabalhadores com pelo menos o Ensino Médio, contribuiu para a resistência de crescimento das taxas de desemprego nesses grupos (Reis, 2006). E como afirmaram Fernandes e Menezes-Filho (2002), muitas vezes os trabalhadores eram ocupados nas mesmas tarefas simples em que trabalhavam os não-qualificados. Algum ganho de produtividade era verificado entre eles, devido ao maior tempo de estudo, o que seria suficiente para estimular a substituição.

O desemprego atinge mais as mulheres e jovens, independentemente de seus maiores níveis educacionais, o que comprova a seguinte colocação de Segnini (2000, p.79-80):

A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho. Nesse contexto, educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica (...); vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a “ilusão de desenvolvimento” (Arrighi, 1997) sem alterar a ordem social desigual.

Não acreditando na vinculação direta entre o desemprego e o grau de instrução, na análise dos dados do capítulo 3 optamos por buscar novas relações entre o desemprego, grau de instrução e algumas características como cor, gênero, idade etc, sem uma regra específica. A intenção foi de deixar fluir os questionamentos dentro de suposições específicas acerca da realidade de cada tipo de desempregado (se por desalento, aberto ou por trabalho precário), e sem esperar esgotamento do assunto dada a complexidade de seus determinantes e relações.

A baixa escolaridade muitas vezes está relacionada com a inserção precoce no mercado de trabalho. Como comentamos anteriormente, o desemprego dos chefes de família da década de 90 acelerou a oferta de trabalho de jovens, ou mesmo adolescentes, e cônjuges. Numa análise por idade, podemos adiantar um problema maior entre adolescentes e jovens, sobre os quais incidem maior taxa de desemprego, evidenciando um pouco dessa necessidade de trabalhar, na maioria das vezes em substituição aos estudos. É necessário ainda questionar qual a natureza da qualificação que deve ser dada a esses jovens. Se aqueles que têm acesso somente às escolas públicas estão tendo a formação adequada a inseri-los competitivamente no mercado de trabalho e formá-los enquanto cidadãos¹².

Pesquisando o problema do desemprego entre jovens, Flori (2004) encontrou na literatura referências às seguintes causas:

Um argumento é que a causa do alto desemprego juvenil está na dificuldade do jovem em conseguir o primeiro emprego. Outro argumento a associa a um sistema de educação inadequado frente às exigências do mercado de trabalho e à incapacidade dos jovens permanecerem na escola. Outros autores, como Silva (2001), destacam a opção, por parte dos empresários, por trabalhadores adultos, que somam experiência e hábitos de trabalho mais sedimentados, o que seria mais um obstáculo para o jovem, principalmente para a obtenção do primeiro emprego (Flori, 2004, p.2).

No entanto, chegou à conclusão de que os jovens não têm tido dificuldade em conseguir o primeiro emprego, mas de se manter nele por muito tempo. A rotatividade entre jovens acaba sendo maior e a duração do desemprego menor do que o dos adultos, o suficiente para indicar uma taxa mais elevada em relação aos trabalhadores mais velhos. Pode não ser um problema de conseguir o primeiro emprego, mas continuam questionáveis a

¹² Salm e Fogaça (1998) recorrem a autores consagrados como Ricardo, Marx e Marshall para elaborar uma reflexão interessante sobre os requerimentos de qualificação de trabalhadores para que estejam preparados para um capitalismo em constante mudança.

capacidade do sistema educacional de formar adequadamente os jovens e a deles de permanecer na escola.

Cacciamali (2004) aponta além das causas mencionada por Flori (2004) a insuficiência de demanda e a baixa articulação entre políticas de trabalho, educação e capacitação. Schwartzan e Cossío (2007) destacam a importância do contexto sócio-econômico no qual o jovem esteve inserido ao longo de sua vida como determinante de evasão escolar e altas taxas de repetência. As políticas no campo da assistência social, saúde e educação que tentam incentivar a “demanda por educação” não têm funcionado bem no sentido de reduzir o desemprego dos jovens provenientes de famílias pobres.

Se isto é verdade, então o trabalho fundamental para romper o círculo vicioso da má educação e trabalho precário e mal remunerado precisa ser feito junto ao sistema escolar, e não no mercado de trabalho, e nem por subsídios à demanda por educação, embora políticas específicas nestas áreas possam também ter seu lugar (Schwartzman & Cossío, 2007, p.3).

2.3.4. Renda familiar e tempo de duração do desemprego

Nosso primeiro argumento para introduzir a variável renda familiar na decomposição do desemprego está na sua utilidade enquanto medida do grau de vulnerabilidade a que está submetido o indivíduo quando desempregado. Já o segundo diz respeito à relação causal entre a renda familiar e o desemprego. Como de conhecimento geral, baixas rendas são um fator limitante da adequada formação social e educacional dos indivíduos, e, como conseqüência, da sua inserção competitiva no mercado de trabalho. Em outras palavras, uma renda familiar baixa é um agravante e um multiplicador das condições precárias de inserção no mercado de trabalho, principalmente pelas desvantagens intergeracionais que gera.

A demonstração seguinte da tendência de renda familiar¹³ da população metropolitana como um todo fomentará o estudo da composição do desemprego por essa variável na família do indivíduo em situação de desemprego a ser construída no capítulo três.

¹³ Todas as análises de renda feitas ao longo do trabalho utilizam valores reais de 2008, corrigidos pelo IPCA.

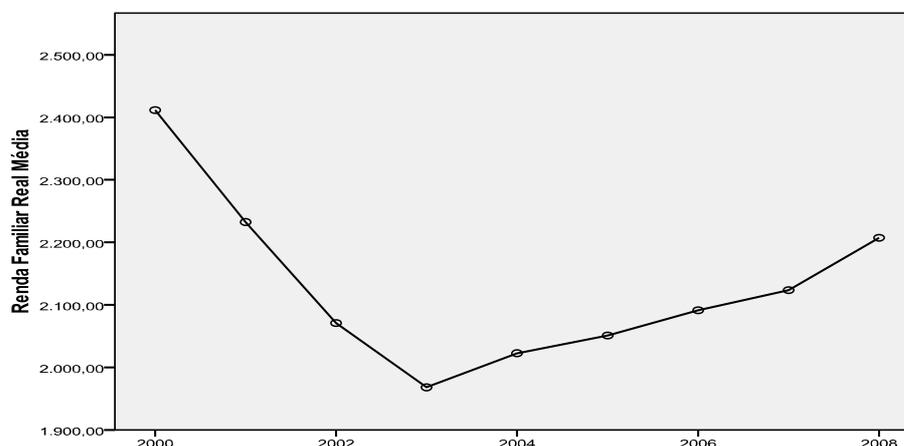
Tabela 2 – Composição da população metropolitana por faixa de renda familiar (%) e médias 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 250,00	3,7	4,2	3,2	3,6	3,8	3,6	3,2	2,8	2,6
250 - 500	10,5	11,6	13,5	13,7	13,9	12,7	12,5	11,2	10,6
500 - 1000	22,1	22,6	25,0	25,4	24,4	23,7	23,4	22,9	22,6
1000 - 2000	28,2	28,5	28,0	28,8	28,2	29,0	29,7	30,6	31,5
2000 - 3000	13,1	12,5	12,3	11,7	11,8	13,0	12,9	13,7	13,4
3000 - 5000	11,2	11,0	9,4	9,0	9,8	9,7	10,1	10,3	10,8
>5000	11,2	9,7	8,6	7,8	8,0	8,4	8,3	8,5	8,6
Média (R\$)	2.411,53	2.232,46	2.070,98	1.968,16	2.022,63	2.051,12	2.091,39	2.123,67	2.207,41

Fonte: PED (elaboração própria)

Pela Tabela 2 pode ser observado que, entre os anos de 2000 e 2008, a população da faixa de menor renda, inferior a R\$ 250,00 por família, diminuiu enquanto entre as faixas de renda familiar entre R\$ 500,00 e R\$ 2.000,00 reais aumentou o percentual de pessoas. A dispersão da renda familiar entre os desempregados também se reduziu ao longo do período. Ambas as tendências estão relacionadas ao seguinte comportamento da renda familiar real média:

Gráfico 5 – Evolução da renda familiar real média nas metrópoles de 2000 a 2008



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED.

De acordo com o Gráfico 5 a renda familiar real média brasileira vinha caindo até 2003, mas a partir de 2004 retomou um ritmo de crescimento, mas ainda sem recuperar em 2008 os níveis de 2000. Segundo Borges (2006), a trajetória de queda da renda familiar é acompanhada pela recomposição da força de trabalho familiar desencadeada pelas transformações da década anterior e remete às diferentes valorizações do trabalho de homens e mulheres no mercado de trabalho. A participação da renda da mulher no núcleo familiar

aumentou, mas a persistência de queda da renda da família evidencia a difícil substituição entre seus componentes e a fragilidade das estratégias de sustentação da renda da família numa conjuntura ainda adversa ao emprego.

Outro fator de vulnerabilidade do indivíduo desempregado e da família como um todo é o tempo que leva para conseguir um novo trabalho. No Brasil, o seguro-desemprego pode chegar a até cinco meses e poucos são os que têm acesso ao auxílio já que é restrito a trabalhadores que tenham saído de algum trabalho formal. Mesmo os cobertos pelo benefício, a partir do quinto mês já passam a sofrer maior dificuldade em encontrar um novo trabalho dada a sua restrição de renda e uma imensa maioria sequer tem esse período de alguma garantia de renda.

A partir da década de 90, com a aceleração das taxas de desemprego, também o tempo de duração do desemprego passou a ser maior do que nas décadas anteriores. Podemos apontar alguns estudos que buscaram explicações para o maior tempo de permanência na condição de desempregado, dentre eles o de Penido e Machado (2002) e Menezes-Filho e Picchetti (2002). Ambos associaram a duração do desemprego a características do indivíduo, o que não foi feito no nosso terceiro capítulo por uma questão de limitação do tema, mas é bastante interessante notar o quanto esses dois campos estão relacionados.

Bivar havia encontrado uma duração média de seis semanas para o desemprego no Brasil, em estudo de 1991, já Menezes-Filho e Picchetti, em 2000, encontraram para São Paulo, centro mais dinâmico do país, uma duração média de seis meses; enquanto Penido e Machado encontraram período de dez meses de procura para 1999. Todos utilizaram como base a PME e analisaram somente o desemprego aberto. Ainda que com ressalvas em relação à comparação dos números de bases de dados distintas, no último capítulo veremos que esses dados pioraram bastante na primeira década do século XXI.

Na bibliografia sobre o assunto geralmente são apontados como características relacionadas à maior dificuldade de transitar da situação de desempregado para empregado:

- ser cônjuge;
- ter maior nível educacional;
- ser estudante;
- ter mais idade;

- ter trabalhado anteriormente na indústria, comércio ou serviços, em relação à construção civil;
- maior tempo de trabalho no último emprego;
- ter sido demitido do trabalho anterior;
- ter trabalhado anteriormente com carteira de trabalho;
- ter recebido FGTS quando saiu do último trabalho;
- maior renda;
- maior taxa de desemprego agregado.

Em contrapartida, têm mais facilidade para se reempregar os chefes de família, homens, que já tenham experiência de trabalho. Ser mais educado e ter maior renda podem estar relacionados a maiores salários de reserva exigidos pelos trabalhadores, isto é, a busca por trabalhos melhor remunerados acaba tornando mais longo o período de espera e procura. Já a maior taxa de desemprego agregado acaba sendo um indicador de conjuntura, pois quando a dificuldade de encontrar emprego é generalizada, o período de desemprego tende a se prolongar.

2.4. Conclusão

Este capítulo teve como objetivo contribuir para a reflexão sobre o desemprego, lançando as bases da literatura empírica sobre o tema e suas relações multifacetadas com os indivíduos enquanto portadores de características e do meio de interação em seus aspectos sociais, demográficos e econômicos.

Vimos que o processo de formação das metrópoles brasileiras foi acelerado e desprovido de planejamento, o que culminou na realidade atual de deficiência de infraestrutura básica e enorme população marginalizada. A informalidade no setor de serviços, nas suas piores formas, prepondera como meio de sobrevivência para esses indivíduos, o que torna premente formas de observação e análise dessa população que limitem exatamente do que se trata o desemprego nesse contexto. A procura constante por trabalho nem sempre é viável, nem a mera espera, sendo necessário recorrer a formas precárias de trabalho, principalmente quando se tem a responsabilidade maior pelo seu núcleo familiar.

Ao longo da década de noventa se aceleraram mudanças na estrutura familiar: as mulheres passaram a responder por maior parcela da renda familiar, seja na posição de cônjuges ou de chefes de família, o que se tornou cada vez mais comum. Em contrapartida, passaram a sofrer maiores taxas de desemprego, assim como os jovens. Em relação à cor, foi mantida a tendência de marginalização de pretos e pardos em relação aos brancos e o tempo de procura por novo trabalho vinha aumentando. O aspecto positivo está ligado à conjuntura econômica pós-2000, principalmente pós-2003. A renda familiar voltou a crescer paralelamente à ocupação e os tipos de políticas econômicas adotadas no período, de viés distributivo, podem contribuir para a manutenção do ritmo de crescimento e desenvolvimento.

No capítulo seguinte iremos analisar como essa nova conjuntura afetou a composição do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras e, segundo diferentes conceitos, como se distribui e se caracteriza a população desempregada.

CAPÍTULO 3 – COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA SEGUNDO CONCEITOS ALTERNATIVOS DE DESEMPREGO: ANÁLISE DOS DADOS DA PED

O presente capítulo será dedicado à análise em certo nível de detalhe da estrutura do desemprego mais especificamente no que diz respeito às características e perfil da população atingida. Só para fazer a devida conexão, os capítulos anteriores se encarregaram de apresentar alguns aspectos macroeconômicos, sociais, demográficos e culturais, que a partir daqui assumirão forma empírica. Ou seja, por meio dos dados extraídos da PED referentes aos anos 2000 a 2008, poderemos observar na realidade o peso desses aspectos. Uma avaliação precisa dos impactos exigiria uma profundidade muito maior do que a que caberia neste trabalho, estando a relevância da exposição aqui apresentada em destacar os pontos onde a relação entre as variáveis (desemprego e a característica do indivíduo) chama atenção.

Por outro lado, não só uma extensão do escopo do trabalho por vias econométricas, por exemplo, a esta altura do trabalho nos parece um tanto desnecessária, seja vista a imensa disponibilidade de estudos que se encarregaram de fazê-lo, mas também por crermos que a complexidade do tema reside em fatores que coeficientes matemáticos não ajudariam a resolver. O que queremos dizer é que, de certa forma, o sinal dos coeficientes já é conhecido, restando agora formular as políticas que dêem conta da gama de problemas sociais associados ao desemprego e subemprego, tanto enquanto causa como conseqüência.

Paes e Barros (1997) identifica as seguintes aplicações para o estudo da composição do desemprego:

- permite identificar fatores determinantes do desemprego, como nível educacional, qualificação profissional e experiência de trabalho, ademais, viabiliza o teste de teorias sobre a origem do desemprego;
- permite a avaliação do “grau de turbulência” do mercado de trabalho, ou seja, a frequência e intensidade de choques setoriais os quais a economia pode sofrer, além do “grau de descasamento entre habilidades ofertadas e as demandadas no mercado de trabalho”, de forma a fomentar a formulação de políticas específicas de treinamento e retreinamento, inclusive para diferentes níveis regionais;

- melhora o gerenciamento e análise do programa de seguro-desemprego ao fornecer informações de tendências do perfil da mão-de-obra que deverá se beneficiar do programa, inclusive seus impactos distributivos e variações de acordo com o setor produtivo.

O estudo que se segue se prestará a contribuir neste sentido para a economia do trabalho. Os dados que analisaremos nos permitirão mensurar a dimensão do desemprego enquanto fenômeno social por duas perspectivas centrais. Primeiro, a dos atributos pessoais e, segundo, a dos tipos de desemprego. A rotatividade, medida no tempo de desemprego, o tratamento do mercado de trabalho a distintos grupos sociais (homens e mulheres; pretos e brancos; pobres e ricos), papel no núcleo familiar como medida do grau de dependência da renda e etc, seriam abordados na nossa primeira perspectiva. Já na segunda, poderíamos abordar o alcance do desemprego em seus diversos conceitos apresentados na PED, o desemprego oculto (por desalento e trabalho precário) e o mais conhecido desemprego aberto.

Devem ser levados em consideração ainda aspectos do desemprego no âmbito metropolitano, que perpassa por causas e admite conseqüências específicas do contexto urbano e, ainda, por discrepâncias entre as próprias regiões. São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Distrito Federal e Salvador, de acordo com os dados da PED, responderam cada uma a seu modo ao padrão de crescimento recente da economia brasileira.

3.1. Desemprego por região metropolitana

Os menores níveis de desemprego oculto com trabalho precário, como nos mostra o Gráfico 6.a estiveram entre Distrito Federal, depois Porto Alegre, para terminar 2008 com a RM de Belo Horizonte. Já a maior taxa foi da RM de Salvador em todo o período. Além disso, como havíamos suposto, seja qual for o fator, ou conjunto de fatores, definitivo sobre a inflexão da taxa de desemprego em 2003, ele não teve o mesmo efeito individualmente sobre as regiões. Foi Belo Horizonte quem mais influenciou a queda sistemática a partir de 2004 (caiu 45%), contribuindo muito para a escalada de 2000 a 2003 também (25%), mas Distrito Federal conseguiu superá-la nesse período (cresceu 44%). Apesar de variações individuais, todas tiveram queda em relação ao início do período.

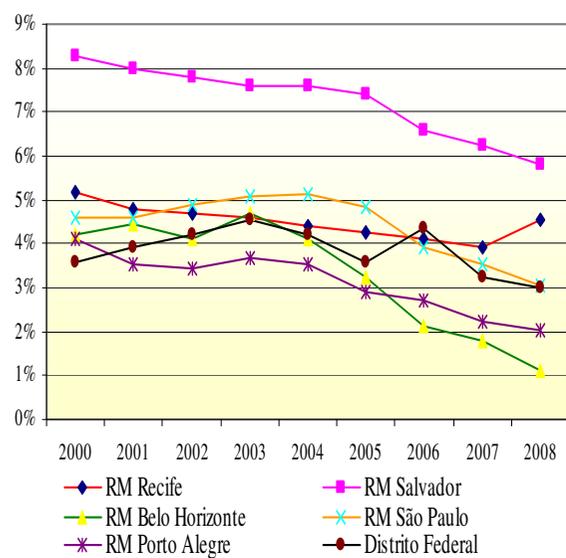
Já no desemprego oculto por desalento (Gráfico 6.b), Recife e Porto Alegre estão nos extremos, com a taxa mais alta e mais baixa, respectivamente, tendo a primeira, inclusive,

voltado a aumentar em 2008, enquanto as demais continuaram caindo. A evolução foi menos irregular do que no desemprego com trabalho precário, mas dessa vez foi Belo Horizonte quem mais influenciou tanto o aumento do desemprego metropolitano na primeira fase do período, como a queda no segundo (48% e -53%), seguida por Porto Alegre (-49%) e São Paulo (-42%). O Gráfico 1.b ajuda a comparar a evolução das RMs.

No Gráfico 6.c. temos a evolução da taxa de desemprego aberto nas regiões. Por ele vemos que Salvador sofre mais altas taxas, enquanto Porto Alegre mais uma vez apresenta o melhor indicador, pelo menos até 2005, quando perde a posição para Belo Horizonte. A melhora mais robusta nos índices de BH mais uma vez foi definitiva para a taxa de desemprego aberto total, principalmente sendo uma região de grande peso dentre as seis (caíra 34%). Já o desemprego em Recife foi o que mais subira, 28% na primeira fase.

As desigualdades sócio-econômicas entre as regiões do Brasil ficam evidentes na apresentação desses dados, pois vemos pelo menos uma das RMs do Nordeste em desvantagem em relação às demais nos três tipos de desemprego. Além de taxas altas persistentes, são as menos beneficiadas quando o quadro geral de desemprego melhora e mais prejudicadas quando piora. Belo Horizonte, por outro lado, teve posição de destaque na redução dos três tipos de desemprego, mesmo vindo de um quadro negativo, de aceleração do desemprego na primeira fase, reverteu a situação com mais eficiência, em alguns momentos superando os melhores índices da representante do Sul do país, Porto Alegre. As especificidades do perfil econômico e social de cada região metropolitana estão por trás dos diferentes comportamentos das taxas de desemprego.

Gráfico 6.a. – Evolução da taxa de desemprego oculto com trabalho precário por Região Metropolitana – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Gráfico 6.b. – Evolução da taxa de desemprego oculto por desalento por Região Metropolitana – 2000-2008

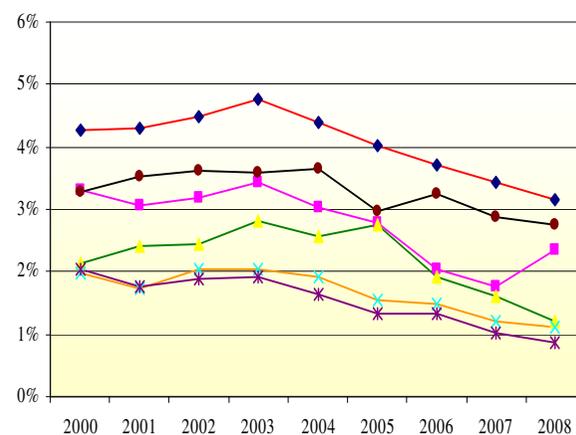
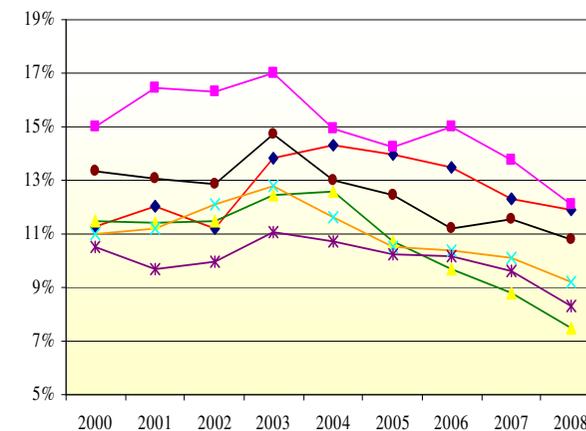


Gráfico 6.c. – Evolução da taxa de desemprego aberto por Região Metropolitana – 2000-2008



A despeito das orientações individuais das taxas, fugiria ao escopo deste trabalho dissertar sobre as causas das disparidades. Por isso, tomemos como dadas as relações estabelecidas entre elas e o retrato de que as limitações econômicas de alguns certamente levarão a evoluções distintas e tentemos analisar a redução dos tipos de desemprego como uma variável agregada, sobre a qual agem a evolução da PEA e o tipo de crescimento econômico do período.

3.2. Evolução das taxas de desemprego das regiões metropolitanas agregadas

A População Economicamente Ativa (PEA) das seis regiões metropolitanas cobertas pela PED totalizava quase 20 milhões de trabalhadores em 2008, contra pouco menos de 17 milhões em 2000. Isto representa um crescimento de praticamente 15% acumulado no período, com média anual de 2%. Para evitar o aumento da taxa de desemprego, o número de postos de trabalho criados neste período deveria crescer mais do que a PEA.

Por outro lado, a População em Idade Ativa tem crescido no mesmo ritmo, permitindo que a taxa de participação, razão entre PEA e PIA, varie muito pouco (entre 61% em 2000 e 62% em 2008). A PIA é a população com pelo menos dez anos de idade, cujas características no Brasil acabam associando seu crescimento a aumentos também da PEA. A demografia brasileira ainda se caracteriza por uma base larga na pirâmide demográfica e uma propensão ao início da vida laboral muito cedo, ou seja, uma população jovem ainda muito grande em relação aos adultos e idosos, além da presença de trabalho antes do 18 anos, alimentando cada vez mais o mercado de trabalho com novos trabalhadores, ingressantes na PEA.

Além das informações supracitadas, pode ser observado nas Tabelas 3 e 4 uma outra característica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro: a inatividade entre as mulheres é estruturalmente maior do que entre os homens, ou seja, apesar de haver mais mulheres em idade ativa nas regiões metropolitanas, nem todas ingressam na PEA, o que estaria associado a fatores culturais e sociais. A tendência, contudo, é de redução da inatividade feminina, pois o crescimento demográfico do grupo, apontado na composição da PIA, complementado pela conjuntura econômica, tem levado a maior ingresso delas no

mercado de trabalho no período recente, em relação ao ingresso dos homens. Pela Tabela 5 vemos que a 51% das mulheres em idade ativa estavam economicamente ativas em 2000, crescendo para 54% esta participação em 2008, enquanto dentre os homens 70% se disponibilizam para o trabalho. Mais adiante veremos a associação deste fato com o desemprego, em seus diversos tipos.

Tabela 3 – População Economicamente Ativa – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	9.343.938 55,2%	9.447.028 54,6%	9.638.254 54,4%	9.773.308 53,9%	9.909.517 53,7%	9.969.420 53,5%	10.065.004 53,2%	10.256.748 53,3%	10.485.009 52,9%
Mulheres	7.598.195 44,8%	7.870.664 45,4%	8.094.318 45,6%	8.361.130 46,1%	8.557.788 46,3%	8.677.230 46,5%	8.838.152 46,8%	8.989.405 46,7%	9.343.570 47,1%
Total	16.942.133 100,0%	17.317.692 100,0%	17.732.572 100,0%	18.134.438 100,0%	18.467.305 100,0%	18.646.650 100,0%	18.903.156 100,0%	19.246.153 100,0%	19.828.579 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 4 – População em Idade Ativa – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	13.189.556 47,1%	13.401.308 47,0%	13.635.760 47,0%	13.837.649 46,9%	14.100.987 46,9%	14.309.947 46,8%	14.572.294 46,8%	14.819.211 46,8%	15.034.801 46,6%
Mulheres	14.803.444 52,9%	15.083.692 53,0%	15.355.240 53,0%	15.658.351 53,1%	15.938.013 53,1%	16.275.053 53,2%	16.570.706 53,2%	16.854.789 53,2%	17.197.199 53,4%
Total	27.993.000 100%	28.485.000 100%	28.991.000 100%	29.496.000 100%	30.039.000 100%	30.585.000 100%	31.143.000 100%	31.674.000 100%	32.232.000 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 5 – Taxa de participação – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Masculina	71%	70%	71%	71%	70%	70%	69%	69%	70%
Feminina	51%	52%	53%	53%	54%	53%	53%	53%	54%
Total	61%	61%	61%	61%	61%	61%	61%	61%	62%

Fonte: PED (elaboração própria)

Como explicado no início do capítulo, nossa análise será detalhada por três tipos de desemprego: o aberto; o oculto com trabalho precário e o oculto por desalento. Esta análise tratará de traçar o perfil da população em cada situação de desemprego, seja por suas características pessoais – sexo, cor, idade e grau de instrução- seja pelas características capazes de delinear o impacto da condição de desemprego que a atinge – o tempo de desemprego, a renda alternativa a que tem acesso, além do setor de atividade do último emprego.

Com estas informações podemos definir três grupos distintos de perfil de desemprego. Um primeiro que relacionaria o desemprego a características pessoais do trabalhador e que poderiam ser determinantes da sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho, tais como sua idade, cor, sexo e instrução. No segundo grupo estariam as variáveis que mediriam a profundidade da situação de desemprego e, conseqüentemente, a capacidade da ausência de trabalho de determinar a condição de vida do indivíduo, tais como o tempo de desemprego e o seu meio de sobrevivência, bem como a renda familiar poderá ser usada como indicador da dependência de se exercer alguma atividade remunerada.

Já o terceiro grupo fornecerá alguma idéia sobre a relação do desemprego a mudanças no desempenho econômico, embora não se possa afirmar muito sobre a migração inter-setorial de mão-de-obra, o que fugiria do objetivo central do capítulo de elaborar um quadro geral do desemprego no Brasil. A variável de apoio será o Setor no qual o trabalhador se empregara anteriormente à situação de desemprego.

De fato os determinantes do desemprego não podem ser claramente segregados nos três grupos que definimos acima, mas o método facilitará nossa análise e não impedirá que se evidenciem as relações multifacetadas do desemprego. Isto ficará mais claro ao longo do desenvolvimento do estudo.

Daqui em diante o nosso universo de estudos será a parcela desempregada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre, agregadas. Não trataremos a estrutura do desemprego como taxas de desemprego por grupo social, em vez disso, veremos os grupos sociais desempregados como constituintes do total de desempregados e, dessa forma, teremos acesso à informação de participação desse determinado grupo no desemprego, por tipo de desemprego (aberto; oculto com trabalho precário; oculto por desalento). Por exemplo, quando analisamos a relação dos gêneros com o desemprego oculto por desalento, queremos saber quantos destes desempregados são homens e quantos são mulheres.

A pesquisa dos dados metropolitanos de 2000 a 2008 aponta para a evolução das taxas de desemprego exposta na Tabela 6:

Tabela 6 – Evolução das taxas de desemprego metropolitano – 2000-2008 (%)

Ano	Taxa de Desemprego				Total
	Desemprego Aberto	Desemprego Oculto			
		Total	Trabalho Precário	Desalento	
2000	11,5%	7,2%	4,8%	2,4%	18,7%
2001	11,8%	7,0%	4,8%	2,2%	18,8%
2002	12,2%	7,3%	4,9%	2,5%	19,5%
2003	13,2%	7,6%	5,0%	2,6%	20,8%
2004	12,3%	7,4%	5,0%	2,4%	19,7%
2005	11,3%	6,6%	4,6%	2,1%	17,9%
2006	11,0%	5,7%	3,9%	1,9%	16,7%
2007	10,5%	5,0%	3,4%	1,6%	15,5%
2008	9,5%	4,6%	3,1%	1,5%	14,1%

Fonte: PED (elaboração própria)

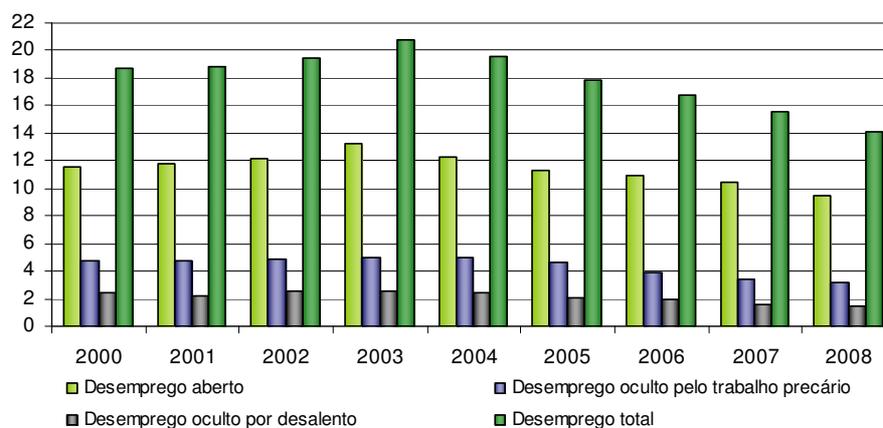
A taxa de desemprego total cresceu até 2003 e declinou sistematicamente a partir de 2004. Sendo a redução da taxa de desemprego, obviamente, dependente da redução do número de desempregados em relação à PEA, que, como vimos anteriormente, vem crescendo à média de 2% ao ano desde 2000, o comportamento observado das taxas significa que, até 2003, o número de postos de trabalho criados não foi suficiente para absorver todos os trabalhadores que a cada ano ingressaram no mercado de trabalho, portanto, inferior a 2%¹⁴.

A inflexão ocorrida em 2004 então demonstra uma patente recuperação do mercado de trabalho, como mostra o gráfico a seguir, que ilustra a evolução das taxas de cada tipo de desemprego de 2000 a 2008.

A mesma tendência foi observada no desemprego oculto com trabalho precário (DOTP) e no aberto, apresentando o desemprego oculto por desalento (DOD) uma leve oscilação entre 2000 e 2002, mas adquirindo mesma trajetória de queda a partir de 2004. O Gráfico 7 deixa evidente essa tendência no comportamento do desemprego e outras informações importantes devem ser destacadas, qual seja a da parcela de cada tipo de desemprego no total. A queda no desemprego aberto foi menos acentuada do que a dos outros, o que fez aumentar sua participação no total, de 61,5% em 2000 para 67,5% em 2008. Enquanto o DOPT passou de 26% para 20% e o DOD de 13% para 10% no mesmo período.

¹⁴ Deixaremos a discussão do paralelo com a expansão da ocupação para mais adiante, abordando inclusive com exatidão essas taxas.

Gráfico 7 - Desemprego desagregado (%) - 2000-2008



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, Convênio SEADE/DIEESE

O que contribuiu para que a partir de 2003 o desemprego começasse a cair? E porque houve mudança na própria composição da taxa de desemprego total? Está relacionado com a composição social desses desempregos? Essas são as três questões suscitadas a partir dos dados expostos e que tentaremos refletir sobre, começando pelo detalhamento das informações que temos disponível na Pesquisa de Emprego e Desemprego sobre a população desempregada.

3.2.1. Desemprego oculto com trabalho precário

Corroborando a afirmação feita no início do capítulo, a Tabela 7 nos mostra que a tendência nacional do desemprego oculto com trabalho precário foi de crescimento até 2003 e queda consistente a partir de 2004. Fato curioso, que nos instiga a conjecturar sobre suas possíveis causas, cabendo ainda uma reflexão sobre a natureza da estatística no contexto do mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 7 – População desempregada por trabalho precário (% da PEA) – 2000 a 2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Desemprego Oculto por	816.444	822.715	863.447	916.475	914.409	850.686	732.992	664.514	611.653
Trabalho Precário	4,8%	4,8%	4,9%	5,1%	5,0%	4,6%	3,9%	3,5%	3,1%

Fonte: PED (elaboração própria)

O desemprego oculto com trabalho precário abrange pessoas que realizam trabalhos precários, ocasionais, ou que realizam trabalho não remunerado em ajuda a parentes e que procuram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito nos últimos 12 meses. Nos estudos sobre o desemprego no Brasil é o que está mais associado ao chamado trabalho informal ou subemprego.

Cabe ressaltar, entretanto, que as duas estatísticas, DOTP e trabalho informal, não são idênticas, mas a primeira está contida na segunda. Só o são no caso extremo em que não exista trabalho informal acompanhado de busca por outro emprego, se considerando o trabalhador satisfeito com a atividade exercida. A diferença metodológica é sutil e o desemprego oculto muitas vezes acaba sendo captado como emprego em outros tipos de pesquisas, embora como informal, pela simples presença de trabalho no período de sete dias anteriores à pesquisa. A questão é, principalmente, o tipo de trabalho exercido, que muitas vezes leva o trabalhador a **procurar** outro emprego, caracterizando a noção de desemprego que a PED tenta refletir.

A noção de ausência de trabalho e de procura por trabalho que são revistas na PED vêm exatamente a construir essa dissociação entre o trabalho informal “bom” e “ruim”. Em parte pela própria alteração no que seria considerado como trabalho, mas também por levar em conta que a presença de trabalho em si não preenche as necessidades de trabalho do indivíduo, principalmente na ausência de mecanismos de proteção do Estado a muitos desempregados, o que os leva a exercer atividades irregulares e descontínuas enquanto procuram outro trabalho. Cardoso Jr, em sua análise da informalidade no Brasil, adota uma metodologia intencionada a filtrar do emprego informal estes casos de precariedade do trabalho.

A justificativa para este corte analítico está ligada ao fato de que no interior de ambas¹⁵ as categorias ocupacionais assumidas enquanto informais residem as atividades de trabalho mais precárias, do ponto de vista do conteúdo ou da qualidade da ocupação, e de mais frágil inserção profissional, do ponto de vista das relações de trabalho. Isto não é, obviamente, o mesmo que afirmar que não existam atividades de trabalho precárias ou frágeis também no seio das categorias de assalariados com carteira, estatutários e militares, mas sim que nestes casos a incidência de inserções de natureza ruim é bem menor, posto estarem ligadas ao núcleo mais estruturado do mercado de trabalho (CARDOSO Jr, 2007).

É certo que o desemprego, exceto o voluntário (a inatividade), se caracteriza como uma oferta de trabalho não demandada pelo mercado, o que não caberia no termo “trabalho informal”, mas, controvérsias a parte, não há relevância científica na discussão entre se classificar uma pessoa como desempregado com trabalho precário ou como empregado informal, desde que se tenha consciência de que a condição do trabalho, seja medida sua precariedade pelas condições de execução ou pela baixa remuneração, é que determina a que veio aquela estatística. O objetivo da estatística em fomentar políticas públicas só se perde se sua capacidade de refletir a heterogeneidade e a debilidade do mercado de trabalho brasileiro for ignorada.

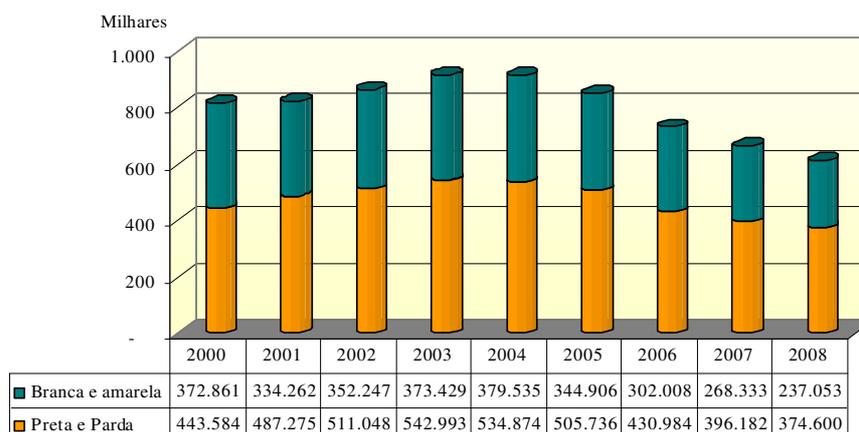
Foi considerando este caráter do mercado de trabalho brasileiro que achamos relevante explorar as principais características da população atingida pelo desemprego oculto com trabalho precário (DOTP), enquanto condição específica da informalidade, a fim de construir um perfil destes e uma reflexão sobre sua relação com o contexto econômico e as estruturas sociais. As perguntas que nos movem por agora são, portanto, quem são os desempregados que compõem o DOTP?

¹⁵ O autor divide o trabalho informal em duas categorias, autônomos e sem-carteira, baseado num critério de relação de produção existente. Por isso inclui no conceito do informal, trabalhadores classificados como empregadores, mas pelo fato do grau de organização do negócio ser baixo, passa a ser considerado precário do ponto de vista da organização capitalista (lucro e remuneração) e exclui parcela de profissionais liberais do meio urbano, que auferem rendas altas e não são submetidos à instabilidade e ocasionalidade do trabalho, inclusive recolhem contribuição previdenciária como autônomos.

3.2.1.1. Perfil da população em desemprego oculto com trabalho precário

Nesse primeiro ciclo da análise dividiremos a população desempregada em dois grupos, segundo critérios de cor¹⁶: Pretos e Pardos, de um lado; e Brancos e Amarelos, de outro. Sobre cada um desses grupos a recuperação da taxa de desemprego surtiu efeitos distintos. No Gráfico 8, é perceptível a melhora, mas o que talvez não fique tão claro é o aumento das desigualdades entre os dois grupos. Pretos e Pardos, no ano 2000, respondiam por 54,3% do DOTP e essa participação cresceu paulatinamente até alcançar o patamar de 61,2% em 2008, enquanto os Brancos e Amarelos respondiam pelos demais 38,8%¹⁷.

Gráfico 8 – Evolução do número de desempregados por cor – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria).

Tabela 8 – Participação no DOTP por cor – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Branca e amarela	372.861 45,7%	334.262 40,6%	352.247 40,8%	373.429 40,7%	379.535 41,5%	344.906 40,5%	302.008 41,2%	268.333 40,4%	237.053 38,8%
Preta e Parda	443.584 54,3%	487.275 59,2%	511.048 59,2%	542.993 59,2%	534.874 58,5%	505.736 59,5%	430.984 58,8%	396.182 59,6%	374.600 61,2%

Fonte: PED (elaboração própria)

¹⁶ Como pode ser observado foi adotado um segundo critério de fusão entre as características. Pretos foram aliados aos Pardos, pela maior ligação cultural, histórica e até biológica, enquanto Amarelos associamos a Brancos pela menor exposição a problemas de aceitação social, que geralmente são atribuídos a Pretos e Pardos.

¹⁷ Fato intrigante é que grande parte dessa mudança se deu no ano de 2000 para 2001, um espaço de tempo muito curto.

Se olharmos o grau de instrução dos dois grupos, notamos que Pretos e Pardos, tinham deficiência maior em relação aos Brancos e Amarelos, pois em sua maioria tinham escolaridade inferior. Embora ambos venham se desenvolvendo em direção a maior nível de instrução; o primeiro grupo conseguiu se aproximar das proporções apresentadas pelo segundo, o que, poupando qualquer parecer sobre a empregabilidade dos grupos em si, indica somente que a composição do desemprego para o grupo de indivíduos de cor Preta e Parda se alterou mais rapidamente no sentido do aumento da escolaridade de seus componentes.

Tabela 9 – Grau de instrução da população desempregada por cor – 2000-2008

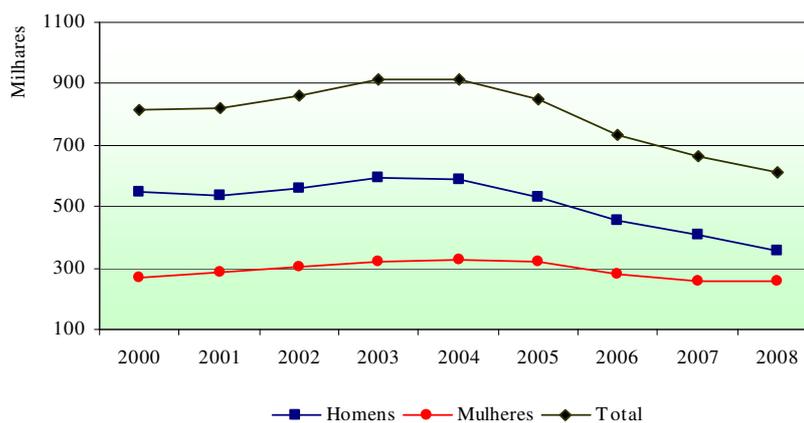
	2000		2001		2008	
	Branca e Amarela	Preta e Parda	Branca e Amarela	Preta e Parda	Branca e Amarela	Preta e Parda
Analfabeto	11.490 3,1%	22.028 5,0%	9.208 2,7%	25.031 5,1%	2.484 1,1%	10.195 2,7%
Sem escolarização	1.596 0,4%	990 0,2%	1.279 0,4%	1.892 0,4%	98 0,0%	868 0,2%
Fundamental Incompleto	167.769 45,0%	255.518 57,6%	149.789 44,7%	268.351 55,1%	78.437 33,2%	149.184 39,9%
Fundamental Completo	51.617 13,9%	59.205 13,4%	51.350 15,3%	65.536 13,5%	37.435 15,9%	53.411 14,3%
Médio Incompleto	38.789 10,4%	41.909 9,5%	33.479 10,0%	48.235 9,9%	28.193 12,0%	46.403 12,4%
Médio Completo	70.503 18,9%	55.604 12,5%	66.658 19,9%	68.080 14,0%	65.555 27,8%	101.640 27,2%
Superior Incompleto	14.204 3,8%	4.863 1,1%	11.607 3,5%	5.820 1,2%	10.020 4,2%	8.065 2,2%
Superior Completo	16.653 4,5%	3.235 0,7%	11.783 3,5%	3.875 0,8%	13.694 5,8%	4.367 1,2%
Total	372.621 100%	443.352 100%	335.153 100%	486.820 100%	235.916 100%	374.133 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Quando analisamos a relação entre gênero e desemprego oculto com trabalho precário (DOTP), o que claramente se nota é a perda relativa de participação dos homens nesta categoria de desemprego. Em valores absolutos o desemprego entre eles caiu muito mais do que entre as mulheres. Não podemos, no entanto, nos precipitar para a conclusão de que os primeiros tenham sido os mais atingidos pela recuperação do emprego no período, visto que, ao observarmos os dados da PEA, vimos que houve em contrapartida aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. O emprego entre elas pode ter aumentado tanto quanto para os homens, mas o estoque de mão-de-obra feminina sem

trabalho pode ter permanecido inalterado por motivo de ingresso cada vez maior destas na busca por emprego. No Gráfico 9, que relaciona o número absoluto (em milhares) de homens e mulheres desempregados ao longo do tempo, pode-se notar a redução do desemprego masculino, com maior impacto sobre o desemprego total.

Gráfico 9 - Evolução da participação de homens e mulheres no DOTP - 2000-2008



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	545.856	535.040	560.756	596.767	587.175	532.638	455.354	406.032	356.758
	66,90%	65,00%	64,90%	65,10%	64,20%	62,60%	62,10%	61,10%	58,30%
Mulheres	270.588	287.675	302.691	319.708	327.234	318.047	277.638	258.482	254.896
	33,10%	35,00%	35,10%	34,90%	35,80%	37,40%	37,90%	38,90%	41,70%

Fonte: PED (elaboração própria)

Sobre a relação entre idade e desemprego, alguns pontos importantíssimos podem ser ressaltados e associados a características estruturais da sociedade brasileira. A Tabela 10 relaciona o número de desempregados em cada faixa etária ao longo do período 2000-2008, contendo as taxas de participação no DOTP em cada ano.

Chamam atenção as taxas encontradas para a população entre 10 e 19 anos, que atingem em média 14,7% do DOTP. Em busca de uma explicação para esse fato, tentamos relacionar essa parcela da oferta de trabalho com a renda familiar dos adolescentes. Nesta investigação concluímos que uma baixa renda familiar está associada à busca de trabalho dos indivíduos desta faixa etária. Com um número médio de membros por família de 4,81 pessoas no segmento populacional¹⁸ mais vulnerável e onde há mais adolescentes desempregados, a renda familiar *per capita* teve maior média da série em

¹⁸ Selecionamos os indivíduos desempregados com trabalho precário e com renda familiar inferior a R\$ 1000,00.

2007, R\$ 152,28. Incluindo a faixa de renda imediatamente superior, a maior média passa a ser a de 2008, R\$ 217,10.

Um sinal positivo é que, como pode ser visto no Gráfico 10, que relaciona a participação absoluta (em milhares) de crianças e adolescentes em cada faixa de renda, o número destes enquadrados no DOTP tem diminuído muito. E o fato da renda das classes mais baixas estar aumentando pode interferir positivamente neste aspecto, via políticas assistenciais que têm como critério a frequência escolar dos beneficiados ou pela própria redução do desemprego entre os chefes de família.

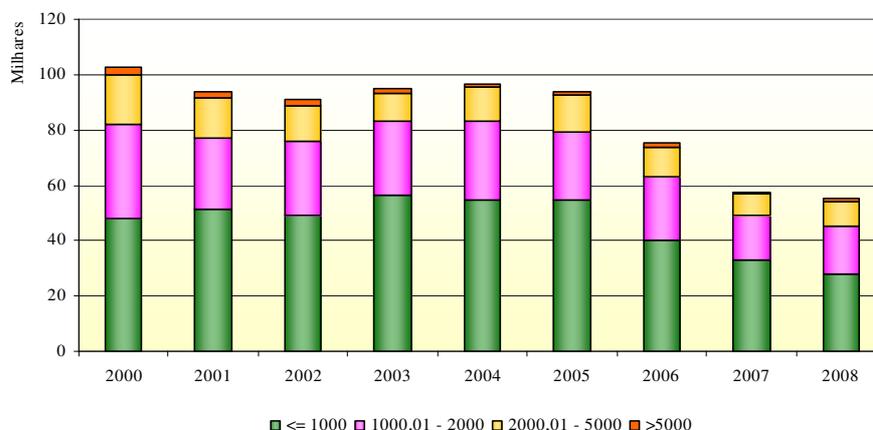
Tabela 10 – Participação no DOTP por faixa etária – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
10 - 19	137.970 16,9%	137.662 16,7%	128.685 14,9%	131.166 14,3%	133.378 14,6%	121.774 14,3%	103.341 14,1%	86.372 13,0%	83.100 13,6%
20 - 29	281.231 34,4%	278.546 33,9%	298.917 34,6%	313.309 34,2%	325.520 35,6%	298.364 35,1%	260.362 35,5%	234.622 35,3%	209.492 34,3%
30 - 39	205.535 25,2%	202.646 24,6%	217.788 25,2%	233.911 25,5%	226.190 24,7%	209.869 24,7%	176.993 24,1%	171.285 25,8%	151.030 24,7%
40 - 49	132.484 16,2%	143.427 17,4%	152.603 17,7%	165.432 18,1%	158.336 17,3%	151.937 17,9%	129.251 17,6%	115.452 17,4%	112.683 18,4%
50 - 59	49.192 6,0%	53.217 6,5%	55.078 6,4%	62.283 6,8%	61.353 6,7%	60.523 7,1%	55.149 7,5%	48.674 7,3%	47.543 7,8%
60 - 69	9.024 1,1%	6.912 ,8%	9.706 1,1%	9.885 1,1%	8.830 1,0%	8.063 ,9%	7.866 1,1%	7.833 1,2%	7.754 1,3%
>70	1.007 ,1%	306 ,0%	672 ,1%	488 ,1%	802 ,1%	156 ,0%	30 ,0%	275 ,0%	52 ,0%
Total	816.443 100,0%	822.716 100,0%	863.449 100,0%	916.474 100,0%	914.409 100,0%	850.686 100,0%	732.992 100,0%	664.513 100,0%	611.654 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

As maiores taxas no desemprego são observadas para os indivíduos com idade entre 20 e 29 anos, que respondem por 34,3% do DOTP em 2008, praticamente o mesmo do que consta para 2000. O fato de serem altas pode representar uma deficiência da economia brasileira em receber os jovens ingressantes no mercado de trabalho, associável não somente à inexperiência profissional, mas principalmente à ausência de formação profissional. Para averiguar esta hipótese, vamos buscar relacionar a evolução do grau de instrução dos jovens de 20 a 29 anos, detalhado na Tabela 11.

Gráfico 10 – Número de desempregados (DOTP) na faixa etária de 10 a 19 anos por faixa de renda – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria)

O quadro educacional nas metrópoles como um todo tem melhorado, pois o número de pessoas que tinham somente o Ensino Fundamental diminuiu, enquanto os níveis mais altos de escolaridade têm aumentado sua população correspondente. A parcela de desempregados com idade entre 20 e 29 anos tem acompanhado essa tendência, ou seja, também tem aumentado o número dos mais instruídos, mas ao mesmo tempo aumentaram as taxas de desemprego para os níveis mais altos. A extraordinária redução absoluta do número de jovens desempregados com Ensino Fundamental Incompleto, mais que compensou a elevação dos com Ensino Médio e Superior Completos, surtindo efeito líquido positivo sobre o desemprego para esta faixa etária.

O grau de instrução desses jovens desempregados é muito baixo, apenas 3,7%, em 2008, tinham o Superior Completo, e esse número é 68,3% maior do que o de 2000. Por outro lado, na PEA como um todo, crescera 76,7%. Os números para o Ensino Médio vão na mesma linha: a parcela desempregada aumentara 30,7% em relação ao ano inicial, enquanto no total da PEA aumentara 77,5%. Já para aqueles com Fundamental Incompleto, houvera recuo de 59,5% e 52,4%, respectivamente. Em suma, para os níveis mais altos de instrução, Médio Completo e Superior Completo, o aumento no desemprego foi menor do que o aumento na oferta de trabalhadores desses grupos; enquanto para o nível Fundamental Incompleto a reversão foi ainda mais positiva, pois obteve uma queda maior em relação à redução da mão-de-obra disponível – PEA. O que indica uma clara substituição de mão-de-obra menos qualificada pela mais qualificada, acompanhando a

tendência de aumento do grau de instrução da população, embora o aproveitamento da maior qualificação dos jovens não tenha sido integral.

Tabela 11 – Desempregados com idade entre 20 e 29 anos por grau de instrução – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Analfabeto	4.153 1,5%	5.307 1,9%	5.885 2,0%	5.261 1,7%	2.931 ,9%	3.581 1,2%	2.658 1,0%	1.393 ,6%	1.430 ,7%
Sem escolarização	75 ,0%	225 ,1%	191 ,1%	129 ,0%	219 ,1%	409 ,1%	40 ,0%	68 ,0%	0 ,0%
Fundamental Incompleto	133.296 47,4%	125.574 45,1%	125.138 41,9%	119.980 38,3%	106.796 32,8%	98.385 33,0%	73.755 28,4%	65.512 27,9%	53.949 25,8%
Fundamental Completo	37.521 13,3%	40.914 14,7%	42.120 14,1%	43.039 13,7%	46.268 14,2%	43.125 14,5%	38.357 14,7%	30.749 13,1%	27.243 13,0%
Médio Incompleto	31.565 11,2%	31.853 11,4%	36.052 12,1%	35.568 11,4%	38.631 11,9%	35.780 12,0%	32.851 12,6%	34.705 14,8%	31.430 15,0%
Médio Completo	59.661 21,2%	60.754 21,8%	75.034 25,1%	93.260 29,8%	110.179 33,9%	98.497 33,0%	94.652 36,4%	85.758 36,6%	77.963 37,3%
Superior Incompleto	10.330 3,7%	9.242 3,3%	9.846 3,3%	10.312 3,3%	13.420 4,1%	11.034 3,7%	9.867 3,8%	9.649 4,1%	9.145 4,4%
Superior Completo	4.590 1,6%	4.676 1,7%	4.651 1,6%	5.656 1,8%	6.899 2,1%	7.552 2,5%	7.947 3,1%	6.589 2,8%	7.723 3,7%
Total	281.191 100%	278.545 100%	298.917 100%	313.205 100%	325.343 100%	298.363 100%	260.127 100%	234.423 100%	208.883 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Para o restante das faixas etárias o desemprego caiu em termos absolutos e ganharam importância relativa devido à grande perda de participação do desemprego de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. O nível educacional melhorou para as faixas como um todo, mas o histórico de uma população pouco instruída é realçado no aumento das disparidades entre os níveis de escolaridade à medida que a idade aumenta.

Na observância do quadro geral do desemprego por grau de instrução, vemos que uma parcela muito grande da população na situação de DOTP, 51,9%, tinha apenas o Fundamental Incompleto em 2000. Em 2008 passou para 37,3%, transferindo maior peso a Ensino Médio Completo, com 27,4%. Dentro das condições precedentes, as taxas de 2008 demonstram até uma melhora, por estarem associados ao aumento do grau de instrução da população em geral. Mas devemos ressaltar que a redução do desemprego não foi na mesma proporção que o aumento, em número de trabalhadores, da escolaridade da PEA.

O perfil educacional dos desempregados do DOTP fica resumido na Tabela 12, que relaciona o número de desempregados em cada grau de instrução, com respectivas taxas de participação no DOTP.

Tabela 12 – Participação no DOTP por grau de instrução – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Analfabeto	33.518 4,1%	34.239 4,2%	35.357 4,1%	35.459 3,9%	29.010 3,2%	29.551 3,5%	19.083 2,6%	14.757 2,2%	12.678 2,1%
Sem escolarização	2.586 ,3%	3.170 ,4%	2.192 ,3%	2.482 ,3%	2.192 ,2%	1.180 ,1%	1.141 ,2%	1.129 ,2%	967 ,2%
Fundamental Incompleto	423.288 51,9%	418.207 50,9%	421.737 48,9%	424.611 46,4%	386.861 42,3%	353.714 41,6%	284.806 38,9%	252.059 38,0%	227.621 37,3%
Fundamental Completo	110.821 13,6%	116.935 14,2%	123.549 14,3%	132.187 14,4%	136.938 15,0%	126.203 14,8%	113.004 15,4%	97.212 14,7%	90.846 14,9%
Médio Incompleto	80.698 9,9%	81.764 9,9%	89.006 10,3%	91.341 10,0%	97.240 10,6%	89.277 10,5%	83.136 11,4%	77.606 11,7%	74.596 12,2%
Médio Completo	126.107 15,5%	134.759 16,4%	156.565 18,1%	190.699 20,8%	214.047 23,4%	206.792 24,3%	192.107 26,2%	184.872 27,9%	167.196 27,4%
Superior Incompleto	19.067 2,3%	17.428 2,1%	18.390 2,1%	20.486 2,2%	24.420 2,7%	21.109 2,5%	18.762 2,6%	17.688 2,7%	18.085 3,0%
Superior Completo	19.888 2,4%	15.658 1,9%	16.308 1,9%	18.304 2,0%	23.441 2,6%	22.816 2,7%	20.196 2,8%	18.091 2,7%	18.061 3,0%
Total	815973 100%	822160 100%	863104 100%	915569 100%	914149 100%	850642 100%	732235 100%	663414 100%	610050 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

De qualquer forma, o que não se consegue observar é a correlação entre as variações por faixas ou níveis de instrução com a taxa de desemprego oculto com trabalho precário, que cresceu até 2003 e nos anos seguintes diminuiu. Isso se deve à gama de fatores que afetam os valores absolutos, dentre eles o crescimento populacional, o envelhecimento da população (fazendo com que migrem de uma faixa etária para outra e não que haja uma redução de desemprego numa faixa em detrimento da outra), a mudança de nível educacional dos indivíduos ao longo do tempo etc. Em suma, o aumento do emprego teria que compensar todos os fatores demográficos para que o resultado final da variável necessariamente reflita as mudanças conjunturais. Neste nível de análise é inócuo buscar impacto econômico sobre os grupos sociais ano a ano, por isso consideramos mais relevante a comparação do início com o final do período, ainda com ressalvas, já que não é objetivo deste trabalho discutir variáveis demográficas a fundo. Quando possível e pertinente, será observado o comportamento temporal do desemprego.

Pela análise do primeiro grupo de características, pudemos constatar que a participação dos homens no DOTP é maior, embora venha diminuindo, possivelmente pela entrada cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. A faixa etária predominante é de jovens até 29 anos, seguida pela faixa de 30 a 39 anos, e que o nível educacional dessa população em geral é baixo, têm no máximo o Fundamental Incompleto, mas há grande parcela com Médio Completo. Embora tenha melhorado o quadro educacional, o que se

teve como resultado dessa melhoria foi um aumento do desemprego para as pessoas com maiores graus de instrução, principalmente para Médio Completo.

Já no segundo grupo, que havíamos mencionado como capaz de medir a sensibilidade das condições de vida do indivíduo à sua situação de desemprego, estão o tempo de desemprego e o meio de sobrevivência ao qual ele recorre; além da renda familiar como indicador da dependência de se exercer alguma atividade remunerada. A análise que vamos desenvolver agora se pauta no alto grau de associação entre desemprego e pobreza. Eles estão intimamente ligados na medida que criam-se problemas de inserção no mercado de trabalho seja pela trabalho precoce ou inaccessório a ensino de qualidade com determinante da fraca formação profissional, particularmente nas pessoas de renda familiar mais baixa. A situação imposta pela falta de recursos é de estagnação ou pior, de multiplicação dos baixos padrões de vida, que tendem a se perpetuar de geração em geração.

Para buscar os vínculos entre estes fatores vamos associar o desemprego à faixa de renda das famílias; a posição do desempregado no seu círculo familiar, cujo peso na renda é determinante na qualidade de vida dos seus, tanto no presente como no futuro; e a renda alternativa (ou meio de sobrevivência). Para cada tipo de desemprego as opções de renda são adaptadas e consonantes com as características de cada um deles, como no caso do desemprego oculto com trabalho precário, que por agora será nosso objeto de análise, a renda alternativa mais importante é a de trabalhos temporários e esporádicos.

Para dar sequência na referenciada análise, optamos pelo corte de faixas de renda a cada R\$ 1000,00 para evitar vinculação com o valor de salário mínimo, que embora seja um mecanismo importante de proteção dos salários dos trabalhadores, ainda não é uma boa medida de qualidade de vida para a família. De qualquer forma, não pretendemos entrar no mérito dessa discussão de limites ideais de salário mínimo, tão somente medir de algum modo a relação entre desemprego e renda.

Pelos dados da PED, as famílias destes desempregados nas regiões metropolitanas vêm diminuindo o número de membros, enquanto a renda familiar real cresce (média de R\$ 1194,50 em 2000 para R\$ 1059,49 em 2008). A renda familiar *per capita* média passou, portanto, de R\$ 302,56 para R\$ 290,08 no período. Para termos reais de renda, portanto, o reflexo foi de aumento suave da participação de desempregados com renda

familiar inferior a R\$ 1000,00 no DOTP, de iniciais 61,4% para 64,3% no ano de 2008. (Tabela 13)

Tabela 13 – Desempregados por faixa de renda familiar (DOTP) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 1000,00	61,4%	65,0%	67,8%	70,2%	67,0%	66,6%	66,1%	66,3%	64,3%
1000,01 - 2000	24,0%	21,6%	21,1%	20,6%	21,9%	21,3%	22,4%	22,5%	23,6%
2000,01 - 3000	7,4%	7,3%	6,0%	5,2%	5,9%	7,0%	5,9%	6,7%	6,1%
3000,01 - 4000	3,0%	2,8%	2,4%	2,0%	2,8%	2,0%	2,7%	2,3%	3,1%
4000,01 - 5000	1,6%	1,1%	1,2%	,9%	,9%	1,1%	1,3%	,8%	1,0%
>5000	2,6%	2,1%	1,5%	1,2%	1,5%	1,9%	1,6%	1,3%	1,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Até a segunda faixa de renda familiar se concentra grande parte do desemprego, o que nos leva a concluir que há uma grande associação entre desemprego oculto com trabalho precário e baixas rendas. Um dos dois casos que se enquadram do DOTP, de exercício de trabalho precário e ocasional, o conhecido “bico”, é muito comum nesse quadro, visto que a necessidade de incrementar a renda familiar é maior. Já o segundo caso de DOTP, trabalho não remunerado de ajuda a parentes, desponta em famílias de maior renda. Se o objetivo de pesquisa estiver conectado como uma busca de determinantes de condições de vida, deve-se ter cuidado ao associar o desemprego com trabalho precário à pobreza por esse motivo. Não é possível distinguir, sem um maior detalhamento dos dados por renda, a situação de carência de emprego como determinante da condição de vida do indivíduo.

Podemos corroborar uma outra hipótese citada, a de que a pobreza, por sua vez refletida no desemprego, esteja associada a baixos níveis educacionais. Em 2000, 57,6% dos desempregados com renda familiar inferior a R\$ 1000 tinham somente o Fundamental Incompleto, em segundo lugar estão aqueles com Fundamental Completo – 13,8%, seguidos por aqueles com o Ensino Médio Completo, 12,3%. Já em 2008, as taxas foram de 43,4%, 23,8% e 15,4%, respectivamente. À medida que cresce a renda, o peso dos níveis mais altos de instrução aumenta.

No entanto, se observarmos os dados absolutos, vemos que a grande proporção de pessoas com graus de instrução mais baixos por si só não é explicativo da persistência do desemprego, pois como visto anteriormente, a melhoria do nível educacional da população

em geral não tem significado absorção garantida desses trabalhadores mais preparados pelo mercado de trabalho.

O segundo aspecto que pode estabelecer relação determinística entre desemprego e pobreza é a posição do indivíduo desempregado na família. Os Chefes de família têm papel central na geração de renda para o seu núcleo familiar, complementada, geralmente, pela renda do Cônjuge, portanto cabe questionar qual a parcela dos desempregados que têm ocupado essas posições essenciais.

De acordo com a Tabela 14, que apresenta o número de desempregados por posição na família a cada ano, além da respectiva taxa de participação no DOTP, os chefes de família representavam 41,8% do desemprego em 2000 e passaram para 45% em 2008, enquanto os cônjuges saltaram de 14,7% para 18%. Esse aumento foi somente em relação ao desemprego total, claro, já que a queda absoluta foi significativa, devido à maior queda relativa do desemprego nas outras posições, principalmente dos filhos, que tiveram inclusive sua participação percentual diminuída, de 35,4% para 29,9%.

Tabela 14- Desempregados por posição na família (% do DOTP) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Chefe	341.185 41,8%	345.478 42,0%	368.526 42,7%	395.879 43,2%	368.042 40,2%	296.834 43,6%	253.345 44,0%	231.942 46,2%	210.849 45,0%
Conjuge	119.645 14,7%	124.656 15,2%	131.180 15,2%	135.686 14,8%	138.170 15,1%	115.417 16,9%	102.280 17,8%	90.146 17,9%	84.577 18,0%
Filho	288.895 35,4%	283.740 34,5%	288.728 33,4%	306.152 33,4%	327.855 35,9%	215.172 31,6%	176.523 30,7%	144.974 28,8%	140.091 29,9%
Demais	66.720 8,2%	68.842 8,4%	75.012 8,7%	78.757 8,6%	80.342 8,8%	54.052 7,9%	43.244 7,5%	35.485 7,1%	33.357 7,1%
Total	816.445 100%	822.716 100%	863.446 100%	916.474 100%	914.409 100%	681.475 100%	575.392 100%	502.547 100%	468.874 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

1. inclui as categorias Outro parente, Agregado, Pensionista, Empregado Doméstico, Parente Empregado Doméstico e Outros.

Em relação ao meio de sobrevivência do desempregado (Tabela 15), como era esperado, quase a totalidade dos desempregados sobrevive principalmente da renda de trabalhos irregulares, 95,7% em 2000 e 96% em 2008, oscilando pouco ao longo do período. Na Tabela 14 está exposta a relação de desempregados de acordo com a faixa de renda que auferem no trabalho ocasional. A renda obtida nesta alternativa de trabalho era inferior a R\$ 250,00 (valores de 2008) para 68,4% em 2000, aumentando para 71,8% em

2008. As maiores reduções absolutas foram entre os segmentos que conseguiam renda superior no trabalho precário. (Tabela 16)

Tabela 15 – Meio de sobrevivência dos desempregados (% do DOTP) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalhos irregulares, ocasionais, bicos, etc+demais meios	781.480	777.098	817.694	886.380	868.765	813.956	702.905	645.848	587.224
	95,7%	94,5%	94,7%	96,7%	95,1%	95,8%	95,9%	97,2%	96,0%
Ajuda de parente e/ou conhecidos	10.386	12.120	12.953	9.198	13.335	11.083	7.855	4.928	8.425
	1,3%	1,5%	1,5%	1,0%	1,5%	1,3%	1,1%	,7%	1,4%
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho	21.546	28.826	30.779	18.618	28.455	21.358	20.416	13.139	14.398
	2,6%	3,5%	3,6%	2,0%	3,1%	2,5%	2,8%	2,0%	2,4%
Outros meios	2.942	4.246	1.981	2.002	3.000	3.392	1.794	600	1.404
	,4%	,5%	,2%	,2%	,3%	,4%	,2%	,1%	,2%
Total	816.354	822.290	863.407	916.198	913.555	849.789	732.970	664.515	611.451
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 16 – Renda auferida no meio de sobrevivência principal – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 250,00	496.515	523.512	550.967	576.153	616.839	572.042	474.107	411.461	389.283
	68,4%	72,9%	72,0%	71,5%	76,2%	74,2%	72,4%	70,3%	71,8%
250,01 - 500	129.093	121.659	144.514	148.163	127.156	127.972	115.385	109.419	101.425
	17,8%	16,9%	18,9%	18,4%	15,7%	16,6%	17,6%	18,7%	18,7%
500,01 - 750	61.062	34.734	42.383	48.886	38.830	43.260	35.867	39.828	25.624
	8,4%	4,8%	5,5%	6,1%	4,8%	5,6%	5,5%	6,8%	4,7%
>750	85.926	71.412	56.495	60.821	54.245	56.512	56.053	51.447	46.479
	11,8%	10,0%	7,4%	7,6%	6,8%	7,3%	8,6%	8,8%	8,6%
Total	726.032	717.772	765.721	805.757	809.371	771.330	654.694	585.591	541.859
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PED (elaboração própria)

A Tabela 17 mostra a evolução do número de desempregados por período de tempo de desemprego, com respectivas taxas em relação ao total de desempregados (OTP). Em 2000, ele tinha sido apenas para 54,4% dos desempregados inferior a um ano. Em 2008 houve uma melhora no sentido de maior parte dos desempregados estarem na faixa de menor tempo de desemprego, sugerindo que a permanência na condição de desemprego tem diminuído e pode estar associada à maior facilidade de reinserção no mercado de trabalho.

Tabela 17 – Desempregados e tempo de desemprego em anos (% do DOTP) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 1	394.541	417.637	446.162	457.009	443.830	434.422	398.581	360.570	339.524
	54,4%	56,6%	57,5%	55,2%	54,6%	56,5%	60,9%	60,3%	62,4%
1,001 - 2	142.258	127.538	131.570	154.976	157.367	130.537	101.641	93.031	82.518
	19,6%	17,3%	16,9%	18,7%	19,3%	17,0%	15,5%	15,5%	15,2%
2,001 - 3	68.807	68.520	66.944	76.207	68.144	64.798	50.496	44.324	34.862
	9,5%	9,3%	8,6%	9,2%	8,4%	8,4%	7,7%	7,4%	6,4%
3,001 - 4	37.716	38.187	35.526	36.248	41.853	35.580	29.305	27.498	20.109
	5,2%	5,2%	4,6%	4,4%	5,1%	4,6%	4,5%	4,6%	3,7%
4,001 - 5	25.785	27.984	27.238	32.222	27.461	29.545	19.677	22.903	17.567
	3,6%	3,8%	3,5%	3,9%	3,4%	3,8%	3,0%	3,8%	3,2%
>5	56.125	58.823	67.363	66.325	71.052	70.990	57.455	52.163	54.234
	7,7%	8,0%	8,8%	8,3%	8,9%	9,3%	8,6%	8,3%	9,3%
Total	725.232	738.689	774.803	822.987	809.707	765.872	657.155	600.489	548.814
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Basicamente, a condição determinada (ou determinante) pelo desemprego oculto com trabalho precário, no que diz respeito ao acesso do indivíduo e dos membros do seu núcleo familiar a bens e serviços básicos, é bastante limitada. A sensibilidade, desta forma, do bem-estar do indivíduo ao desemprego é considerável para uma grande parcela deles, ou seja, a intensidade com que a falta de uma renda estável e satisfatória afeta a sua capacidade de prover condições mínimas de vida é relevante, por estar circunscrita a um segmento populacional vulnerável às oscilações conjunturais, tanto pelo seu baixo grau de instrução como pela renda em níveis baixos.

O grau de instrução, assim como a cor, idade ou sexo, podem determinar a dificuldade de inserção no mercado trabalho, tornando o tempo de desemprego mais longo do que o aceitável. Sem alternativas, na maioria dos casos há que se recorrer a trabalhos precários, os quais quase sempre remuneram irrisoriamente o trabalhador, sem contar as reais condições nas quais esse trabalho é realizado, que muitas das vezes, por não ser regulado, exige cargas horárias mais altas.

O último aspecto do desemprego oculto com trabalho precário que destacaremos é o setor do último trabalho. Isto servirá somente para que identifiquemos a procedência profissional dos indivíduos, não representando nenhuma estatística relevante no sentido de indicar o “setor desempregador”, já que os dados que estamos nos baseando partem da pessoa desempregada e não do empregador. Nesse caso, a relação analítica mais próxima que encontraríamos é de quais desempregados, por setor de origem, tem tido maior dificuldade de se reempregar no mercado de trabalho, ou, analogamente, quais foram mais

rapidamente reabsorvidos com o reaquecimento da economia. Claro que essa resposta também é condicionada ao tamanho do setor na economia, já que estamos trabalhando com números absolutos, mas deixaremos esse estudo mais profundo para quando formos comparar os três tipos de desemprego, onde apresentaremos a economia metropolitana por setor.

Segundo a Tabela 18, que apresenta o número de desempregados por setor que trabalhara no último emprego, maior parte do DOTP, no ano 2000, era composto por trabalhadores provenientes do setor de Serviços e continuou o sendo por todo o período. A maior redução foi dentre os que provinham da Agricultura, Pecuária e Extração Mineral, mas dada a pouca representatividade deste setor no grupo, podemos considerar a redução dos originários da Indústria como a mais relevante, com queda de 41,5%. Os que representavam o setor de serviços caíram 20%, mas em números absolutos é próximo à redução no anterior, por ser um setor normalmente de maior peso.

Tabela 18 – Desempregados por setor de origem no DOTP – 2000-2008

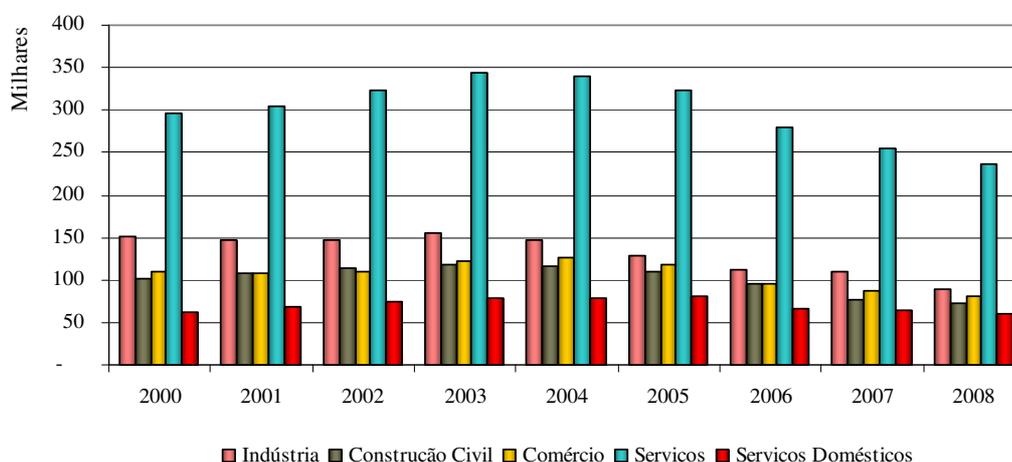
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria	151.366 18,5%	146.447 17,8%	146.865 17,0%	155.205 16,9%	147.734 16,2%	129.444 15,2%	110.907 15,1%	109.036 16,4%	88.546 14,5%
Construção Civil	101.065 12,4%	106.755 13,0%	114.542 13,3%	117.778 12,9%	116.707 12,8%	110.642 13,0%	96.117 13,1%	76.531 11,5%	71.974 11,8%
Comércio	109.635 13,4%	107.653 13,1%	110.033 12,7%	121.618 13,3%	125.562 13,7%	117.177 13,8%	94.321 12,9%	86.467 13,0%	81.592 13,3%
Serviços	296.520 36,3%	303.755 36,9%	323.020 37,4%	345.051 37,6%	339.860 37,2%	322.791 37,9%	280.456 38,3%	254.113 38,2%	237.177 38,8%
Serviços Domésticos	61.538 7,5%	67.714 8,2%	74.138 8,6%	79.377 8,7%	78.090 8,5%	80.468 9,5%	65.752 9,0%	65.173 9,8%	60.302 9,9%
Agricultura, Pecuária e Extração Vegetal	4.678 ,6%	5.410 ,7%	5.596 ,6%	6.613 ,7%	4.113 ,4%	5.372 ,6%	4.968 ,7%	3.824 ,6%	2.287 ,4%
Outras	2.145 ,3%	1.741 ,2%	2.440 ,3%	2.909 ,3%	2.465 ,3%	3.353 ,4%	2.626 ,4%	3.246 ,5%	2.699 ,4%
Sem Declaração	1.509 ,2%	740 ,1%	894 ,1%	1.046 ,1%	2.451 ,3%	2.022 ,2%	379 ,1%	- ,0%	609 ,1%
Não se aplica	87.988 11%	82.500 10%	85.919 10%	86.878 9%	97.427 11%	79.417 9%	77.466 11%	66.124 10%	66.467 11%
Total	816.444 100%	822.715 100%	863.447 100%	916.475 100%	914.409 100%	850.686 100%	732.992 100%	664.514 100%	611.653 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Obs: "Não se aplica" corresponde aos que buscam o primeiro trabalho.

Outro fenômeno a ser observado é o papel de cada setor no comportamento da taxa de DOTP. Serviços e Construção Civil seguiram estritamente a taxa total, enquanto a Indústria oscilou no primeiro triênio do período. Já Serviços Domésticos tiveram um aumento atípico em 2005 e Comércio, além da instabilidade no começo, só começou a cair significativamente a partir de 2005. O setor de Serviços, devido a seu maior peso, acabou por determinar o comportamento global da taxa, o que inclusive aumentou ainda mais sua participação, como visto na Tabela anterior, enquanto reduzia, principalmente, o número de egressos da Indústria.

Gráfico 11 – Número de desempregados por setor de origem – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Por enquanto o que exporemos sobre o DOTP são esses pontos. Mais à frente, com o desenvolvimento das demais análises de desemprego, será possível fazer um estudo comparativo dos três perfis.

3.2.2. Desemprego oculto por desalento

O desemprego oculto por desalento (DOD) é caracterizado pela ausência de trabalho e de busca por trabalho nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, por circunstâncias fortuitas ou desestímulo gerado por insucessos na busca no período de 12 meses anterior à pesquisa, embora ainda seja declarada a disponibilidade do trabalhador

para exercer alguma atividade laboral. Em que pesem as necessidades da população desempregada em geral, pode-se conjecturar que haja fatores específicos que dêem suporte para a “escolha” de não trabalho. A palavra “escolha” quando se analisa o desemprego deve ser utilizada com certa cautela, pois existem certas limitações associadas à capacitação e às condições de competição no mercado de trabalho, que associadas a fatores psicológicos, não necessariamente definem a situação de não trabalho como uma opção.

O que se quer dizer é que a desfavorabilidade das circunstâncias, dada pelas características pessoais ou necessidades do indivíduo num determinado momento (mães que não tem com quem deixar os filhos, problemas de saúde etc) gera dificuldades de conseguir um emprego e, após certo período de tempo, a desistência da busca. Mas a *necessidade*, que vai além da disposição, de exercer atividade remunerada, se tratando da faixa da população que vamos mostrar adiante, é também considerável. É a *necessidade* que confere ao desemprego por desalento urgência de solução, seja diretamente sobre a pessoa por ele atingida ou sobre seu núcleo familiar. O investimento na capacidade dos chefes de família de crescer profissionalmente, na qualidade dos postos de trabalho (estímulos à formalização, por exemplo), na educação e saúde públicas de qualidade para os filhos seriam meios de reverter essa situação.

Em síntese, a importância em se analisar as fontes do desemprego por desalento para a construção de medidas que o solucionem deve-se mais ao impacto que surte sobre a condição da população atingida do que às proporções que toma na sociedade. As taxas de DOD são relativamente pequenas, de forma que o seu impacto horizontal é reduzido, em detrimento do impacto vertical que surte sobre o grupo seletivo. Na Tabela 19 estão rerepresentadas tais taxas ao longo do período 2000-2008. Entre 2000 e 2002 oscilou, subindo em 2003, mas voltando a cair com mais intensidade a partir de 2004.

Tabela 19 – Evolução do desemprego oculto por desalento – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Desemprego oculto	405.655	392.880	440.194	469.696	443.190	387.994	354.029	306.412	297.440
por desalento	2,4%	2,3%	2,5%	2,6%	2,4%	2,1%	1,9%	1,6%	1,5%

Fonte: PED (elaboração própria)

Daremos sequência à análise do desemprego oculto por desalento tentando expor as condições em que se desenvolve, seja pelas características das pessoas ou do meio no qual

estão inseridas, em última instância determinantes do seu preparo e capacidade de se promover profissionalmente e garantir condições mínimas de vida, nos mesmos moldes que na análise anterior do DOTP. O comportamento da taxa no período será analisado à luz das mudanças internas, ou seja, das características da população desempregada, a fim de esboçar uma resposta de quem seriam os desempregados no início do período analisado, quais fatores eventualmente alteraram esse perfil e qual o efeito final do surto de recuperação do emprego sobre os desempregados, neste caso, por desalento.

3.2.2.1. Perfil da população em desemprego oculto por desalento

Nesta seção daremos atenção às características pessoais dos trabalhadores e à interrelação entre elas. Em que medida a renda familiar afeta o grau de instrução e vice-versa? O nível de desemprego está associado ao sexo ou à cor dos indivíduos? À medida que as informações forem se revelando mais depurada será a investigação, para que no fim possamos ter traçado o perfil da população desempregada por desalento.

De acordo com a distribuição da população no DOD pela cor, utilizando as informações da Tabela 20, percebemos que a população de cor Preta e Parda tem consistentemente sido mais representativa do que os Brancos e Amarelos. E mais, para cada dez pessoas que saíam da situação de desemprego por desalento de 2000 a 2008, sete eram do segundo grupo e três, somente, do primeiro, o que revela alguma tendência estrutural que reduza os efeitos benéficos do crescimento sobre Pretos e Pardos.

Tabela 20 – Participação no desemprego por desalento segundo a cor – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Branca e amarela	198.008 48,8%	178.966 45,6%	190.168 43,2%	197.142 42,0%	186.350 42,0%	164.140 42,3%	150.299 42,5%	127.002 41,4%	122.485 41,2%
Preta e Parda	207.569 51,2%	213.902 54,4%	250.026 56,8%	272.470 58,0%	256.839 58,0%	223.853 57,7%	203.730 57,5%	179.410 58,6%	174.954 58,8%
Total	405.577 100%	392.868 100%	440.194 100%	469.612 100%	443.189 100%	387.993 100%	354.029 100%	306.412 100%	297.439 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

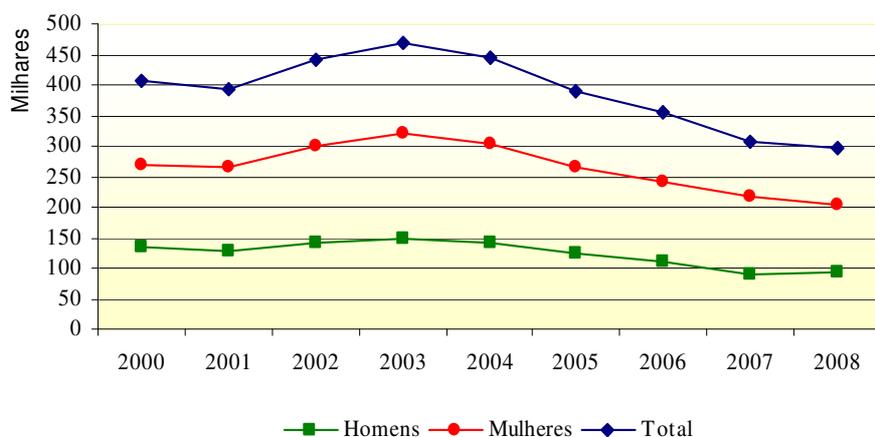
Além da marginalização social oriunda do preconceito, podem ser apontados fatores que são consequência do processo histórico de colocação dos negros na sociedade brasileira, cuja resultante é que perduram entre a população negra, seus descendentes e demais miscigenações as piores condições de vida. Em outras palavras, a população pobre e marginalizada no Brasil é, em sua maior parte, composta por negros e pardos, privados do acesso a educação e saúde de qualidade e, conseqüentemente, de condições competitivas de inserção no mercado de trabalho. Por isso, por menor que seja o impacto claro e direto do preconceito em relação à cor, a desvantagem em relação aos demais, Brancos e Amarelos, está estabelecida pela não superação da condição de exclusão social a que foi exposta a parcela Preta e Parda da população.

Quanto aos gêneros, o Gráfico 12 pode nos elucidar alguns fatos. Ele relaciona a evolução do número (em milhares) de mulheres e homens desempregados por desalento e o que se nota claramente é a maior participação feminina neste tipo de desemprego. Enquanto os homens eram 33,3% dos DOD em 2000, até o último ano do período regrediu superficialmente, para 31,1%. As mulheres ficaram em desvantagem ainda maior em relação aos homens, visto que para eles a redução do desemprego por desalento foi maior, aumentando de 66,7% para 68,9% a participação delas, que também se deveria ao aumento da taxa de participação das mulheres na PEA.

Mas o que faz com que parte dessas ingressantes não consiga se inserir no mercado de trabalho? Como isto está associado ao grau de instrução e à faixa etária? A necessidade de complementar a renda familiar é tão urgente quanto para os outros tipos de desemprego? Por ser tipicamente composto por mulheres, ao contrário do DOTP, analisado anteriormente, pode se esperar que haja uma amenização em relação aos outros tipos de desemprego em muitos dos aspectos dessa população relacionados às condições de vida.

A Tabela 19 apresenta o número de desempregados por desalento por sexo e grau de instrução, além das taxas de participação de cada categoria no DOD total (homens e mulheres). No ano de 2000, 26,6% dos DOD eram mulheres com Fundamental Incompleto e, em segundo lugar com taxas próximas, homens com este mesmo grau e mulheres com Ensino Médio Completo.

Gráfico 12 - Homens e Mulheres no DOD - 2000-2008



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	135.022	128.828	140.838	149.880	140.605	123.923	111.551	90.086	92.447
	33,3%	32,8%	32,0%	31,9%	31,7%	31,9%	31,5%	29,4%	31,1%
Mulheres	270.633	264.052	299.356	319.817	302.585	264.070	242.478	216.325	204.993
	66,7%	67,2%	68,0%	68,1%	68,3%	68,1%	68,5%	70,6%	68,9%
Total	405.655	392.880	440.194	469.697	443.190	387.993	354.029	306.411	297.440
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Já para 2008, a maior mudança foi em relação às mulheres com Médio Completo, pois tiveram sua participação acrescida no DOD. Já havíamos chamado atenção para o aumento do DOTP para níveis mais altos de escolaridade e constatando isso também para o DOD direcionamos nossa conclusão para a generalização dessa tendência. Mais adiante, com a análise do desemprego aberto poderemos confirmar seus efeitos sobre o desemprego total.

Tabela 21 – Participação no desemprego (DOD) por sexo e grau de instrução – 2000-2008

		Grau de Instrução							Total	
		Analfab.	Sem escolariz.	Fund. Incomp.	Fund. Completo	Médio Incomp.	Médio Completo	Superior Incomp.		Superior Completo
2000	Homens	4.096	321	64.943	21.516	20.488	17.925	3.565	2.168	135.022
		1,0%	,1%	16,0%	5,3%	5,1%	4,4%	,9%	,5%	33,3%
2000	Mulheres	7.358	199	107.608	38.982	39.658	61.629	6.501	8.179	270.114
		1,8%	,0%	26,6%	9,6%	9,8%	15,2%	1,6%	2,0%	66,7%
2008	Homens	875	17	30.357	14.315	12.536	25.724	5.160	3.463	92.447
		,3%	,0%	10,2%	4,8%	4,2%	8,6%	1,7%	1,2%	31,1%
2008	Mulheres	2.653	515	53.560	27.572	29.812	74.396	7.308	9.177	204.993
		,9%	,2%	18,0%	9,3%	10,0%	25,0%	2,5%	3,1%	68,9%
Variação 2008-2000	Homens	(3.221)	(304)	(34.586)	(7.201)	(7.952)	7.799	1.595	1.295	(42.575)
	Mulheres	(4.705)	316	(54.048)	(11.410)	(9.846)	12.767	807	998	(65.121)

Fonte: PED (elaboração própria)

Para avançar na discussão, relacionamos na Tabela 22 a evolução do número de desempregados em cada faixa etária, com suas taxas de participação no DOD a cada ano. O que se nota é o maior peso da parcela com idade entre 20 e 29 anos, que a despeito da queda absoluta aumentou sua participação, mas pelo bom motivo de redução do desemprego para a faixa anterior, de 10 a 19 anos. Mais uma vez, há motivos para acreditar que essa redução do desemprego entre crianças e adolescentes se deva ao aumento da frequência escolar e não ao aumento da ocupação destes.

Seja qual for a causa da redução de desemprego, que ainda não discutimos, é fato que ela afetou na mesma direção todas as faixas etárias, ou seja, todos foram beneficiados, *a priori*. Não podemos afirmar que por ter saído das estatísticas de desalento o indivíduo resolveu seus problemas de inserção no mercado de trabalho, pois lhe são postas várias outras opções, inclusive que passem a incluí-lo no desemprego com trabalho precário.

Tabela 22 – Participação das faixas etárias no DOD – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
10 - 19	115.344 28,4%	106.597 27,1%	112.039 25,5%	118.686 25,3%	113.006 25,5%	93.726 24,2%	87.598 24,7%	69.142 22,6%	72.683 24,4%
20 - 29	131.127 32,3%	127.989 32,6%	150.405 34,2%	163.447 34,8%	156.004 35,2%	136.879 35,3%	124.884 35,3%	111.086 36,3%	98.890 33,2%
30 - 39	75.769 18,7%	72.180 18,4%	77.645 17,6%	81.822 17,4%	77.859 17,6%	76.097 19,6%	60.945 17,2%	58.292 19,0%	57.603 19,4%
40 - 49	47.421 11,7%	52.487 13,4%	55.820 12,7%	58.759 12,5%	59.075 13,3%	48.105 12,4%	46.539 13,1%	41.906 13,7%	40.562 13,6%
50 - 59	26.749 6,6%	23.805 6,1%	32.451 7,4%	36.397 7,7%	29.168 6,6%	25.975 6,7%	27.269 7,7%	20.936 6,8%	20.258 6,8%
60 - 69	8.073 2,0%	8.856 2,3%	10.410 2,4%	9.715 2,1%	6.559 1,5%	6.420 1,7%	5.970 1,7%	4.423 1,4%	6.346 2,1%
>70	1.172 ,3%	966 ,2%	1.423 ,3%	871 ,2%	1.519 ,3%	792 ,2%	825 ,2%	626 ,2%	1.099 ,4%
Total	405.655 100%	392.880 100%	440.193 100%	469.697 100%	443.190 100%	387.994 100%	354.030 100%	306.411 100%	297.441 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

No que diz respeito aos jovens de 20 a 29 anos, que representam maior parte do DOD, vemos que o grau de instrução em geral tem se elevado, mas em troca de maior participação no desemprego daqueles com maior escolaridade. O número de jovens com Superior, Completo ou Incompleto, chegou a aumentar inclusive em termos absolutos.

Comparando as Tabelas 23.a e 23.b, uma com grau de instrução de uma faixa etária específica e a outra do total, notamos que o número de desempregados por desalento com Ensino Médio, de todas as faixas, aumentou 26%, enquanto para os jovens esse aumento foi de 15%. E mais, se observarmos esses dados à luz do total de pessoas que compunham a PEA e concluíram o Ensino Médio nesse período, vemos que apenas 0,69% entraram nas estatísticas de desemprego por desalento, com impacto menor ainda sobre os jovens especificamente.

Tabela 23.a – Grau de instrução da população de 20 a 29 anos em desemprego por desalento – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Analfabeto	1.376 1,0%	1.108 ,9%	1.216 ,8%	1.300 ,8%	1.091 ,7%	722 ,5%	873 ,7%	610 ,5%	111 ,1%
Sem escolarização	220 ,2%	327 ,3%	44 ,0%	174 ,1%	- ,0%	- ,0%	- ,0%	- ,0%	27 ,0%
Fundamental Incompleto	50.101 38,2%	41.021 32,1%	43.077 28,6%	42.869 26,2%	37.430 24,0%	29.364 21,5%	27.387 21,9%	20.370 18,3%	21.141 21,4%
Fundamental Completo	16.652 12,7%	15.991 12,5%	18.624 12,4%	20.050 12,3%	16.760 10,7%	16.413 12,0%	16.383 13,1%	14.015 12,6%	10.446 10,6%
Médio Incompleto	18.635 14,2%	18.172 14,2%	19.543 13,0%	22.161 13,6%	20.617 13,2%	17.133 12,5%	14.087 11,3%	13.884 12,5%	13.033 13,2%
Médio Completo	36.649 28,0%	42.804 33,4%	56.148 37,3%	63.855 39,1%	66.759 42,8%	59.495 43,5%	54.896 44,0%	50.681 45,6%	42.282 42,8%
Superior Incompleto	5.260 4,0%	6.558 5,1%	8.530 5,7%	10.051 6,1%	10.227 6,6%	10.228 7,5%	7.088 5,7%	7.315 6,6%	7.303 7,4%
Superior Completo	2.194 1,7%	2.007 1,6%	3.225 2,1%	2.987 1,8%	3.121 2,0%	3.525 2,6%	4.170 3,3%	4.210 3,8%	4.547 4,6%
Total	131.087 100%	127.988 100%	150.407 100%	163.447 100%	156.005 100%	136.880 100%	124.884 100%	111.085 100%	98.890 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Outro aspecto do multifacetado universo dos desempregados diz respeito à renda familiar. Na Tabela 22 relacionamos o número de desempregados de cada faixa etária às faixas de renda (inclusive com percentual dos desempregados de cada faixa etária sobre a renda). Assim podemos mostrar que 47,6% da faixa de 10 a 19 anos que está desempregada por desalento tem renda familiar inferior a R\$ 1.000,00 em 2000, por exemplo. No entanto, não conseguimos identificar uma correlação no desemprego por desalento entre a renda e as faixas etárias. Isto é, não podemos esperar que permaneça uma relação positiva, ou negativa, entre a renda familiar, que definimos como medida para a necessidade de busca por trabalho, e o número de desempregados para cada faixa etária.

Tabela 23.b – Grau de instrução da população desempregada por desalento – 2000-2008

	Analfabeto	Sem escolariz.	Fundam. Incomp.	Fundam. Comp.	Médio Incomp.	Médio Completo	Superior Incomp.	Superior Completo
2000	11.454 2,8%	520 ,1%	172.551 42,6%	60.497 14,9%	60.146 14,8%	79.555 19,6%	10.067 2,5%	10.347 2,6%
2001	11.158 2,8%	763 ,2%	152.709 38,9%	58.687 14,9%	57.434 14,6%	90.102 22,9%	11.393 2,9%	10.635 2,7%
2002	12.859 2,9%	1.232 ,3%	163.108 37,1%	61.120 13,9%	64.212 14,6%	109.601 24,9%	14.697 3,3%	13.193 3,0%
2003	14.577 3,1%	443 ,1%	157.727 33,6%	70.670 15,1%	70.828 15,1%	126.185 26,9%	15.650 3,3%	13.442 2,9%
2004	9.313 2,1%	839 ,2%	143.525 32,4%	60.312 13,6%	70.697 16,0%	131.029 29,6%	15.006 3,4%	12.427 2,8%
2005	6.415 1,7%	509 ,1%	117.320 30,2%	51.538 13,3%	61.907 16,0%	121.743 31,4%	16.204 4,2%	12.358 3,2%
2006	6.782 1,9%	213 ,1%	99.496 28,1%	52.146 14,7%	51.706 14,6%	115.806 32,7%	12.284 3,5%	15.406 4,4%
2007	5.220 1,7%	121 ,0%	84.573 27,6%	42.966 14,0%	46.152 15,1%	100.735 32,9%	11.791 3,8%	14.854 4,8%
2008	3.527 1,2%	532 ,2%	83.917 28,2%	41.887 14,1%	42.348 14,2%	100.120 33,7%	12.468 4,2%	12.640 4,2%

Fonte: PED (elaboração própria)

Os motivos para a suspensão da busca por trabalho são por demais subjetivos para que se possa estabelecer claramente uma relação entre as variáveis, principalmente quando se compara faixas etárias. O fato de a maioria dos desempregados por desalento ser do sexo feminino também e as implicações relacionadas à incompatibilidade de realização de trabalhos domésticos, como cuidar dos filhos, não fica clara na pesquisa, pois ao responderem sobre a causa da não procura por trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, aproximadamente 85 a 90% tanto dos homens como das mulheres responderam que o motivo seria a dificuldade em conseguir emprego. Em segundo lugar, com 9 a 11% das respostas no período, o motivo apontado foi de problemas temporários e em terceiro, 1 a 4% responderam que já tinham alguma proposta de trabalho.

Desagregando esta resposta por faixa etária, o que se observa é uma modesta elevação da resposta de dificuldade de encontrar emprego à medida que aumenta a idade. E são as pessoas mais jovens, de 20 a 29 anos, que respondem mais por problemas temporários. Outro fato interessante é a resposta de crianças e adolescentes, a faixa etária de 10 a 19 anos, que tem um percentual bem alto para resposta de dificuldade de encontrar trabalho. Isto pode estar relacionado à maior fiscalização e controle do trabalho de menores desenvolvidos por políticas públicas dos últimos anos.

Tabela 24 – Desempregados por desalento por faixa etária e renda familiar – 2000-2008
Faixa etária/faixa de renda (%)

		10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 - 79	Total
2000	<= 1000,00	47,6	55,7	52,0	47,9	47,2	62,8	60,2	51,3
	1000,01 - 2000,00	29,5	24,4	32,2	24,6	27,2	23,6	29,5	27,5
	2000,01 - 3000,00	12,0	9,3	8,5	13,8	13,1	3,0	5,2	10,6
	3000,01 - 4000,00	4,7	4,5	3,0	3,2	3,5	6,6	5,1	4,1
	>4000,01	6,2	6,1	4,4	10,5	9,0	4,1	0,0	2,2
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<= 1000,00	57,1	59,1	62,7	51,7	54,5	62,2	96,0	58,1
	1000,01 - 2000,00	27,4	26,8	26,9	29,8	23,6	22,9	4,0	27,0
	2000,01 - 3000,00	8,0	6,8	4,3	9,4	10,7	12,5	0,0	7,4
	3000,01 - 4000,00	3,5	2,5	3,5	4,6	4,9	0,6	0,0	3,3
	4000,01 - 5000,00	4,0	4,8	2,6	4,4	6,3	1,8	0,0	1,5
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2008	<= 1000,00	51,5	57,3	57,8	50,5	48,6	38,4	74,7	54,2
	1000,01 - 2000,00	29,7	26,3	26,5	31,4	34,4	30,9	18,2	28,4
	2000,01 - 3000,00	11,2	6,9	7,5	7,5	7,0	11,9	0,0	8,3
	3000,01 - 4000,00	3,2	3,1	3,7	2,4	4,0	7,2	0,0	3,3
	4000,01 - 5000,00	4,4	6,4	4,4	8,1	5,9	11,6	7,1	2,1
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED (elaboração própria)

Solucionar problemas relacionados ao desemprego por desalento, partindo do pressuposto de que a necessidade de complementação da renda familiar ainda prevaleça e, portanto, os problemas de limitação da qualidade de vida ainda sejam reais para esta parcela da população, necessariamente passa pela busca da explicação do fenômeno entre as mulheres, as mais afetadas. Em relação à idade, notamos que o desemprego entre elas é predominante para as de idade entre 20 e 49 anos, de acordo com a Tabela 25, vindas de famílias de baixa renda e possuem baixo nível de escolaridade, como pode ser deduzido das informações anteriores.

Resta tentar associar esse maior desemprego por desalento entre elas à posição que ocupam na família, como apresentado na Tabela 26.a, que relaciona o número de desempregados por posição e sua taxa de participação no DOD em cada ano. Nota-se que Filhos e Cônjuges respondem pela maior parte do desemprego, enquanto Chefes de família, dada sua importância na renda familiar e a necessidade de encontrar alternativa de trabalho remunerado, respondem por parte relativamente pequena, ao contrário do observado no DOTP.

Tabela 25 – Percentual de mulheres por faixa etária no DOD – 2000-2008

	10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	>70
2000	62.290	92.484	61.508	36.396	14.863	2.791	300
	54,0%	70,5%	81,2%	76,8%	55,6%	34,6%	57,3%
2001	61.788	88.818	56.718	38.630	14.970	2.759	368
	58,0%	69,4%	78,6%	73,6%	62,9%	31,2%	19,0%
2002	62.412	106.556	64.224	41.959	19.928	3.935	342
	55,7%	70,8%	82,7%	75,2%	61,4%	37,8%	12,0%
2003	66.240	118.089	66.897	43.621	20.880	3.969	121
	55,8%	72,2%	81,8%	74,2%	57,4%	40,9%	9,3%
2004	64.079	110.099	63.931	45.175	16.199	2.504	597
	56,7%	70,6%	82,1%	76,5%	55,5%	38,2%	20,2%
2005	51.805	95.900	61.419	37.105	15.403	2.266	173
	55,3%	70,1%	80,7%	77,1%	59,3%	35,3%	10,9%
2006	47.958	89.450	48.372	36.124	17.307	3.218	47
	54,7%	71,6%	79,4%	77,6%	63,5%	53,9%	2,9%
2007	38.607	81.757	47.952	32.761	13.507	1.691	51
	55,8%	73,6%	82,3%	78,2%	64,5%	38,2%	4,1%
2008	42.427	69.523	45.960	32.218	11.782	2.627	457
	58,4%	70,3%	79,8%	79,4%	58,2%	41,4%	20,8%

Fonte: PED (elaboração própria)

Ao abrirmos os dados por Sexo os divididos como Chefes de família, Cônjuges e Filhos (Tabela 26.b), encontramos uma participação levemente superior das mulheres entre os Filhos desempregados, mas predominantemente feminina entre os Cônjuges. Reflexo do enfraquecimento do modelo familiar patriarcal, substituída pela tendência de surgimento de família composta por mães e filhos somente, o desemprego por desalento tem, portanto, um perfil bem definido e com explicações relativamente homogêneas se considerarmos o problema da inserção de mão-de-obra feminina.

De forma alguma, no entanto, deve-se reduzir o problema a uma falta de estrutura social para apoiar mulheres que precisem conciliar atividades domésticas e emprego, pois perduram questões ligadas à baixa qualificação e pouca disponibilização de postos de trabalho de qualidade. O que queremos dizer é que além de ser necessária a existência de mecanismos que reduzam custos da contratação de mão-de-obra feminina, haja vista a importância de direitos trabalhistas associados à maternidade, pesam ainda o déficit educacional, que acaba por condenar os trabalhadores a trabalhos precários e informais. A escolha se estabelece entre um trabalho de baixa qualidade, geralmente informal, sem direitos trabalhistas associados, ou a ausência dele, embora ainda haja a necessidade de complementação da renda familiar.

Em suma, quaisquer dos aspectos supracitados, despreparo profissional ou inconciliabilidade entre papéis femininos, estariam enquadrados na mesma resposta à pesquisa, “dificuldade de encontrar trabalho”. Uma das características do trabalho precário que lhes é oferecido é a ausência de mecanismos de proteção e apoio específicos a mulheres, o que desestimularia a busca de trabalho e, em última instância, seu exercício *pari passu* a atividades domésticas.

Outro fundamento do desemprego por desalento está ligado à posição secundária, complementar, da renda do indivíduo no seu núcleo familiar. Não sendo eles, em sua maioria, Chefes de família, tem na ajuda de parentes e/ou conhecidos e principalmente no trabalho de outras pessoas da família o seu meio de sobrevivência, como evidenciado na Tabela 27. Como complementa a Tabela 28, essa ajuda ou apoio familiar, em praticamente todos os casos, não ultrapassa o valor de R\$ 250,00, ou seja, também não é uma renda que permita ao indivíduo manter um padrão de vida aceitável ou investir em formação educacional de qualidade que facilite sua futura reinserção no mercado de trabalho, principalmente se considerada a instabilidade e limitação dessa renda no contexto familiar. Outra observação a ser feita em relação a isso é que essa realidade não se alterou no período 2000 a 2008, prevalecendo nesses limites a renda a que tinham acesso esses desempregados.

Tabela 26.a – Participação no DOD por posição na família – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Chefe	66.720 16,4%	67.800 17,3%	76.352 17,3%	80.045 17,0%	77.154 17,4%	66.335 17,1%	59.632 16,8%	50.829 16,6%	49.983 16,8%
Cônjuge	128.271 31,6%	118.866 30,3%	139.581 31,7%	150.938 32,1%	135.091 30,5%	119.590 30,8%	109.419 30,9%	101.072 33,0%	93.166 31,3%
Filho	177.150 43,7%	175.109 44,6%	186.691 42,4%	195.889 41,7%	196.259 44,3%	172.418 44,4%	156.005 44,1%	128.561 42,0%	126.820 42,6%
Outro parente	30.270 7,5%	28.970 7,4%	34.689 7,9%	40.464 8,6%	31.668 7,1%	28.051 7,2%	26.906 7,6%	23.839 7,8%	25.869 8,7%
Agregado	1.672 ,4%	915 ,2%	1.295 ,3%	786 ,2%	1.135 ,3%	556 ,1%	954 ,3%	767 ,3%	488 ,2%
Pensionista	81 ,0%	40 ,0%	116 ,0%	- ,0%	- ,0%	- ,0%	- ,0%	101 ,0%	- ,0%
Parente Emp Doméstico	60 ,0%	- ,0%	145 ,0%	- ,0%	134 ,0%	- ,0%	24 ,0%	61 ,0%	- ,0%
Outros	1.431 ,4%	1.180 ,3%	1.324 ,3%	1.575 ,3%	1.750 ,4%	1.045 ,3%	1.088 ,3%	1.183 ,4%	1.115 ,4%
Total	405.655 100,0%	392.880 100,0%	440.193 100,0%	469.697 100,0%	443.191 100,0%	387.995 100,0%	354.028 100,0%	306.413 100,0%	297.441 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 26.b - Participação no DOD por sexo e posição na família – 2000-2008

	Filho		Cônjuge		Chefes de família	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2000	82.039 46,3%	95.112 53,7%	1.277 1,0%	126.995 99,0%	38.714 58,0%	28.005 42,0%
2001	77.778 44,4%	97.331 55,6%	1.384 1,2%	117.482 98,8%	37.505 55,3%	30.295 44,7%
2002	81.433 43,6%	105.258 56,4%	1.565 1,1%	138.016 98,9%	42.370 55,5%	33.982 44,5%
2003	82.885 42,3%	113.005 57,7%	2.336 1,5%	148.601 98,5%	45.352 56,7%	34.693 43,3%
2004	85.428 43,5%	110.831 56,5%	1.869 1,4%	133.222 98,6%	39.897 51,7%	37.257 48,3%
2005	74.627 43,3%	97.791 56,7%	1.334 1,1%	118.256 98,9%	35.798 54,0%	30.537 46,0%
2006	69.781 44,7%	86.224 55,3%	1.577 1,4%	107.843 98,6%	29.800 50,0%	29.832 50,0%
2007	54.794 42,6%	73.766 57,4%	1.002 1,0%	100.070 99,0%	24.832 48,9%	25.997 51,1%
2008	56.209 44,3%	70.611 55,7%	1.014 1,2%	92.153 98,8%	24.569 49,2%	25.414 50,8%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 27 – Meio de sobrevivência dos desempregados por desalento – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ajuda de parente e/ou conhecidos	144.535 35,60%	143.988 36,70%	156.019 35,40%	177.128 37,70%	167.089 37,70%	154.032 39,70%	139.087 39,30%	120.905 39,50%	128.003 43%
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho	241.125 59,40%	227.310 57,90%	259.840 59,00%	271.110 57,70%	254.671 57,50%	214.583 55,30%	198.092 56,00%	172.687 56,40%	157.218 52,90%
Outros meios	19.956 4,90%	21.377 5,40%	24.335 5,50%	21.377 4,60%	21.387 4,80%	19.335 5%	16.850 4,80%	12.819 4,20%	12.220 4,10%
Total	405.616 100%	392.675 100%	440.194 100%	469.615 100%	443.147 100%	387.950 100%	354.029 100%	306.411 100%	297.441 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 28 – Renda alternativa por meio de sobrevivência do desempregado (DOD) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 250,00	95,6	95,3	94,7	95,3	95,8	95,2	95,4	96,3	95,4
250,01 - 500,00	2,0	2,2	2,6	2,8	2,4	2,5	2,2	2,0	2,3
500,01 - 750,00	0,4	1,0	0,8	0,6	0,5	0,6	0,9	0,6	0,8
>750	2,0	1,4	1,9	1,4	1,3	1,7	1,6	1,2	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED (elaboração própria)

No que diz respeito ao tempo de desemprego, podemos notar na Tabela 29, que a concentração no período inferior a um ano tem aumentado, o que parece um fator positivo,

mas deve-se levar em conta a possibilidade de transitar entre os dois tipos de desemprego oculto. Isto significa que não podemos afirmar que a saída da situação de desemprego por desalento se tenha dado pelo sucesso na busca por emprego estável, pois pode-se ter recorrido a trabalhos temporários, que enquadrariam a situação de desemprego com trabalho precário.

Tabela 29 – Desempregados e tempo de desemprego em anos – 2000-2008

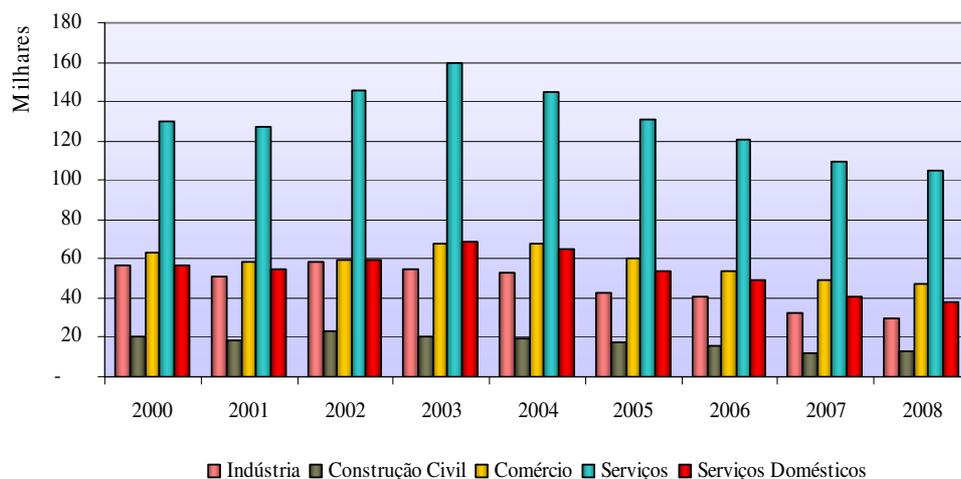
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 1	172.290 52,3%	172.687 55,0%	186.450 53,1%	195.449 52,2%	182.332 51,7%	162.045 52,7%	154.772 54,6%	140.490 56,9%	137.556 58,3%
1,0 - 2,0	62.100 18,8%	55.441 17,7%	64.507 18,4%	70.245 18,8%	71.266 20,2%	56.419 18,3%	51.796 18,3%	43.702 17,7%	36.155 15,3%
2,0 - 3,0	36.407 11,0%	28.908 9,2%	31.135 8,9%	33.723 9,0%	31.901 9,1%	30.880 10,0%	22.170 7,8%	17.830 7,2%	16.896 7,2%
3,0 - 4,0	15.873 4,8%	15.785 5,0%	19.002 5,4%	18.501 4,9%	17.136 4,9%	15.052 4,9%	14.244 5,0%	10.779 4,4%	11.580 4,9%
4,0 - 5,0	12.399 3,8%	10.673 3,4%	16.203 4,6%	15.179 4,1%	11.748 3,3%	11.211 3,6%	12.680 4,5%	9.595 3,9%	8.556 3,6%
>5	30.448 9,2%	29.788 9,4%	32.728 9,4%	38.610 10,6%	36.280 10,4%	32.365 10,4%	28.249 9,6%	25.564 9,7%	27.021 10,7%
Total	329.517 100,0%	313.282 99,8%	350.025 99,8%	371.707 99,6%	350.663 99,6%	307.972 100,0%	283.911 99,8%	247.960 99,8%	237.764 100,1%

Fonte: PED (elaboração própria)

Por fim, vejamos qual a composição do DOD no que diz respeito ao setor do último trabalho. Para isso nos basearemos no Gráfico 13, que relaciona o número de desempregados, com respectivas taxas de participação no DOD, ao setor de origem.

Mais uma vez vemos o grande peso do setor de Serviços e sua capacidade de determinar a intensidade do comportamento global da taxa de DOD, tal qual havíamos visto para o DOTP. Nesse caso, os demais setores também oscilaram no primeiro triênio, mas se repete o início retardado da queda do número de desempregados provenientes do setor de Comércio, ao mesmo tempo em que para a Indústria e Construção a redução foi precoce, se iniciando em 2003, não em 2004 como a taxa total.

Gráfico 13 – Evolução do número de desempregados por Setor do último emprego



Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 30 – Desempregados no DOD por setor de origem – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria	56.521 13,9%	51.327 13,1%	58.427 13,3%	54.403 11,6%	52.548 11,9%	42.318 10,9%	40.749 11,5%	32.526 10,6%	29.449 9,9%
Construção Civil	20.379 5,0%	18.420 4,7%	23.332 5,3%	20.652 4,4%	19.248 4,3%	17.607 4,5%	15.515 4,4%	11.728 3,8%	12.807 4,3%
Comércio	63.209 15,6%	58.817 15,0%	59.722 13,6%	67.828 14,4%	67.347 15,2%	59.948 15,5%	53.986 15,2%	49.334 16,1%	47.593 16,0%
Serviços	129.511 31,9%	126.959 32,3%	145.596 33,1%	159.593 34,0%	144.736 32,7%	131.048 33,8%	120.884 34,1%	109.726 35,8%	104.681 35,2%
Serviços Domésticos	56.288 13,9%	54.813 14,0%	59.355 13,5%	68.482 14,6%	64.826 14,6%	54.186 14,0%	48.774 13,8%	40.727 13,3%	37.811 12,7%
Agricultura, Pecuária e Extração Vegetal	1.721 ,4%	1.561 ,4%	1.410 ,3%	1.255 ,3%	849 ,2%	457 ,1%	772 ,2%	1.188 ,4%	855 ,3%
Outras	2.008 ,5%	1.755 ,4%	3.372 ,8%	2.250 ,5%	2.806 ,6%	1.983 ,5%	2.762 ,8%	1.749 ,6%	2.617 ,9%
Não se aplica	76.018 18,7%	78.901 20,1%	88.980 20,2%	95.234 20,3%	90.653 20,5%	80.264 20,7%	70.398 19,9%	59.433 19,4%	61.627 20,7%
Total	405.655 100,0%	392.880 99,9%	440.194 100,0%	469.697 100,0%	443.190 100,0%	387.993 100,0%	354.029 99,9%	306.411 100,0%	297.440 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

Obs: "Não se aplica" corresponde aos que buscam o primeiro trabalho.

Expostos todos os aspectos do desemprego oculto por desalento que consideramos relevantes, podemos passar para a próxima etapa do nosso estudo: o desemprego aberto.

3.2.3. Desemprego aberto

No desemprego aberto são incluídos os indivíduos que procuraram trabalho nos últimos 30 dias, não tendo exercido atividade remunerada pelo menos nos 7 dias anteriores à pesquisa. Dos três tipos de desemprego, o aberto é o mais volátil, mais suscetível às oscilações de desempenho econômico ou, como já havíamos mencionado, é o que exerce maior pressão sobre o mercado. A população nele inserida se distingue do desemprego oculto por desalento pela persistência na busca por novo emprego e do oculto com trabalho precário pela ausência de prática de qualquer atividade remunerada, por fim, define o conceito mais puro e neutro de desemprego, no aspecto da metodologia de análise comparativa de mercado de trabalho entre países. Ao contrário do desemprego oculto, que reflete especificidades estruturais de países em desenvolvimento, ele coloca em níveis comparáveis, conceitualmente, com o desemprego de países desenvolvidos.

Obviamente, o perfil dos indivíduos e intensidade dos efeitos desse desemprego diferem de país para país. Em países como o Brasil, podemos esperar que o desemprego aberto ainda esteja longe de se adequar ao clássico, segundo Keynes, desemprego friccional, principalmente pela sua longa duração. Os determinantes da dificuldade de inserção ou reintegração no mercado são mais atribuíveis a questões econômicas do que sociais relativamente aos outros dois desempregos.

As taxas verificadas no Brasil, nas seis regiões metropolitanas que abordamos, são as expostas na Tabela 31: crescente até 2003 e em seguida inicia queda significativa até 2008. Ainda não levantamos hipóteses acerca das causas dessa inflexão e melhora no indicador, o que não nos absteremos de explorar, mas por agora nos interessa saber quais as características dos indivíduos que integraram o DA nesse período, de modo a ter delineado o perfil da população atingida.

Tabela 31 – Evolução do desemprego aberto – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Desemprego	1.953.298	2.033.634	2.157.062	2.388.875	2.264.451	2.097.354	2.083.665	2.023.154	1.888.340
aberto	11,50%	11,70%	12,20%	13,20%	12,30%	11,20%	11,00%	10,50%	9,50%

Fonte: PED (elaboração própria)

3.2.3.1. Perfil da população em desemprego aberto

Dividida segundo a cor dos indivíduos, como mostra a Tabela 32, a população em situação de desemprego aberto (DA), em 2000, era composta por 51,5% de Brancos e Amarelos e os demais 48,5%, Pretos e Pardos. Assim como o DOD, 2001 em relação ao ano anterior, apresentou uma variação significativa na participação dos dois grupos, com relativa estabilidade a partir de então.

As variações percentuais de ano a ano em geral foram muito pequenas, mas é possível observar que a desigualdade em favor dos de cor Branca e Amarela que vinha aumentando a partir de 2001, sofreu uma inversão em 2004. Enquanto até 2003 o desemprego diminuía para um grupo, para o outro aumentava, mas a partir de 2004 o recuo do desemprego em relação à PEA, nesse caso, foi acompanhado por maior saída dos de cor Preta e Parda da estatística, um sinal positivo de absorção ampla da mão-de-obra, se possível associar tal fenômeno ao aumento da ocupação e considerar marginais as transferências entre tipos de desemprego. A aceleração da queda no desemprego entre Pretos e Pardos, contudo, não foi suficiente para reduzir os números absolutos de desemprego entre eles no período 2000-2008.

Tabela 32 – Participação no desemprego aberto por cor – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Branca e Amarela	1.005.298 51,5%	947.563 46,6%	1.005.263 46,6%	1.100.956 46,1%	1.041.227 46,0%	979.960 46,7%	949.910 45,6%	944.824 46,7%	882.054 46,7%
Preta e Parda	947.655 48,5%	1.085.783 53,4%	1.151.488 53,4%	1.287.772 53,9%	1.223.056 54,0%	1.117.394 53,3%	1.133.655 54,4%	1.078.280 53,3%	1.006.286 53,3%

Fonte: PED (elaboração própria)

Na divisão da população desempregada por sexo, vemos as mulheres em crescente desvantagem no mercado de trabalho. Inicialmente com participação de 57,2%, chegaram a 2008 com 61%. Pelos números absolutos relacionados no Gráfico 14, podemos notar que a queda no desemprego entre as mulheres foi menos intensa do que entre os homens, que conseguiram encerrar o período com queda absoluta, embora ambos tenham acompanhado nitidamente a tendência geral de queda a partir de 2004.

A oferta de trabalho em geral é endógena, já que a participação dos indivíduos na PEA responde às condições da economia. Isto porque, em fase de aquecimento, maiores e melhores são as oportunidades de trabalho oferecidas pelo mercado e, portanto, maior o estímulo aos trabalhadores a ofertar sua força de trabalho. O ingresso das mulheres, no entanto, se mostra especialmente volátil, principalmente pela maior inatividade entre elas, ou seja, a entrada feminina maciça é viável dada a grande reserva delas na PIA. Isto ficou demonstrado no início do capítulo quando os dados da evolução da PEA nos mostraram que a participação masculina cresceu 12%, enquanto a feminina cresceu 23%. A despeito desse crescimento, o desemprego aberto entre os primeiros caiu 12%; já para elas acabou por determinar uma elevação de 3%. (Tabela 33)

Gráfico 14 - Homens e Mulheres no desemprego aberto - 2000-2008

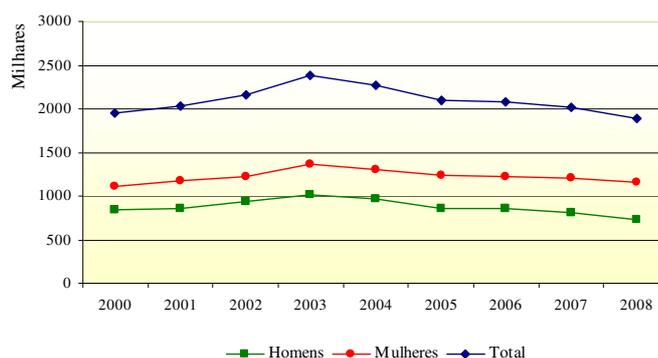


Tabela 33 – Participação de homens e mulheres no desemprego aberto – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens	836.434 42,8%	854.730 42,0%	931.948 43,2%	1.019.414 42,7%	965.136 42,6%	862.225 41,1%	857.971 41,2%	811.806 40,1%	735.531 39,0%
Mulheres	1.116.863 57,2%	1.178.904 58,0%	1.225.114 56,8%	1.369.461 57,3%	1.299.315 57,4%	1.235.129 58,9%	1.225.694 58,8%	1.211.348 59,9%	1.152.810 61,0%
Total	1.953.297 100,0%	2.033.634 100,0%	2.157.062 100,0%	2.388.875 100,0%	2.264.451 100,0%	2.097.354 100,0%	2.083.665 100,0%	2.023.154 100,0%	1.888.341 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

O desemprego aberto se mostra mais presente entre as mulheres a despeito dos maiores níveis de instrução entre elas. Concluímos isso ao observar que, em relação ao grau de instrução da PEA como um todo, há relativamente mais mulheres nos níveis mais altos de escolaridade (Tabela 34), ao mesmo tempo em que no desemprego aberto são elas, as mulheres mais instruídas, que apresentam persistentemente maior participação.

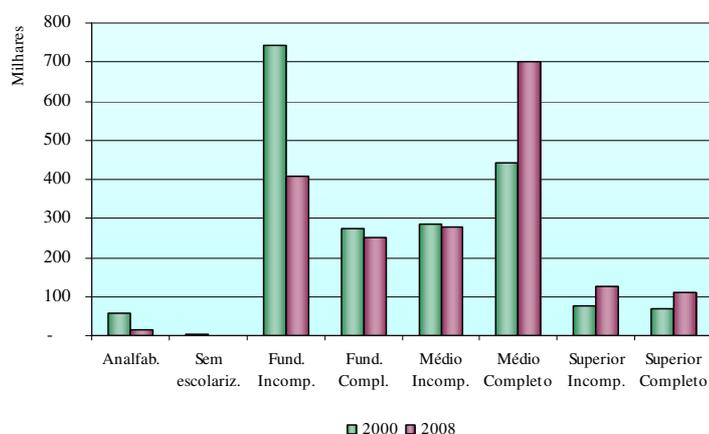
Em suma, o fato de serem mais instruídas não atribuiu às mulheres vantagem no mercado de trabalho em relação aos homens e, mais uma vez, o grau de instrução em si não foi determinante, no sentido de surtir efeito significativo e definitivo sobre a redução do desemprego. Alguns dados comprovam essa tendência: a evolução do grau de instrução da PEA, por sexo, e a diferença de 2000 para 2008 no que tange ao DA (Gráfico 15).

Tabela 34 – Grau de instrução da PEA por sexo – 2000, 2003 e 2008

	2000		2003		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabeto	315.606 3,4%	229.427 3,0%	293.548 3,0%	216.209 2,6%	206.906 2,0%	144.846 1,6%
Sem escolarização	27.504 ,3%	20.077 ,3%	22.615 ,2%	15.264 ,2%	13.608 ,1%	10.121 ,1%
Fundamental Incompleto	3.726.741 40,0%	2.542.170 33,5%	3.328.284 34,1%	2.426.991 29,0%	2.835.618 27,1%	2.072.278 22,2%
Fundamental Completo	1.241.219 13,3%	854.040 11,3%	1.282.751 13,1%	909.435 10,9%	1.318.524 12,6%	922.510 9,9%
Médio Incompleto	773.151 8,3%	671.586 8,9%	809.306 8,3%	685.983 8,2%	816.517 7,8%	685.263 7,3%
Médio Completo	1.895.722 20,3%	1.958.880 25,8%	2.548.183 26,1%	2.592.937 31,0%	3.430.709 32,8%	3.425.327 36,7%
Superior Incompleto	431.708 4,6%	382.680 5,0%	519.593 5,3%	486.576 5,8%	653.566 6,2%	662.947 7,1%
Superior Completo	905.481 9,7%	926.325 12,2%	956.428 9,8%	1.022.367 12,2%	1.193.560 11,4%	1.412.850 15,1%
Total	9.317.132 100,0%	7.585.185 100,0%	9.760.708 100,0%	8.355.762 100,0%	10.469.008 100,0%	9.336.142 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

Gráfico 15 – Grau de instrução no DA – 2000 e 2008



Fonte: PED (elaboração própria)

A Tabela 35, que relaciona o número de homens e mulheres desempregados para cada grau de instrução, com respectivas taxas de participação no desemprego aberto, mostra que praticamente um quarto do desemprego em questão era preenchido, no último ano da análise, pelo sexo feminino com Ensino Médio Completo, contra uma distribuição menos desigual em relação ao sexo masculino no início do período. Para nenhum grupo masculino, no ano de 2008, houve concentração de desemprego tão alta quanto a que apresentou o grupo feminino que mencionamos.

O aumento do grau de instrução, particularmente da parcela feminina da PEA, não foi suficiente para coibir os efeitos da mais intensa entrada delas no mercado de trabalho, o aumento da participação no DA, e acabou por definir um cenário desigual entre os sexos que pode estar associado ao tipo de crescimento do período, em última instância, definidor do perfil da mão-de-obra necessária.

Tabela 35 – Participação no desemprego aberto por sexo e grau de instrução – 2000-2008

		Analfab.	Sem escolariz.	Fund. Incomp.	Fund. Compl.	Médio Incomp.	Médio Completo	Superior Incomp.	Superior Completo	Total
2000	Homens	30.432 1,6%	2.532 ,1%	364.542 18,7%	121.922 6,2%	111.700 5,7%	145.289 7,4%	33.413 1,7%	25.182 1,3%	835.012 42,8%
	Mulheres	24.836 1,3%	1.232 ,1%	379.963 19,5%	152.640 7,8%	173.349 8,9%	295.737 15,2%	43.871 2,2%	44.688 2,3%	1.116.316 57,2%
2008	Homens	6.435 ,3%	54 ,0%	183.442 9,7%	110.413 5,8%	108.609 5,8%	237.053 12,6%	49.346 2,6%	39.977 2,1%	735.329 38,9%
	Mulheres	8.028 ,4%	204 ,0%	223.130 11,8%	141.559 7,5%	169.228 9,0%	463.865 24,6%	76.366 4,0%	70.370 3,7%	1.152.750 61,1%
Variação (2008-2000)	Homens	(23.997) (16.808)	(2.478) (1.028)	(181.100) (156.833)	(11.509) (11.081)	(3.091) (4.121)	91.764 168.128	15.933 32.495	14.795 25.682	(99.683) 36.434

Fonte: PED (elaboração própria)

Relacionado às distintas faixas etárias (Tabela 36), o desemprego aberto é mais freqüente para as faixas mais jovens e diminui gradativamente com o aumento da idade. Chamam atenção as altas taxas para a população de 10 a 19 anos, que não caíram tanto quanto nos demais tipos de desemprego. Detalhando mais os dados dessa faixa etária encontramos que o desemprego passa a ser relevante entre 15 e 16 anos, aumentando progressivamente com a idade e atingindo máximo para os 18 anos.

Tabela 36 – Participação das faixas etárias no DA – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
10 - 19	588.895 30,1%	614.161 30,2%	619.252 28,7%	651.168 27,3%	637.332 28,1%	579.475 27,6%	573.479 27,5%	536.919 26,5%	514.793 27,3%
20 - 29	709.785 36,3%	752.867 37,0%	831.437 38,5%	923.856 38,7%	894.446 39,5%	849.538 40,5%	852.446 40,9%	828.134 40,9%	768.202 40,7%
30 - 39	339.751 17,4%	343.276 16,9%	360.138 16,7%	416.830 17,4%	371.323 16,4%	341.407 16,3%	344.339 16,5%	346.987 17,2%	325.103 17,2%
40 - 49	205.466 10,5%	212.943 10,5%	221.157 10,3%	264.540 11,1%	230.372 10,2%	217.160 10,4%	208.217 10,0%	201.413 10,0%	184.202 9,8%
50 - 59	84.412 4,3%	87.676 4,3%	99.782 4,6%	105.390 4,4%	105.317 4,7%	91.743 4,4%	85.126 4,1%	88.756 4,4%	80.733 4,3%
60 - 69	22.027 1,1%	20.774 1,0%	23.225 1,1%	24.635 1,0%	22.864 1,0%	16.703 ,8%	18.744 ,9%	18.210 ,9%	13.620 ,7%
>70	2.962 ,2%	1.937 ,1%	2.072 ,1%	2.456 ,1%	2.797 ,1%	1.327 ,1%	1.312 ,1%	2.735 ,1%	1.687 ,1%
Total	1.953.298 100%	2.033.634 100%	2.157.063 100%	2.388.875 100%	2.264.451 100%	2.097.353 100%	2.083.663 100%	2.023.154 100%	1.888.340 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Esse desemprego aberto concentrado nas idades de 18 e 19 anos se defronta com uma outra condição preocupante: em 2000, uma média de 66% destes adolescentes desempregados estavam em situação de atraso escolar (grau de instrução inferior ao Médio Completo). Em 2008 a média caiu para 50%. Essa realidade continua a merecer atenção na medida em que evidencia a necessidade de abandono ou fraco desempenho nos estudos de uma parcela muito grande da população de baixa renda (inquestionavelmente também associável às condições supramencionadas). A Tabela 37, que relaciona a renda familiar média¹⁹ e as faixas etárias das pessoas em desemprego aberto, mostra que 78,2% tinham renda familiar inferior a R\$ 2.000,00 (que equivaleriam a uma renda *per capita*²⁰ inferior a R\$ 491,40 com média de R\$ 419,73) em 2008. Já no início do período, a participação era de 76,9%, que equivaliam a uma renda familiar *per capita* de R\$ 450,45, no máximo, com média de R\$ 398,50.

Dos adolescentes desempregados, 74,7% (duas primeiras faixas de renda) tinham renda familiar média de R\$ 1707,49 e *per capita* média de R\$ 386,52, em 2000, e R\$ 1510,46 e R\$ 367,33, respectivamente, em 2008. As demais faixas etárias mantêm altas taxas de concentração nos níveis de menor renda, sendo aquelas entre os 30 e 49 anos as que se destacam.

¹⁹ Refere-se à renda familiar média da população desempregada no ano, com ano base em 2008, corrigida pelo IPCA (IpeaData).

²⁰ O número médio de membros nas famílias dos desempregados (DA) em 2008 foi de 4,07, enquanto no ano de 2000 tinha sido de 4,44 membros.

Poderíamos considerar uma renda razoável se os sistemas educacionais e de saúde públicos fossem satisfatórios, que não é o que acontece ainda no Brasil. O que isso implica é em dependência imediatista de renda do trabalho e a estagnação das condições de vida que já mencionamos algumas vezes ao longo deste trabalho. Não é atribuível a essas famílias o direito de planejar e pensar no longo prazo se são as necessidade imediatas de sobrevivência que se sobrepõem à dedicação aos estudos.

Tabela 37 – Participação no DA por faixa etária e renda familiar – 2000, 2003 e 2008
Faixa etária/faixa de renda (%)

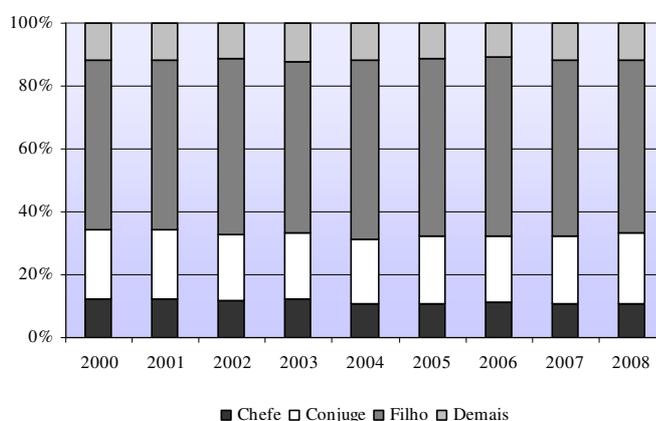
		10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	>70
2000	<= 1000	44,5	48,1	58,7	55,6	52,2	55,4	70,6
	1000 - 2000	30,2	27,3	23,9	24,2	24,2	27,5	14,3
	2000 - 3000	12,2	10,8	8,7	9,7	11,4	8,6	4,3
	3000 - 4000	5,5	5,2	3,8	4,4	4,8	0,7	3,4
	4000 - 5000	2,7	2,5	1,9	1,9	2,8	4,5	2,9
	>5000	5,0	6,1	3,1	4,2	4,6	3,3	4,7
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2003	<= 1000	51,9	53,4	64,6	62,0	52,9	55,4	69,5
	1000 - 2000	29,8	27,2	22,3	23,3	25,4	22,4	13,2
	2000 - 3000	9,9	9,1	7,3	7,3	9,9	14,2	0,0
	3000 - 4000	4,0	3,9	2,6	3,4	6,6	0,9	0,0
	4000 - 5000	1,7	1,9	1,0	1,0	1,9	1,3	17,4
	>5000	2,8	4,6	2,2	3,1	3,2	5,8	0,0
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2008	<= 1000	45,4	47,0	55,0	51,6	47,7	41,1	73,7
	1000 - 2000	32,6	29,3	27,9	30,1	26,3	31,4	5,4
	2000 - 3000	11,2	10,9	7,9	8,8	9,5	12,8	0,0
	3000 - 4000	4,9	4,8	3,9	4,1	6,5	6,0	0,0
	4000 - 5000	2,7	2,6	1,8	1,5	2,8	1,3	0,0
	>5000	3,3	5,4	3,6	3,8	7,2	7,6	20,9
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED (elaboração própria)

Em relação à idade da população desempregada havíamos concluído que maior parte se encontrava nas faixas inferiores aos 39 anos, com destaque para a faixa de 20 a 29 anos, única que teve aumento absoluto do desemprego. Esse aumento pode ser em grande parte explicado pelo envelhecimento de uma parcela da população que também possuía altas taxas no desemprego desde o início do período, a de 10 a 19 anos, embora o mesmo argumento não explique a redução da faixa seguinte (30-39).

O peso da primeira e segunda faixa etária está coerentemente relacionado com o fato de grande parte da população em estudo ser composta, no que diz respeito à posição na família, por Filhos. A faixa de 20 a 29 anos, que seria mais mista em relação à faixa anterior, é composta em mais da metade por Filhos. A distribuição está ilustrada nos gráficos abaixo, evidenciando inclusive a pouca alteração sofrida na participação relativa dos membros da família.

Gráfico 16 – Distribuição dos desempregados (DA) na faixa etária de 20-29 anos pela posição na família – 2000 e 2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Pela Tabela 38, que relaciona o número e a proporção de desempregados por posição na família sobre DA total, vemos que, dentre os grupos com participação relevante, a maior queda foi observada entre os Chefes, -18,3%, enquanto Cônjuges tiveram aumento de 4,8% e para Filhos a redução foi somente de 0,7%.

Tabela 38 – Participação no DA por posição na família – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Chefe	406.903 20,8%	411.629 20,2%	440.078 20,4%	496.147 20,8%	426.512 18,8%	390.131 18,6%	385.963 18,5%	374.126 18,5%	332.612 17,6%
Cônjuge	401.956 20,6%	417.900 20,5%	437.716 20,3%	487.285 20,4%	457.801 20,2%	430.831 20,5%	427.854 20,5%	429.932 21,3%	421.381 22,3%
Filho	953.137 48,8%	1.002.905 49,3%	1.068.605 49,5%	1.163.818 48,7%	1.151.943 50,9%	1.072.441 51,1%	1.069.895 51,3%	1.022.231 50,5%	946.720 50,1%
Demais ¹	191.303 9,8%	201.199 9,9%	210.663 9,8%	241.625 10,1%	228.194 10,1%	203.951 9,7%	199.952 9,6%	196.866 9,7%	187.627 9,9%
Total	1.953.299 100,0%	2.033.633 100,0%	2.157.062 100,0%	2.388.875 100,0%	2.264.450 100,0%	2.097.354 100,0%	2.083.664 100,0%	2.023.155 100,0%	1.888.340 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

1. inclui as categorias Outro parente, Agregado, Pensionista, Empregado Doméstico, Parente Empregado Doméstico e Outros.

Os Filhos e Cônjuges têm papel complementar na renda da família e a importância dessa complementação de renda é grande, pois, como havíamos observado, maior parte das famílias dos desempregados são pobres. Ainda assim, em situação involuntária de inatividade, como forma de sustento durante a busca por um novo emprego, os integrantes do DA recorrem à ajuda de parentes e/ou conhecidos ou vivem como dependente da renda do trabalho de outras pessoas da família. As parcelas de desempregados em cada um desses meios de sobrevivência podem ser vistas na Tabela 39. Em relação a essa informação podemos dizer ainda que a renda alternativa fornecida pelo meio de sobrevivência ao qual os desempregados tinham acesso no ano de 2000, para 94,4% deles, não superava o valor de R\$ 250,00. Até 2008, pouco se alterou, como pode ser visto na Tabela 40, que apresenta a população desempregada por faixa de renda auferida no meio de sobrevivência.

Tabela 39 – Meio de sobrevivência dos desempregados (DA) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ajuda de parente e/ou conhecidos	649.830 33,3%	677.243 33,3%	722.617 33,5%	864.926 36,2%	823.891 36,4%	789.629 37,7%	787.563 37,8%	753.077 37,2%	681.134 36,1%
Outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho	1.155.717 59,2%	1.207.874 59,4%	1.277.468 59,2%	1.371.798 57,4%	1.310.812 57,9%	1.172.704 55,9%	1.166.487 56,0%	1.154.677 57,1%	1.098.830 58,2%
Outros meios	147.244 7,5%	147.842 7,3%	156.852 7,3%	151.792 6,4%	129.008 5,7%	134.379 6,4%	129.341 6,2%	115.153 5,7%	108.326 5,7%
Total	1.952.791 100%	2.032.959 100%	2.156.937 100%	2.388.516 100%	2.263.711 100%	2.096.712 100%	2.083.391 100%	2.022.907 100%	1.888.290 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 40 – Percentual de desempregados (DA) por faixas de renda auferida em meios alternativos – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<= 250	94,4	94,7	94,1	94,1	94,5	94,3	94,2	93,8	93,4
250 - 500	4,1	3,3	3,9	3,8	3,3	3,0	2,8	3,0	3,3
500 - 750	1,5	2,0	2,0	2,2	2,2	2,6	3,0	3,2	3,2

Fonte: PED (elaboração própria)

Pela Tabela 41, que apresenta os dados extraídos da PED sobre o tempo que o indivíduo em desemprego aberto saiu do último trabalho, podemos notar que o componente friccional no desemprego não tende a ser período tão curto. Ou seja, a recolocação da força de trabalho no mercado não é imediata, o que torna o seguro desemprego um importante mecanismo de proteção ao trabalhador, principalmente porque as condições das famílias desses desempregados não são suficientemente boas.

Tabela 41 – Desempregados e tempo de desemprego (meses) – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	fc 2000	fc 2008
1	12,3%	12,9%	12,2%	10,8%	12,7%	14,1%	12,2%	12,1%	13,9%	12,3%	13,9%
2	12,3%	13,0%	12,5%	11,9%	12,0%	12,9%	13,8%	14,1%	15,0%	24,6%	29,0%
3	7,9%	8,5%	8,3%	8,2%	7,6%	7,9%	8,9%	8,5%	8,5%	32,5%	37,4%
4	5,7%	6,6%	6,0%	6,3%	5,1%	5,3%	6,1%	6,8%	6,0%	38,2%	43,4%
5 a 7	13,3%	13,6%	14,5%	14,4%	12,8%	13,8%	14,9%	15,2%	14,4%	51,5%	57,8%
8 a 11	6,9%	7,2%	7,9%	8,1%	7,0%	7,5%	6,9%	6,7%	6,6%	58,4%	64,4%
12	10,1%	9,6%	10,3%	11,1%	11,1%	10,0%	11,1%	11,1%	10,9%	68,5%	75,3%
>12	31,5%	28,6%	28,3%	29,2%	31,7%	28,5%	26,0%	25,6%	24,7%	100,0%	100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

Somente 12,3% estavam desempregados há apenas um mês em 2000, aumentando para 13,9% em 2008. Embora positivo, esse aumento não foi suficiente para reproduzir uma idéia de reajustamento rápido do mercado de trabalho brasileiro. Pelo contrário, salienta uma característica dele: a insuficiente disponibilidade de postos de trabalho como determinante do longo período de busca por atividade remunerada.

O período de referência para o não exercício de atividade laboral na estatística de desemprego aberto é dos sete dias imediatamente anteriores à pesquisa, todavia os números de desempregados para períodos pouco mais longos que esse é pequeno. O desemprego de curta duração é raro, como mostram os dados dispersos ao longo do período de um ano após a perda do emprego. Aqueles sem trabalho há um ano, por exemplo, têm quase o mesmo peso que os com apenas um mês (13,9% contra 10,9%).

Como último aspecto, a apresentação do Setor econômico do último emprego do trabalhador desempregado (Tabela 42) mantém a maior representatividade dos oriundos do setor de Serviços, que de 34,5% em 2000 passou para 37,7% do desemprego aberto, em 2008, em seguida está o setor de Comércio (15,3 para 16,1%). Ambos apontam para tendência de aumento da participação do setor terciário na economia, onde o trabalho informal é mais presente, e por isso provavelmente também uma maior instabilidade das relações de trabalho, o que poderia explicar grande parte da volatilidade do nível de desemprego a eles associado. As variações no setor de serviços sempre superam as de outros setores.

Tabela 42 – Desempregados em DA por setor do último trabalho – 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indústria	274.905 14,1%	284.703 14,0%	299.152 13,9%	320.998 13,4%	285.053 12,6%	268.139 12,8%	265.308 12,7%	249.137 12,3%	232.940 12,3%
Construção Civil	121.726 6,2%	126.746 6,2%	130.337 6,0%	144.068 6,0%	126.972 5,6%	108.310 5,2%	96.584 4,6%	88.742 4,4%	72.633 3,8%
Comércio	298.769 15,3%	303.510 14,9%	335.991 15,6%	359.849 15,1%	344.024 15,2%	323.981 15,4%	324.181 15,6%	319.434 15,8%	303.183 16,1%
Serviços	673.912 34,5%	701.889 34,5%	778.625 36,1%	865.669 36,2%	797.096 35,2%	774.127 36,9%	769.383 36,9%	769.215 38,0%	712.702 37,7%
Serviços Domésticos	211.718 10,8%	225.902 11,1%	214.150 9,9%	244.491 10,2%	229.950 10,2%	211.406 10,1%	194.428 9,3%	183.992 9,1%	167.678 8,9%
Agricultura, Pecuária e Extração Vegetal	5.118 ,3%	7.415 ,4%	6.751 ,3%	8.473 ,4%	6.561 ,3%	3.932 ,2%	6.356 ,3%	6.224 ,3%	5.679 ,3%
Outras	5.578 ,3%	5.070 ,2%	5.909 ,3%	8.415 ,4%	8.063 ,4%	7.427 ,4%	6.898 ,3%	7.684 ,4%	9.186 ,5%
Não se aplica	360.798 18,5%	377.318 18,6%	385.889 17,9%	436.213 18,3%	464.535 20,5%	399.940 19,1%	419.999 20,2%	397.407 19,6%	384.077 20,3%
Total	1.953.297 100,0%	2.033.634 100,0%	2.157.062 100,0%	2.388.875 100,0%	2.264.451 100,0%	2.097.354 100,0%	2.083.665 100,0%	2.023.154 100,0%	1.888.341 100,0%

Fonte: PED (elaboração própria)

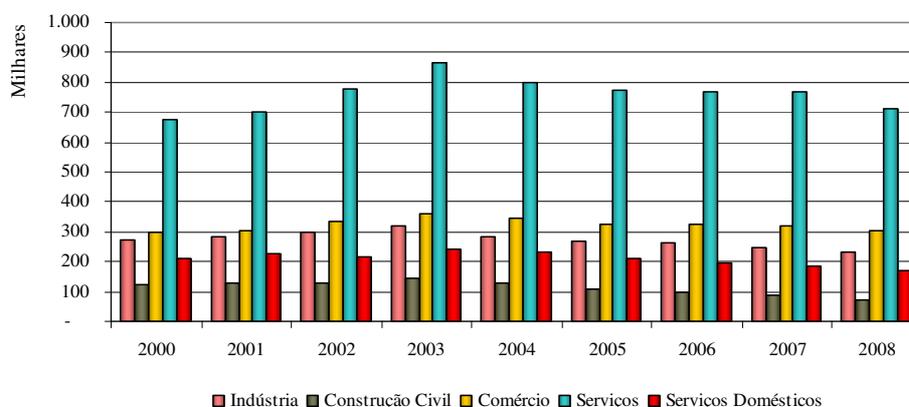
Obs: "Não se aplica" corresponde aos que buscam o primeiro trabalho.

A intensidade das mudanças na estrutura do desemprego associado aos setores econômicos é em última instância definida pelo desaquecimento deste setor, embora não possamos fazer as mesmas afirmações a respeito do aquecimento pelo ângulo que analisamos o mercado de trabalho, pois não se mostra aqui onde esses desempregados foram alocados, somente de onde saíram.

Pelo Gráfico seguinte é possível notar que o comportamento do número de desempregados para todos os setores foi coerente com o da taxa de desemprego aberto. Até 2003 houve um aumento, para que a partir de 2004 se iniciasse queda sistemática.

Como conclusão, podemos, portanto, delinear o perfil do desemprego aberto: são principalmente Pretos ou Pardos, em maioria mulheres, pertencentes às faixas etárias mais densas da pirâmide populacional brasileira (10-29). São indivíduos que procuram emprego porque precisam da renda, mas, por definição, não chegam a buscar meios alternativos, dentre eles o trabalho precário, tanto pelas dificuldades na execução do próprio trabalho como pela possibilidade de ser sustentado pelo núcleo familiar, pois são na maior parte dependentes (Filhos e Cônjuges). Como fator complicador, o grau de instrução da população que procura emprego sem êxito, é muito baixo, além de na maioria das vezes insuficiente, de baixa qualidade. Muito embora pelos dados que analisamos não possamos fazer nenhuma afirmação nesta questão, a fraca qualidade do ensino público brasileiro, única a que têm acesso, é de conhecimento geral.

Gráfico 17 - Evolução do número de desempregados (DA) por setor do último trabalho – 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Ademais, verificamos que maior parte provém do setor de Comércio e Serviços, onde vigoram principalmente relações informais de trabalho. Isso acaba por determinar uma deterioração das condições de vida do indivíduo recém-desempregado, dificultando a manutenção da busca por emprego, já que não têm direito a recebimento de seguro-desemprego. Também para os demais tipos de desemprego, nos quais o peso do terciário é grande, se estabelecem situações semelhantes, em maior ou menor intensidade. Mas como exatamente ficam definidas essas intensidades?

O que muda no desemprego aberto em relação aos outros dois tipos de desemprego? Os atributos do indivíduo, sua formação e condições de vida se relacionam diferentemente com a falta de trabalho em cada uma das três situações? Na seção seguinte vamos concluir a análise do perfil e estrutura do desemprego sintetizando e comparando os principais pontos apresentados até agora.

3.3. Comparação e conjecturas sobre as três categorias de desemprego

O comportamento da taxa de desemprego no período 2000 a 2008 foi analisado ao longo deste capítulo à luz das mudanças internas, ou seja, das características da população desempregada. O objetivo era esboçar uma resposta a quem seriam os desempregados no início do período analisado, quais fatores eventualmente alteraram esse perfil e qual o efeito final do surto de recuperação do emprego sobre os desempregados. A análise foi

detalhada por três tipos de desemprego: o aberto; o oculto com trabalho precário e o oculto por desalento, separadamente. Para esta seção a proposta é de sintetizar as informações coletadas e comparar o perfil das três categorias de desemprego, primeiro, pelas características pessoais (sexo, cor, idade e grau de instrução). E, segundo, pelos aspectos que delineiam o impacto da condição de desemprego sobre o indivíduo e sua família (posição na família, nível de renda, tempo de desemprego, renda alternativa e setor de atividade do último emprego).

Para desenvolver o estudo da composição do desemprego até agora utilizamos taxas de participação dos indivíduos segundo determinadas características sobre cada tipo de desemprego. Esta abordagem agrega valor à nossa análise na medida que fornece uma fotografia da população em condição de trabalho precário, que leva o indivíduo a desejar mudança de emprego, de desestímulo em relação ao mercado de trabalho, e dos que tem mais recentemente buscado se reinserir e se dedicado exclusivamente à busca. O uso paralelo da convencional taxa de desemprego do grupo na PEA nos permitirá separar aumento da pressão de determinados grupos sobre o emprego (aumento da oferta) da dificuldade de inserção inerente a características do desempregado. Outra ressalva a ser feita em relação ao método de análise é que os anos enfatizados serão os que apresentaram inflexão do comportamento da taxa de desemprego, abstraindo dos períodos de queda ou ascensão sistemática.

Para o primeiro atributo pessoal dos desempregados, a cor, encontramos as seguintes relações. No desemprego oculto com trabalho precário se apresenta maior participação da população Preta e Parda (chegou a 61,2% em 2008), embora ela seja maioria nos três tipos, com tendências iguais de aprofundamento das desigualdades em relação a Brancos e Amarelos a despeito da queda no desemprego para ambos. A Tabela 43 e o Gráfico 18 nos mostram o quão desigual é esta relação, pois evidencia a persistência de maiores taxas de desemprego entre Pretos e Pardos, em relação a Brancos e Amarelos.

No desemprego aberto o aumento da desigualdade foi acompanhado pelo crescimento do número absoluto de Pretos e Pardos na sua população até 2008, em confronto com uma situação inicial de maioria Branca e Amarela. A redução absoluta para os outros dois tipos de desemprego acompanhado de mudanças na participação relativa dos grupos²¹ sinaliza efeitos distintos do crescimento sobre a desocupação de ambos, na qual

²¹ Rever Tabelas 8, 20 e 32.

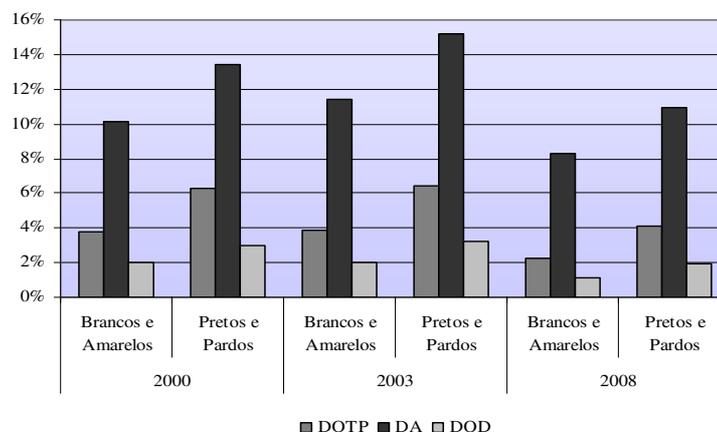
Branços e Amarelos se mostraram mais propensos a sair da situação de desemprego, tanto no desalento como no precário.

Tabela 43 – Taxas de desemprego por cor e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008

	2000		2003		2008	
	Branços e Amarelos	Pretos e Pardos	Branços e Amarelos	Pretos e Pardos	Branços e Amarelos	Pretos e Pardos
DOTP	372.861 3,8%	443.584 6,3%	373.429 3,9%	542.993 6,4%	237.053 2,2%	374.600 4,1%
DA	1.005.298 10,2%	947.655 13,5%	1.100.956 11,4%	1.287.772 15,2%	882.054 8,3%	1.006.286 10,9%
DOD	198.008 2,0%	207.569 2,9%	197.142 2,0%	272.470 3,2%	122.485 1,2%	174.954 1,9%
Ocupados	8.319.393 84,1%	5.443.871 77,3%	7.981.831 82,7%	6.376.320 75,2%	9.384.703 88,3%	7.644.980 83,1%
Total	9.895.560 100%	7.042.679 100%	9.653.358 100%	8.479.555 100%	10.626.295 100%	9.200.820 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Gráfico 18 – Taxas de desemprego dos grupos por Cor e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008

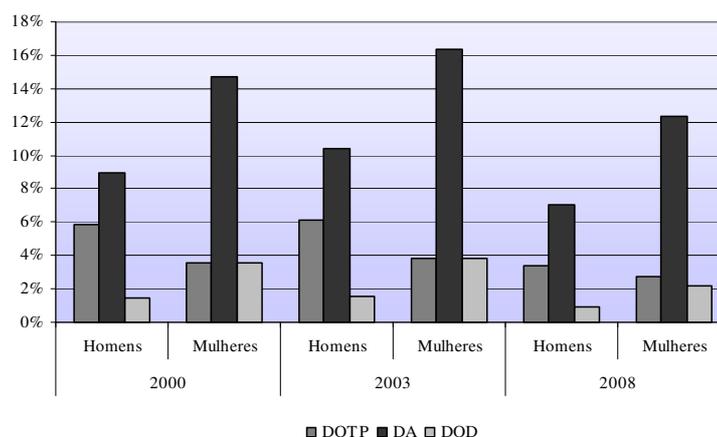


Fonte: PED (elaboração própria)

Ou seja, a recuperação do mercado de trabalho a partir de 2004 representou uma melhora inclusive nesse quesito, no qual os dois grupos foram afetados positivamente (e foram prejudicados da mesma forma no período de desaquecimento), com exceção do DA. No entanto, houve uma melhor resposta de Brancos e Amarelos a essa recuperação, o que argumentamos anteriormente como uma consequência das menores oportunidades da população Preta e Parda, sobre a qual pesam fatores como menores níveis de instrução e menor renda, que acreditamos estar associado ao desemprego não só enquanto resultante, mas também como causa.

Quanto à divisão da população desempregada pelo sexo, encontramos menor, embora crescente, participação feminina somente no desemprego acompanhado de trabalho precário. No desemprego aberto e no desalento elas são maioria também crescente, com peso ainda mais significativo no segundo. A taxa de desemprego entre as mulheres é sempre maior, como mostram as taxas abaixo no Gráfico 19 e Tabela 44.

Gráfico 19 – Taxas de desemprego entre Homens e Mulheres – 2000, 2003 e 2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 44 – Taxas de desemprego por sexo e tipo de desemprego – 2000-2008

	2000		2003		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
DOTP	545.856 5,8%	270.588 3,6%	596.767 6,1%	319.708 3,8%	356.758 3,4%	254.896 2,7%
DA	836.434 9,0%	1.116.863 14,7%	1.019.414 10,4%	1.369.461 16,4%	735.531 7,0%	1.152.810 12,3%
DOD	135.022 1,4%	270.633 3,6%	149.880 1,5%	319.817 3,8%	92.447 0,9%	204.993 2,2%
Ocupados	7.826.625 83,8%	5.940.109 78,2%	8.007.248 81,9%	6.352.144 76,0%	9.300.274 88,7%	7.730.871 82,7%
Total	9.343.937 100%	7.598.193 100%	9.773.309 100%	8.361.130 100%	10.485.010 100%	9.343.570 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

Os dados mostram claramente a inflexão na evolução do desemprego no período, onde abstraímos dos intervalos de ascensão ou queda contínuas, divididas as taxas entre homens e mulheres. No DOTP e no DOD houve redução absoluta do desemprego para ambos, mas principalmente para os homens, enquanto no DA encontramos mais uma vez a exceção, houve aumento absoluto do desemprego para as mulheres. A entrada das

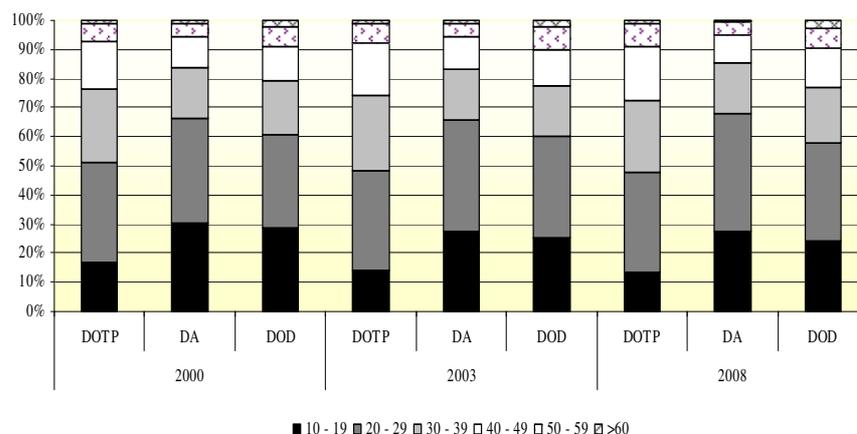
mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos foi intensa, o que acabou por definir uma redução mais lenta, ou mesmo um aumento absoluto como no caso do DA, do número de mulheres desempregadas.

No desemprego por desalento é predominante a participação das mulheres, funcionando como uma reserva de trabalho feminino, a espera de condições favoráveis do mercado de trabalho. A condição enquadrada no DOD é de paralisação da busca de trabalho, principalmente pelas condições desfavoráveis de emprego, seja na disponibilização de postos ou nos salários (estabelecidas suas exigências, ou seja, o salário de reserva do trabalhador). A redução do desemprego por desalento, no contexto dos últimos anos, pode também ter pressionado para o aumento do desemprego aberto entre as mulheres por um desses fatores. A melhora do mercado de trabalho faria com que a parcela da população desempregada, predominantemente feminina, que tinha suspenso a busca, as retomasse, sendo isso captado de alguma forma pelas estatísticas da PED sem que possamos definir com exatidão a defasagem e distribuição dessa transferência. Com os dados que expusemos não é possível distinguir a mudança para uma situação de ocupação ou desemprego aberto, o que não a torna negligenciável.

Em relação à idade da população desempregada, encontramos os seguintes fatos. As faixas de indivíduos de idade superior a 60 anos são mais representativas no desemprego por desalento. Na composição do DOD e do DA, as faixas etárias de 10 a 39 anos tiveram a maior participação, enquanto no DOTP a faixa de 40 a 49 substitui a primeira faixa, mostrando aqueles com idade entre 20 e 49 anos como mais afetados.

As taxas de desemprego são altas – superiores a 3% - para quase todos os grupos etários no desemprego com trabalho precário e no aberto, adquirindo até mesmo valores extremamente elevados, como para o caso dos adolescentes e jovens. No DOD as taxas são menores, só passaram de 2% durante todo o período para as faixas de 10 a 29 anos, mas inferiores a partir de 2007. (Gráfico 20 e Tabela 45)

Gráfico 20 – Participação das faixas etárias no desemprego – 2000, 2003 e 2008.



Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 45 – Taxas de desemprego por faixa etária e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008

		10 - 19	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	>70
2000	DOTP	137.970	281.231	205.535	132.484	49.192	9.024	1.007
		6,9%	5,3%	4,7%	4,1%	3,3%	2,0%	1,3%
	DA	588.895	709.785	339.751	205.466	84.412	22.027	2.962
		29,3%	13,5%	7,8%	6,4%	5,6%	4,8%	3,6%
	DOD	115.344	131.127	75.769	47.421	26.749	8.073	1.172
	5,7%	2,5%	1,7%	1,5%	1,8%	1,8%	2,0%	
Ocup.	1.169.435	4.139.534	3.742.397	2.849.716	1.348.801	422.136	94.716	
	58,1%	78,7%	85,8%	88,1%	89,4%	91,5%	93,1%	
2003	DOTP	131.166	313.309	233.911	165.432	62.283	9.885	488
		7,0%	5,5%	5,1%	4,6%	3,5%	1,9%	0,8%
	DA	651.168	923.856	416.830	264.540	105.390	24.635	2.456
		34,8%	16,2%	9,1%	7,4%	5,9%	4,8%	2,5%
	DOD	118.686	163.447	81.822	58.759	36.397	9.715	871
	6,3%	2,9%	1,8%	1,6%	2,0%	1,9%	1,0%	
Ocup.	969.596	4.317.713	3.847.726	3.085.140	1.573.164	467.238	98.814	
	51,8%	75,5%	84,0%	86,3%	88,5%	91,4%	95,7%	
2008	DOTP	83.100	209.492	151.030	112.683	47.543	7.754	52
		4,9%	3,5%	3,1%	2,8%	2,0%	1,2%	0,0%
	DA	514.793	768.202	325.103	184.202	80.733	13.620	1.687
		30,2%	12,7%	6,6%	4,6%	3,4%	2,1%	3,3%
	DOD	72.683	98.890	57.603	40.562	20.258	6.346	1.099
	4,3%	1,6%	1,2%	1,0%	0,9%	1,0%	0,3%	
Ocup.	1.035.397	4.986.777	4.405.626	3.668.455	2.199.822	615.549	119.520	
	60,7%	82,2%	89,2%	91,6%	93,7%	95,7%	96,4%	

Fonte: PED (elaboração própria)

A questão do desemprego para as duas faixas etárias mais jovens é grave e estão intimamente relacionados. Primeiro, temos uma população muito grande que está abandonando os estudos para contribuir para a renda da família, os adolescentes. Enfrentam problemas de inserção no mercado de trabalho tanto pela inexperiência como

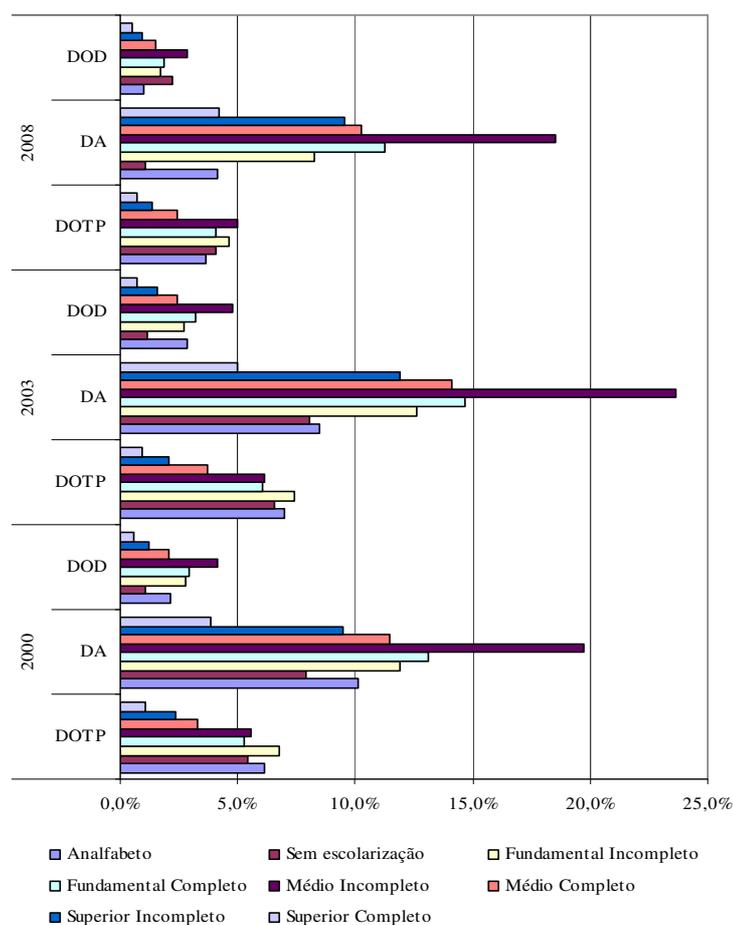
pela maior regulação e controle sobre o trabalho infantil²² (menores de 16 anos, considerado aprendiz aquele com idade entre 14 e 16) preconizados nos últimos anos. Além de se expor muito precocemente ao trabalho, acaba por estabelecer uma dificuldade futura de integração no mundo do trabalho, pois não se qualifica adequadamente na época certa nem consegue criar condições financeiras suficientemente melhores para sua família a ponto de poder investir no seu crescimento profissional. Nesse aspecto a busca por emprego na adolescência acaba por influenciar o desemprego na fase seguinte, de 20 a 29 anos. Segundo, portanto, além da baixa qualificação resultante do primeiro problema, geralmente pesa para esse segundo grupo a inexperiência profissional daqueles que estão buscando o primeiro emprego ainda. Amenizar esses problemas nos dois grupos perpassa por uma reestruturação da educação e da assistência às famílias das crianças e adolescentes para que não se tornem jovens pouco produtivos do ponto de vista do mercado de trabalho.

A baixa qualificação não é exclusividade de nenhum dos três tipos de desemprego que analisamos. Na análise segregada deles vimos que maior é a participação dos grupos com Ensino Fundamental Incompleto e Médio Completo, com inversão ou distribuição dos pesos entre eles ao longo do período. Usando como indicador a taxa de desemprego dos grupos encontramos as seguintes condições:

Para os níveis mais altos de instrução a tendência mais comum foi de redução das taxas de desemprego para os grupos, com alguma resistência no desemprego aberto, para o qual a taxa chegou a crescer entre pessoas com Nível Superior Completo. No DOD a taxa chegou a cair a despeito do aumento do número de desempregados nele classificados para os três últimos níveis. Somente no DOTP, nos dois níveis mais altos é que houve contração tanto absoluta como relativa.

²² O peso dessa faixa etária na PEA é tão grande que mesmo com altas taxas de inatividade, que evoluiu de 68% para 72% no período, os aproximadamente 30% responderam por uma parcela considerável do desemprego. A inatividade nas faixas etárias de 20 a 59 anos fica em torno de 40%, voltando a subir para os idosos, naturalmente.

Gráfico 21 – Taxas de desemprego por grau de instrução – 2000, 2003 e 2008



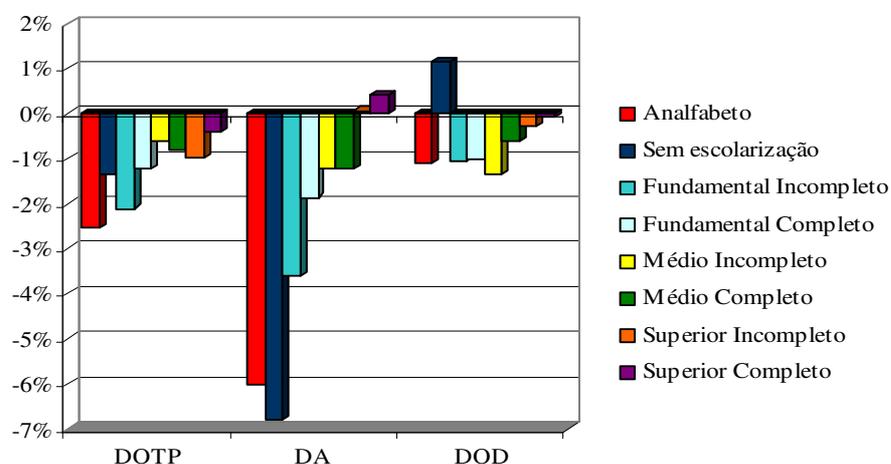
Fonte: PED (elaboração própria)

Podemos apontar, portanto, como uma tendência geral do mercado de trabalho o aumento do nível educacional dos trabalhadores, mas com uma trajetória paralela do desemprego, nos três níveis, de aumento do peso das pessoas mais instruídas nas estatísticas. Na maior parte das vezes, a queda no desemprego foi acompanhada de queda na ocupação para os menos instruídos, enquanto para os mais instruídos o aumento na taxa de desemprego foi simultânea ao aumento na ocupação, indicando tanto uma pressão sobre um segmento do mercado de trabalho de um perfil de mão-de-obra mais estudada, como uma expansão das oportunidades de emprego ainda insuficiente para absorvê-los. A nosso ver, isso indica que a defasagem educacional da população não é a única causa do desemprego, tampouco o tipo de melhora na educação verificado a solução, pois ao mesmo tempo que uma forte expansão do emprego não foi suficiente para empregar os mais instruídos, nada garante que os empregados nesse período o tenham sido exatamente por terem aumentado sua escolaridade. Em períodos de expansão e com baixo diferencial

salarial nas camadas pior remuneradas, o empregador obviamente prefere empregar aquele com maior grau de instrução, independentemente das capacidades e habilidades exigidas na atividade a ser exercida. Deve-se ressaltar que estamos falando de uma parcela do mercado de trabalho que atinge a massa da população economicamente ativa, composta por trabalhadores não-especializados e que ao longo de sua vida desempenham diversas tarefas de natureza completamente distintas, pois é essa a população que compõe a estrutura do desemprego.

Quanto a tendências específicas de cada tipo de desemprego, em relação ao grau de instrução não encontramos nenhuma peculiaridade. As diferenças se mantêm no nível estrutural, ou seja, a recuperação do emprego desde 2000 vem afetando linearmente os três arquétipos de desemprego, com exceção do nível sem escolarização no DOD, que ao invés de diminuir, aumentou. Para comparar a mudança na taxa de desemprego por grupos segundo a escolaridade, relacionamos no Gráfico 22 a variação percentual da taxa de desemprego por grau de instrução.

Gráfico 22 – Variação da taxa de desemprego por nível de escolaridade em p.p. (2008-2000)



Fonte: PED (elaboração própria)

A recuperação do emprego vis-à-vis a melhora do quadro educacional no período 2000 a 2008 operou para a maior redução do desemprego nos níveis mais baixos de instrução, para todos os tipos de desemprego, com exceção do grupo Sem escolarização, que sofreu aumento considerável no desemprego por desalento. No mesmo contexto, a menor redução nos grupos mais instruídos, em relação à queda no outro tipo de

desemprego oculto, pode estar relacionado ao fator apontado por Águas (2010), de que o salário de reserva do trabalhador é mais alto quando seu grau de instrução é elevado, optando este por paralisar as buscas por emprego, aguardando uma melhor oportunidade. Em geral no DOD pode-se observar uma relação quase linear entre a redução do desemprego e a escolaridade: quanto maior o segundo, menor o primeiro.

No DOTP a taxa também recuou para todos os níveis, mas são os intermediários, principalmente Médio Incompleto, que foram menos impactados pela redução do desemprego. O DA foi certamente o menos “beneficiado” dos três para escolaridade superior ao Fundamental Completo. Abstendo-nos de possíveis migrações entre os tipos de desemprego, poderíamos dizer que os indivíduos do DOTP, que apresentou maior regularidade entre os grupos na redução do desemprego, acabaram sendo os mais beneficiados.

A questão do salário de reserva deve ser analisada com cautela, pois exigências em relação a salários são mais viáveis em núcleos familiares com maior renda, sendo nele que muitas das vezes o desempregado encontra apoio financeiro, e maior nível educacional. Contudo, ser apoiado implica, primeiramente, que ele não tenha um papel central na família, isto é, não seja o Chefe, tendo papel apenas complementar na renda da família. Como vimos anteriormente a composição do desemprego pela posição na família varia entre os desempregos. No DOTP predominam os Chefes de família e, em segundo lugar, os Filhos. No DOD já são os Filhos e, em seguida, os Cônjuges. Por sua vez, no DA, metade do desemprego é entre Filhos, ficando o restante praticamente dividido entre Cônjuges e Chefes.

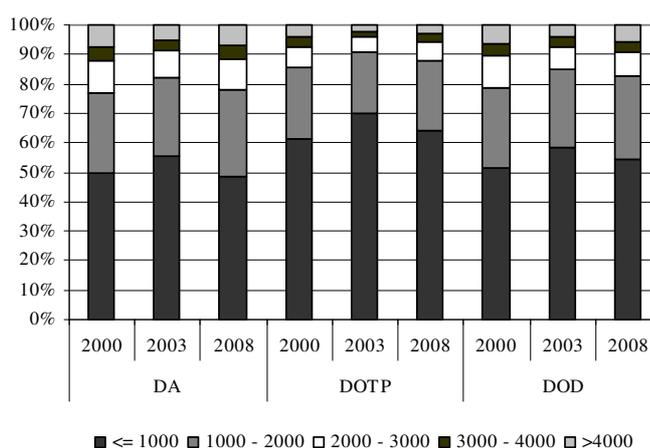
Essa estrutura pouco se alterou ao longo do tempo, com uma mudança sutil nos pesos do DOTP, provavelmente influenciado pelo aumento das mulheres na PEA, pois a queda no desemprego entre Cônjuges foi mais lenta do que para os demais participantes de peso. No desalento as quedas foram proporcionais entre eles e no DA a redução foi maior para os chefes de família e chegou a aumentar para Cônjuges.

A definição de cada um dos tipos de desemprego acaba sendo associável a esses fatos com certa facilidade. Chefes de família desempregados representam maior vulnerabilidade da família e, portanto, maior necessidade e urgência em encontrar uma fonte de renda que cubra, embora precariamente, a ausência de um trabalho remunerado estável. Por isso a recorrência em atividades alternativas e trabalhos esporádicos, os

“bicos”, é maior entre eles. Já as mulheres têm maior peso no DOD, pois podem optar por não trabalhar, pelo seu caráter complementar na renda familiar, além do papel já desempenhado por muitas no próprio lar, que muitas vezes substitui a busca constante por trabalho. A maior presença de Filhos no desemprego aberto está associada a maior facilidade e necessidade dos jovens, que coincide em grande parte com a condição de filho, em manter a busca por trabalho, embora enfrentem dificuldades impostas pelos fatores supramencionadas de baixo grau de instrução e inexperiência.

Em segundo lugar, a renda da família está relacionada à sua suficiência em amparar seus membros desempregados, pois como constatamos, com exceção do desemprego oculto com trabalho precário, o principal meio de sobrevivência tem sido a família. Havíamos explicado que essa renda se apresenta como variável chave na definição de urgência do emprego para o trabalhador assim como condicionante da privação de direitos a que é submetido quando tolhido de um salário ou de uma relação de trabalho acompanhada de proteção social, necessariamente associada ao trabalho formal. O Gráfico 23 apresenta os dados referentes à Renda Familiar, segundo a condição de desemprego do indivíduo e mostra que há uma concentração de desempregados nas faixas de menor renda familiar.

Gráfico 23 – Composição do desemprego por renda familiar dos desempregados e tipo de desemprego – 2000, 2003 e 2008

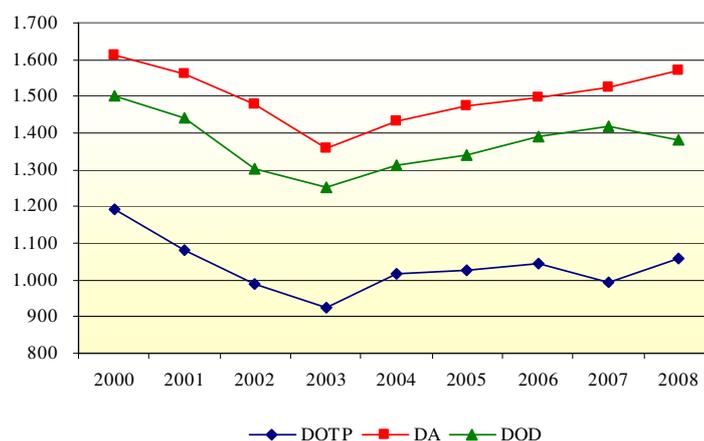


Fonte: PED (elaboração própria)

Em 2008, as taxas de participação na primeira faixa de renda, a mais baixa, eram de 48,3%; 64,3% e 54,2% para DA, DOTP e DOD, respectivamente. Acumulando com a renda de até R\$ 2000,00, alcançavam os valores de 78,3%; 87,9% e 82,6%. Para se ter uma idéia mais precisa das condições financeiras destas duas faixas populacionais, a renda *per capita* média chegou a somente R\$ 248,59; R\$ 210,87 e R\$ 235,72, no mesmo ano. Fato para otimismo é que as três apresentaram maiores patamares em relação a 2000, ao contrário da renda familiar *per capita* média dos grupos desempregados como um todo, demonstrando uma maior distribuição da renda. Somente para o desemprego aberto o aumento foi verificado em todos os âmbitos.

Ademais, o que se nota é uma diferença da predominância de determinados níveis de renda entre os distintos tipos de desemprego. A renda familiar média dos indivíduos em desemprego aberto é sistematicamente maior do que a dos outros dois tipos, sendo do desemprego com trabalho precário a menor e mais instável. De uma forma geral, todas acompanharam a tendência da renda real das famílias das metrópoles brasileiras no período, que sofreu forte queda de 2000 a 2003, para a partir de 2004 recuperar sua valorização real. (Gráfico 24)

Gráfico 24 – Evolução da renda familiar por tipo de desemprego – 2000-2008



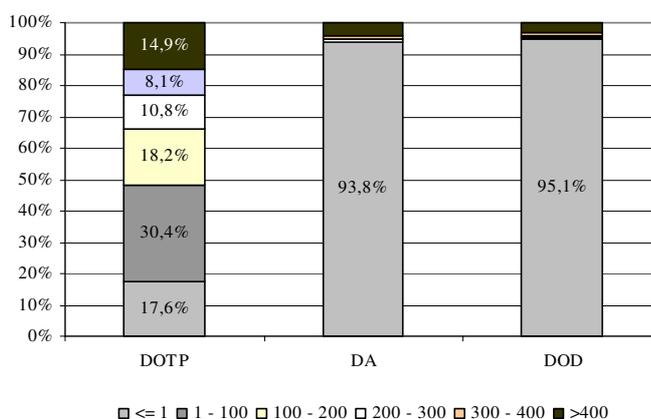
Fonte: PED (elaboração própria)

A renda familiar pode ser um determinante da forma de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, principalmente por facilitar o processo de busca, financiando-o e dando meio de sobrevivência temporariamente. Por isso, já que são relativamente mais

pobres, e pelo fato de serem em sua maioria Chefes de família, indivíduos acabam se enquadrando na situação ocupacional definida no DOTP, por exemplo, que acabam por se submeter a trabalhos precários para prover a renda do seu núcleo. No DOD, rendas mais altas, em relação ao DOTP, permitem a opção por não trabalhar, ou seja, pelo perfil do desemprego por desalento, é relativamente esperado que a necessidade de se exercer atividade remunerada para complementar a renda da família seja menor, podendo o trabalhador optar por suspender a busca por emprego, embora se mostre disponível caso surja uma oportunidade.

Nestas condições, a renda alternativa a que tem acesso o desempregado, seja pelo trabalho precário ou pela ajuda de parentes ou apoio familiar, não é alta. Os dados mostram que 59,2% dos indivíduos em desemprego aberto e 59,4% dos desalentados se sustentam do trabalho de outras pessoas da família. No DOTP, 95,7% sobrevive da renda de trabalhos precários, principalmente. O Gráfico 25, que apresenta a composição do desemprego pela renda alternativa média²³ do período 2000 a 2008 do desempregado em cada tipo de desemprego, mostra com clareza o grau de dependência dos indivíduos em desemprego aberto e desalento em relação ao seu núcleo familiar, pois maior parte tem renda zero. Enquanto os desempregados que exercem trabalhos precários apresentam maior dispersão entre as faixas destacadas, embora isso não represente nenhuma vantagem prática, pois 85,1% não auferem mais do que R\$400,00.

Gráfico 25 – Composição do desemprego pela renda alternativa do desempregado



Fonte: PED (elaboração própria)

²³ Optamos pelo uso da média, pois as taxas não se alteraram significativamente no período.

Outro aspecto do desemprego com trabalho precário chama atenção: a sua duração. A execução de trabalhos precários pode ser para muitas pessoas uma situação ocupacional duradoura, pelo que encontramos nos dados em relação ao tempo de desemprego. Pior estatística é a dos desempregados do DOD, dos quais 58,3% estão há um ano sem trabalho, frente aos 62,4% do DOTP. O desemprego aberto é o que apresenta maior rotatividade dos seus componentes, pois o tempo desempregado é mais curto para grande parte deles, 75,3% se concentram na faixa de no máximo um ano. A duração média do DOTP é de 1,96 ano, do DOD de 2,2 anos e do DA 1,36 no ano 2000, sendo em 2008 de 1,97; 2,21 e 1,24, respectivamente (Tabela 46). O seguro-desemprego deveria assegurar alguma estabilidade ao trabalhador pelo menos nos cinco primeiros meses do desemprego, mas, neste contexto, e pela limitada quantidade de indivíduos que têm acesso ao benefício, se torna um mecanismo de proteção defasado. (Tabela 47)

Tabela 46 – Tempo médio de duração do desemprego por tipo de desemprego – 2000-2008

	DOTP	DOD	DA
2000	1,97	2,20	1,36
2001	1,96	2,21	1,35
2002	2,03	2,23	1,29
2003	2,03	2,36	1,33
2004	2,09	2,35	1,39
2005	2,07	2,33	1,28
2006	1,92	2,27	1,24
2007	1,96	2,13	1,23
2008	1,97	2,21	1,24

Fonte: PED (elaboração própria)

Como último aspecto sob análise, o setor de origem dos desempregados. Parte expressiva dos desempregados, anteriormente à situação de desemprego, trabalhava no setor de Serviços, onde predomina o trabalho informal. Isto pode ser um agravante, na medida em que pesa na condição de vulnerabilidade do desempregado não ter direito a seguro-desemprego. Buscamos essa informação na base de dados da PED e o que encontramos não foi um quadro positivo. No desemprego aberto, por exemplo, o percentual de desempregados com até cinco meses sem trabalho, ou seja, a população que potencialmente poderia estar ainda usufruindo das parcelas do seguro (desconsiderando a causa da perda do emprego ou do vínculo empregatício anterior), era de 42,6%, mas somente 3,3%, em 2000, e 5,2% em 2008, o recebiam.

Tabela 47 – Desempregados e seguro-desemprego – 2000-2008

		Sim	Não	Total
2000	DOTP	12.389 1,5%	803.965 98,5%	816.444 100%
	DA	65.017 3,3%	1.888.131 96,7%	1.953.298 100%
	DOD	2.979 0,7%	402.676 99,3%	405.655 100%
2008	DOTP	13.440 2,2%	598.010 97,8%	611.653 100%
	DA	99.009 5,2%	1.789.331 94,8%	1.888.340 100%
	DOD	2.926 1,0%	294.514 99,0%	297.440 100%

Fonte: PED (elaboração própria)

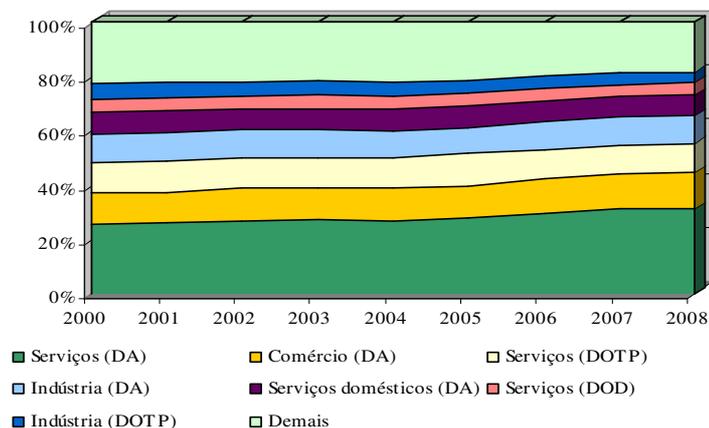
Além do setor de Serviços, o Comércio e a Indústria de Transformação têm sido os mais presentes na composição do desemprego por Setor do último trabalho do desempregado no DA. Este tipo de desemprego foi o único que apresentou aumento absoluto do número de desempregados, no caso, os oriundos dos setores de Comércio, Serviços e da Agricultura. No DOTP, o setor de Serviços despontava e os demais (Indústria, Construção Civil e Comércio) dividiam quase igualmente 39,6% dos desempregados, em 2008. A maior queda, em p.p., foi na Indústria, enquanto os dois setores relacionados a Serviços aumentaram. Já no DOD, Serviços, Comércio e Serviços Domésticos, nesta ordem, são mais representados. (Tabela 48)

Comparando os três tipos de desemprego novamente encontramos algumas peculiaridades. No DOD a participação de desempregados que vinham do setor de Serviços Domésticos é relativamente mais significativa e ao mesmo tempo menor na Indústria, o que condiz com o perfil feminino desse grupo, embora a taxa da Construção Civil não a reflita. No DOTP percebe-se maior presença de ex-trabalhadores da Construção Civil.

No desemprego total teremos então como grupos mais representativos os de Serviços e Comércio no DA, Serviços no DOTP e assim por diante, como pode ser observado no Gráfico 26. Podemos notar ainda uma leve tendência de expansão do setor de Serviços, mas não houve nenhuma mudança abrupta nas taxas de participação, ou seja, não

houve uma transformação estrutural relevante na economia no que diz respeito à formação do desemprego.

Gráfico 26 – Evolução da participação no desemprego total por setor de origem e tipo de desemprego 2000-2008



Fonte: PED (elaboração própria)

Tabela 48 – Desempregados por setor de origem e tipo de desemprego (variação absoluta e em p.p.)

	DOTP		DOD		DA	
	2008	Variação (2008-2000)	2008	Variação (2008-2000)	2008	Variação (2008-2000)
Indústria	88.546 14,5%	(62.820) -4,1%	29.449 9,9%	(27.072) -4,0%	232.940 12,3%	(41.965) -1,7%
Construção Civil	71.974 11,8%	(29.091) -,6%	12.807 4,3%	(7.572) -,7%	72.633 3,8%	(49.093) -2,4%
Comércio	81.592 13,3%	(28.043) -,1%	47.593 16,0%	(15.616) ,4%	303.183 16,1%	4.414 ,8%
Serviços	237.177 38,8%	(59.343) 2,5%	104.681 35,2%	(24.830) 3,3%	712.702 37,7%	38.790 3,2%
Serviços Domésticos	60.302 9,9%	(1.236) 2,3%	37.811 12,7%	(18.477) -1,2%	167.678 8,9%	(44.040) -2,0%
Agricultura, Pecuária e Extração Vegetal	2.287 ,4%	(2.391) -,2%	855 ,3%	(866) -,1%	5.679 ,3%	561 ,0%
Outras	2.699 ,4%	554 ,2%	2.617 ,9%	609 ,4%	9.186 ,5%	3.608 ,2%

Fonte: PED (elaboração própria)

3.4. Conclusão

Este capítulo tinha como meta traçar o perfil do desemprego, segundo indicadores construídos pela PED. A pesquisa agrega dois conceitos ao conhecido desemprego aberto: o oculto com trabalho precário e o oculto por desalento. Um inclui no conceito de desemprego as pessoas que têm trabalhado, mas em atividade considerada precária, ou seja, atividade irregular ou não remunerada de ajuda em negócio de parentes. O trabalho irregular é tido como uma auto-ocupação não remunerada ou remunerada instável, na qual o trabalhador não tenha direitos nem garantias em relação à continuidade do trabalho exercido nem de alternativas caso o perca, tampouco da renda que este lhe auferir. Por isso sente necessidade de mudar para um trabalho que lhe provenha maior estabilidade.

O outro, do chamado desalentado, é a situação em que o indivíduo sem trabalho se encontra desestimulado pelas dificuldades do mercado de trabalho ou por problemas pessoais, mas que se declara disponível para trabalhar. É necessário ter procurado trabalho por pelo menos quinze dias nos últimos doze meses. O aberto, mais amplamente utilizado em pesquisas de desemprego, considera as pessoas que estavam sem trabalho há pelo menos sete dias com procura efetiva por trabalho, isto é, nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Os resultados encontrados para o desemprego com trabalho precário foram de redução mais rápida do número de desempregados da cor Branca e Amarela, determinando um aumento relativo da participação de Pretos e Pardos. Os homens estão em maior número nas estatísticas, mas tem crescido a participação relativa das mulheres. As faixas etárias predominantes eram de 10 a 39 anos, mas têm se deslocado para as faixas de 20 a 49 anos, mantido o grande peso da faixa de 20 a 29 especificamente. O nível educacional dessa população em geral é baixo, mais da metade tinha no máximo o Fundamental Incompleto em 2000 e, embora tenha melhorado o quadro educacional, o que se teve como resultado dessa melhora foi um aumento no desemprego de pessoas com maiores graus de instrução, principalmente para Médio Completo.

A composição segundo a posição na família mostra maior presença de Chefes e, em segundo lugar, Filhos. A renda familiar é relativamente baixa, além dos ganhos do trabalho precário serem irrisórios na maior parte das vezes. A duração do desemprego é, para 37,6% dos desempregados, superior a um ano, tendo participações ainda visíveis para mais de

cinco anos de desemprego. Quanto ao setor de origem, os com trabalho anterior no setor de Serviços são maioria, depois estão a Indústria e o Comércio, nesta ordem.

No desemprego oculto por desalento encontramos uma participação maior e crescente de Pretos e Pardos em relação a Brancos e Amarelos. Em relação ao gênero, as mulheres têm participação expressiva e também ascendente, chegando a quase 70%. O grau de instrução é, em geral, baixo, com alta representatividade daqueles com Ensino Médio Completo e Fundamental Incompleto, se acentuando os do primeiro grupo até 2008. Os dados não corroboram como explicação para a predominância feminina o grau de instrução, pois são maiores as taxas de participação delas, mesmo para níveis de instrução mais altos. Em relação à faixa etária predominam aqueles com idade entre 10 e 39 anos, em todo o período, e principalmente para 20 a 29 anos.

A posição na família mais comum entre os desempregados por desalento é de Filhos e, em seguida, Cônjuges, que sobrevivem, em maioria, do trabalho de outras pessoas da família, cuja renda também é relativamente baixa. A duração do desemprego é para 41,7% dos desempregados superior a um ano, estando por volta de 10% deles desempregados há mais de cinco anos. Por volta de um terço dos desempregados trabalhara anteriormente no setor de Serviços, com participações menores ficam o Comércio e a Indústria, sendo percebida uma redução desta última com aumento da representação do setor de Serviços.

No desemprego aberto foi observado um aumento absoluto do desemprego entre Pretos e Pardos, que os tirou de uma situação inicial de minoria no DA para uma de maioria. O aumento absoluto também ocorreu para as mulheres em relação aos homens, alcançando o patamar de 61% do desemprego em questão, a despeito dos maiores níveis de instrução entre elas. O número de desempregados, de ambos os sexos, aumentara para os níveis mais altos de escolaridade (Médio Completo até Superior Completo). No que diz respeito à idade das pessoas desempregadas, predominam nas faixas de 10 a 39 anos por todo o período analisado.

Metade das pessoas em desemprego aberto são Filhos, ficando o restante praticamente dividido entre Cônjuges e Chefes. Os Filhos e Cônjuges têm papel complementar na renda familiar, portanto quando desempregados, como mostram os dados, dependem do trabalho dos outros membros, principalmente, ou da ajuda de parentes e conhecidos. Ao analisar os dados de renda familiar, encontramos níveis relativamente

baixos, agravados por tempo de desemprego longo, para 24,7% dos desempregados era superior a um ano.

Comparando as três categorias de desemprego, observamos aspectos específicos a cada um, demonstrando que as características pessoais e da família do desempregado definem de alguma forma sua situação ocupacional. Chegamos à conclusão de que o perfil da população que se encontra na situação de desemprego oculto por trabalho precário é a mais vulnerável, pois a recorrência a trabalhos inferiores é resultante da condição financeiramente frágil e da importância dos Chefes de família em prover a sobrevivência do seu núcleo, não restringindo os malefícios do desemprego ao desempregado unicamente. O desemprego aberto se apresenta como o grupo com condições relativamente melhores sobre os outros dois.

A recuperação do mercado de trabalho já observada em 2000 começou a surtir efeitos positivos sobre as taxas de desemprego a partir de 2004. E essa melhora foi, em geral, benéfica a todos os grupos sociais e todos os tipos de desemprego, exceto para Pretos e Pardos e Mulheres no desemprego aberto e para graus de instrução a partir do Ensino Médio Completo em todos os tipos de desemprego. A redução do desemprego a partir de 2004 foi acompanhada pelo aumento real da renda das famílias dos desempregados.

Embora tenhamos verificado maior incidência do desemprego sobre determinados grupos, não atribuímos as desigualdades observadas totalmente à característica em si, mas a tendências demográficas, deficiência educacional ou mesmo históricos de exclusão social. Mais especificamente, pesaram para o desemprego feminino a mais intensa entrada das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos; e para Pretos e Pardos consideramos como forte determinante do maior desemprego o processo histórico de colocação dos negros na sociedade brasileira, sobre cuja população se concentram as piores condições de vida e, conseqüentemente, dificuldades de inserção no mercado. Salientamos ainda a possibilidade de migração de pessoas entre tipos de desemprego, além do aumento da ocupação, em contexto de aquecimento econômico, como fator explicativo do aumento do peso do desemprego aberto no desemprego total.

A despeito da subjetividade das questões levantadas nas duas classificações de desemprego, elas tornam muito mais claras determinadas situações marginais de inserção de grupos sociais no mercado de trabalho e quase dobram a taxa de desemprego. O que

melhora o foco e torna mais eficiente o desenvolvimento de políticas voltadas para a absorção ampla de mão-de-obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação acelerada de tecnologia ao processo produtivo (na indústria e no campo) e crescimento populacional descontrolado lançaram as bases do problema do desemprego nos grandes centros urbanos. Saturação das antigas fontes de crescimento e contexto externo desfavorável agravaram a situação e exigiram uma reformulação institucional. A então construída clamava por princípios liberais levando o mercado de trabalho para o sentido da flexibilização. Como resultado, precarização do trabalho e desemprego. Em poucas palavras, a ausência de planejamento estratégico no nível das políticas públicas detonou uma situação nos grandes centros urbanos de difícil solução.

O quadro do desemprego nas metrópoles brasileiras foi esboçado no terceiro capítulo deste trabalho, com base em dados da PED. Sobre os resultados da análise de cada tipo de desemprego e posterior comparação entre eles, ficou clara a significância do tipo de metodologia da PED, pois conseguiu captar diferenças entre os grupos e associar as distintas formas de inserção no mercado de trabalho e de busca por trabalho às características e condições de vida dos indivíduos e de sua família. Vimos que a conjuntura favorável e o crescimento grande o suficiente das ocupações para reduzir o exército de desempregados das metrópoles selecionadas surte efeitos sobre todos os grupos sociais, embora em graus distintos. O desemprego oculto com trabalho precário apresentou os seguintes resultados:

- redução mais rápida do número de desempregados da cor Branca e Amarela, levando a aumento relativo da participação de Pretos e Pardos;
- maior presença de homens, mas crescente participação das mulheres;
- predominância das faixas etárias entre 10 e 39 anos, com tendência de deslocamento para as faixas entre 20 e 49 anos, principalmente da faixa de 20 a 29 anos;
- mais da metade tinha somente o Fundamental Incompleto em 2000, com tendência de aumento do desemprego para os níveis mais altos de instrução, principalmente para Ensino Médio Completo, até 2008;
- maior presença de Chefes de família, em seguida de Filhos;
- renda familiar relativamente baixa, além de ganhos irrisórios no trabalho precário;

- para 37,6% o tempo de desemprego é superior a um ano, com participação ainda visível para mais de cinco anos de desemprego (média de 1,96 ano);
- maior parte provém do setor de Serviços, depois Indústria e Comércio, nesta ordem.

Já do desemprego oculto por desalento foram obtidos os seguintes resultados:

- maior participação de Pretos e Pardos em relação a Brancos e Amarelos;
- participação expressiva e crescente das mulheres, beirando 70%;
- maior número de indivíduos com somente Ensino Fundamental Incompleto e, principalmente, Ensino Médio Completo;
- nível de instrução mais alto entre as mulheres, a despeito da tendência de maior desemprego entre elas;
- predominância das faixas etárias entre 10 e 39 anos;
- maior participação de Filhos e de Cônjuges;
- sobrevivência assegurada pelo trabalho de outras pessoas da família, embora a renda familiar seja relativamente baixa;
- o DOD chegou a durar, em média, 2,2 anos no período;
- aproximadamente um terço havia trabalhado anteriormente no setor de Serviços, sendo o Comércio e a Indústria o segundo e o terceiro setores que mais têm desempregados no DOD, com tendência de redução da participação da Indústria nesse quesito;

No desemprego aberto, os resultados são os que seguem:

- aumento **absoluto** do desemprego entre Pretos e Pardos, que os tirou de uma situação inicial de minoria no DA para uma de maioria;
- aumento **absoluto** da participação das mulheres, também a despeito do maior grau de instrução entre elas;
- para os níveis mais altos de escolaridade, Médio Completo a Superior Completo, o número de desempregados aumentou;
- predominam as faixas etárias de 10 a 39 anos em todo o período;
- os mais atingidos são os Filhos, em relação às demais posições na família, em seguida vêm Cônjuges e Chefes;

- dependem da renda de outro que trabalhe na família ou da ajuda de parentes e conhecidos;
- a renda familiar é relativamente baixa, agravadas por longos períodos de desemprego, superior a um ano para um quarto dos indivíduos do DA, mas com tendência de queda (média de 1,36 ano, em 2000, para 1,24 ano, em 2008);

Comparando os três tipos de desemprego, constatamos que o oculto por trabalho precário concentra a população mais vulnerável, no sentido de mais carente e suscetível a prejuízos à sua condição de vida quando na condição de desemprego. A recorrência a trabalhos irregulares é coerente com o fato de serem em sua maioria Chefes de família, de menor renda familiar em relação aos demais tipos de desemprego, em maioria são Pretos e Pardos etc, coincide com a parcela mais marginalizada da sociedade e em piores condições de competir no mercado de trabalho. Ou seja, os indivíduos são levados a buscar trabalhos temporários, mal remunerados e instáveis porque precisam e outras pessoas dependem dele.

No grupo intermediário estão os desalentados, preponderantemente mulheres. Os Chefes de família deste grupo são aproximadamente metade do sexo feminino, o que intensifica a gravidade do problema. Nas outras posições na família, Filhos e Cônjuges, a mulher tem participação considerável (entre Cônjuges é a totalidade, praticamente). O que justifica a proximidade com o conceito deste tipo de desemprego e parte da ausência de busca por trabalho seria o fato de serem em maioria dessas duas últimas categorias, ou seja, dependentes cuja renda teria caráter complementar no núcleo familiar. A Renda familiar e o tempo de duração do desemprego também são intermediários em relação aos demais tipos de desemprego.

O grupo menos desfavorecido é o de desemprego aberto. Nele as rendas familiares são mais altas e o tempo de desemprego é menor, e cumprem, em maior parte, papel complementar na renda familiar. Mas o lado negativo que evidencia é o das desigualdades. Quando em competição direta no mercado de trabalho, com busca contínua, Pretos e Pardos em relação a Brancos e Amarelos têm ainda maior desvantagem²⁴, assim como as mulheres em relação aos homens.

²⁴ Levamos em consideração que nos dois tipos de desemprego oculto a redução do desemprego foi inclusive absoluta e que na nossa abordagem não podemos afirmar se o indivíduo migrou da condição de desempregado (DOTP ou DOD) para ocupado ou para o desemprego aberto. Tendo simplesmente reativado a

Pelo estudo da mensuração do desemprego segundo a metodologia da PED encontramos barreiras à sua utilização enquanto medida de déficit de postos de trabalho, devido à subjetividade principalmente no que diz respeito ao desemprego oculto por trabalho precário. A partir do momento em que se coloca como critério da medida o desejo de mudança e a busca de trabalho, são desconsiderados fatores da psicologia social relacionada ao reconhecimento dos grupos enquanto indivíduos ativos e construtores do próprio futuro, num ambiente extremamente adverso a vários deles. Em outras palavras, nem sempre é manifesta a busca por outro trabalho, tampouco o desejo de mudança, não porque não haja necessidade, mas simplesmente porque não se acredita que seja possível. Se se tem como objetivo medir o desemprego por trabalho precário enquanto déficit de postos de trabalho decentes no país é necessário considerar uma medida mais exata por meio de critérios mais objetivos.

No desemprego por desalento o período em que a busca é considerada é de um ano. À primeira vista longo demais, na verdade acaba por delimitar uma parcela relevante da população, pois no período recente foi observada uma redução considerável do desalento, muito provavelmente em função do crescimento das ocupações e, conseqüentemente, da melhora das expectativas em relação ao mercado de trabalho para as pessoas que antes estavam desalentadas. Em suma, o desalento agrupa uma parcela da PEA que se encontra à margem do mercado de trabalho, atuando como fator de pressão da oferta de trabalho, a qualquer sinal de melhora, ou como folga no caso contrário, evidenciando a endogeneidade da oferta de mão-de-obra.

Os bons ventos contribuíram ainda para a redução da duração do desemprego e o aumento da renda familiar, principalmente pela alta capacidade de absorção do setor de serviços. Mas, embora tenha sido acompanhado pelo aumento do grau de escolaridade da população metropolitana, principalmente para a escolaridade média, não houve uma mudança estrutural de grandes dimensões no perfil da mão-de-obra demandada, o que levou ao aumento do desemprego daqueles com mais alta escolaridade. Muitos dos que adquiriram formação escolar média substituíram os menos escolarizados em tarefas simples.

busca, poderíamos supor que no final das contas as desigualdades simplesmente desembocaram neste último de desemprego, quando a competitividade entre os grupos é direta.

Como conclusão, não há como pensar o desemprego como um problema isolado. A ele se somam os problemas de habitação, de transporte, de desestruturação familiar e principalmente de educação. É urgente uma melhoria significativa do nível educacional da população brasileira para que se promovam as bases de um desenvolvimento auto-suficiente em ciência e tecnologia ao mesmo tempo em que distribua oportunidades, a exemplo do que acontece em outros países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUAS, Marina F.F. **Uma análise da evolução recente da taxa de desemprego segundo diferentes classificações.** Sinais Sociais, v. 4, p. 90-121, 2010.

AMADEO, Edward J.; ESTEVÃO, Marcello. **A teoria econômica do desemprego.** São Paulo: Economia e Planejamento, Hucitec, 1994.

ARBACHE, Jorge Saba.; CORSEUIL, Carlos Henrique. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário.** Texto para discussão nº 801, Rio de Janeiro, 2001.

ARTHMAR, Rogério. **Flutuações, emprego e tradição clássica em Pigou.** Economia, Brasília(DF), v.6, n.2, p.357-390, Jul./Dez. 2005.

AZEVEDO, Beatriz. **Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 6. n.1. pp.155-68, 1985.

BOIANOVSKY, Mauro; TRAUTWEIN, Hans_Michael. **Wicksell, Cassel, and the Idea of Involuntary Unemployment.** History of Political Economy, v. 35, n. 3, 2003, pp. 385-436.

BORGES, Ângela. **Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222, jul./dez. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mercado de trabalho juvenil: Argentina, Brasil e México.** Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/trabalhojuvenil.pdf>.

CARDOSO Jr, José Celso. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo no anos 90.** Texto para discussão nº655. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CASTRO, N, A. **Impactos Sociais das Mudanças Tecnológicas: Organização Industrial e Mercado de Trabalho.** Universidade Federal da Bahia e CEBRAP, 1993.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.** Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

CESARATTO, Sergio *et al.* Technical change, effective demand and employment. Review of Political Economy, v.15, n.1, 2003.

CHAMON, M. **Rising wages and declining employment: the brazilian manufacturing sector in the 90s.** Texto para discussão nº 552. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil.** Revista de Economia Política, vol. 18, nº 1 (69), janeiro-março de 1998.

DEDECCA, C. S. **Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil**. In: Anais do III Congresso de Economistas da Língua Portuguesa, Macau, 1998.

DEDECCA, C. **Economia e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2004**. In: JANUZZI, J.M; SOARES, M. (Orgs.). As várias faces do mercado de trabalho no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

DUARTE, Cristiano Boaventura. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: estratégias contra a precarização do emprego e a vulnerabilidade social**. Rio de Janeiro, 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ERNST, C. **Recent dynamics in Brazil's labour market**. Economic and Labour Market Paper, Employment Analysis and Research Unit, Economic and Labour Market Analysis Department. Genebra: OIT, 2008.

FARIA, Vilmar. **Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade**. Estudos CEBRAP, São Paulo, Brasiliense, v.19, pp. 129-51. 1974.

FERNANDES, Reynaldo; FELÍCIO, Fabiana de. O ingresso das esposas na força de trabalho como resposta ao desemprego dos maridos: uma avaliação para o Brasil metropolitano. In: CHAHAD, J. P. Z; MENEZES-FILHO, N. A (Orgs.). **Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: LTr, 2002.

FERNANDES, Reynaldo; MENEZES-FILHO, Naércio A. Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. In: CHAHAD, J. P. Z; MENEZES-FILHO, N. A (Orgs.). **Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: LTr, 2002.

FERNANDES, Reynaldo; PICCHETTI, Paulo. **Uma análise da estrutura do desemprego e da inatividade no Brasil metropolitano**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 29, n. 1, abr. 1999.

FLORI, Priscila M. **Desemprego de Jovens no Brasil**. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, set. 2004.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais, PIB dos Municípios. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais Referência 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br.

KEYNES, John Maynard. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1 ed., 13 reimpr., 2007, 328 pp.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Ed., 1981, 188 pp.

KUPFER, David. **Tecnologia e emprego são realmente antagônicos?** In: SICSÚ, J.; PAULA, L.F.; MICHEL, R. (org). *Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Ed. Manole, Barueri, SP, 2005, capítulo 11, 2004.

LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo R.; BARROS, Flávio. **Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas**. Texto para Discussão n. 756. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. 29 pp.

LEWIS, W. Arthur. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra**. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P.(Orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1969.

MARTINE, George. **A Redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para Discussão n. 329. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1994. 46 pp.

MATA, Daniel da; DEICHMANN, Uwe *et al.* **Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras**. Texto para Discussão nº1155. Brasília: IPEA, 2006.

MEDEIROS, C. A. **Salário mínimo e desenvolvimento econômico**. texto p seminário: “Salário mínimo e desenvolvimento econômico”, 28 e 29 de abril de 2005. IE/Unicamp.

MENEZES-FILHO, Naércio A.; PICCHETTI, Paulo. Os determinantes da duração do desemprego no Brasil metropolitano: 1984-1998. In: CHAHAD, J. P. Z; MENEZES-FILHO, N. A (Orgs.). **Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: LTr, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos CEBRAP, São Paulo, Brasiliense, v.2, pp. 4-82, 1972.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Texto para Discussão n. 1033. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2004. 24 pp.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. **A estrutura do desemprego no Brasil**. Texto para Discussão nº 478. Rio de Janeiro, 1997.

PENIDO, Mariângela; MACHADO, Ana Flávia. **Desemprego: evidências da duração no Brasil metropolitano**. Texto para discussão n.176. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. 25pp.

POCHMANN, M. **PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009**. IPEA, out. 2010 (Comunicados do IPEA, nº 63).

REIS, Mauricio Cortez. **Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil**. RBE, Rio de Janeiro v. 60 n. 3 / p. 297–319 Jul-Set 2006.

ROBINSON, Joan. **Introdução à teoria do Emprego**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1980.

ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R. C. **A questão do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IETS, set. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. **Juventude, educação e emprego no Brasil**. Publicado nos Cadernos Adenauer - Geração Futuro, vol VII, n. 2, pp 51-65.

SEADE. **Metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED**. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/ped/microdados/ped_metodologia.pdf.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Educação e Trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000.

SINGER, Paul. **Crescimento econômico e distribuição espacial da população**. Revista de Economia Política, v.2/3. PP. 31-52. jul.-set, 1982.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo, HUCITEC, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 11^a ed., 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Além da estagnação**: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Org. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vol.2. Rio de Janeiro: Record, 2000.